



Ministério da Fazenda
Secretaria de Assuntos Internacionais

RELATÓRIO DE GESTÃO 2010



MARÇO/2011

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS

RELATÓRIO DE GESTÃO
EXERCÍCIO 2010

Relatório de Gestão da Secretaria de Assuntos Internacionais
- SAIN, exercício 2010, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 107/2010, da Portaria TCU nº 277/2010.

Brasília - DF
MARÇO 2011

LISTA DE SIGLAS

ACR	Agência de Classificação de Riscos
BACEN	Banco Central do Brasil
BB	Banco do Brasil S.A.
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRICs	Grupo dos Ministros das Finanças do Brasil, Rússia, Índia e China
CAMEX	Câmara de Comércio Exterior
CARI	Conselho Argentino para as Relações Internacionais
CCM	Comissão de Comércio do Mercosul
CDINT	Coordenação-Geral de Diálogo Econômico Internacional
CGPIN	Coordenação-Geral de Políticas para Instituições Internacionais
CMC	Conselho do Mercado Comum
COAFI	Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros
COFIEX	Comissão de Financiamentos Externos
COFIG	Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações
COINT	Coordenação-Geral de Integração Comercial
COMACE	Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior
COPOL	Coordenação-Geral de Políticas Comerciais
COSEC	Coordenação-Geral de Seguro de Crédito à Exportação
COREC	Coordenação-Geral de Recuperação de Crédito
CPF	Comissão de Programação Financeira do PROEX
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CTF	Fundo de Tecnologia Limpa
FGE	Fundo de Garantia à Exportação
FMI	Fundo Monetário Internacional
FSAP	Programa de Avaliação do Setor Financeiro
FSB	Conselho de Estabilidade Financeira
FOCEM	Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul
GATS	Acordo Geral sobre Comércio de Serviços
G-20	Grupo dos Vinte Ministros da Fazenda e Presidentes de Bancos Centrais
G-24	Grupo Intergovernamental dos Vinte e Quatro Países em Desenvolvimento

LISTA DE SIGLAS

GECEX	Comitê Executivo de Gestão
GMC	Grupo Mercado Comum
GMM	Grupo de Monitoramento Macroeconômico
GNR	Grupo Negociador de Regras
GTEC	Grupo Técnico da COFIEX
GTI	Grupo de Trabalho Interministerial
IDA	Agência Internacional para o Desenvolvimento
IFC	Corporação Financeira Internacional
IMFC	Comitê Monetário e Financeiro Internacional
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MIGA	Agência Multilateral de Garantia de Investimentos
MP	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MPME	Micro, Pequenas e Médias Empresas
MRE	Ministério das Relações Exteriores
NAMA	Acesso aos Mercados para os Produtos Não-Agrícolas
NUTRA	Núcleo de Trabalho no Rio de Janeiro
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODA	Assistência Oficial ao Desenvolvimento
OMC	Organização Mundial do Comércio
PCN	Ponto de Contato Nacional
PGFN	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
PPA	Plano Plurianual do Governo Federal
PROEX	Programa de Financiamento às Exportações
SAIN	Secretaria de Assuntos Internacionais
SBCE	Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação
SCE	Seguro de Crédito à Exportação
SCF	Fundo Estratégico do Clima
SIFI	Instituições Financeiras Sistemicamente Importantes
SOF	Secretaria de Orçamento Federal
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TEC	Tarifa Externa Comum
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas

Sumário

1	IDENTIFICAÇÃO.....	7
2	OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICOS.....	8
2.1	RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS - PAPEL DA UNIDADE NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	8
2.2	ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO	10
2.2.1	<i>Gabinete</i>	<i>11</i>
2.2.2	<i>Coordenação-Geral de Políticas para Instituições Internacionais - CGPIN</i>	<i>13</i>
2.2.3	<i>Coordenação-Geral de Diálogo Econômico Internacional – CDINT</i>	<i>20</i>
2.2.4	<i>Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros - COAFI</i>	<i>27</i>
2.2.5	<i>Coordenação-Geral de Seguro de Crédito à Exportação - COSEC.....</i>	<i>35</i>
2.2.6	<i>Coordenação-Geral de Recuperação de Crédito - COREC</i>	<i>37</i>
2.2.7	<i>Coordenação-Geral de Integração Comercial - COINT.....</i>	<i>48</i>
2.2.8	<i>Coordenação-Geral de Políticas Comerciais - COPOL</i>	<i>58</i>
2.2.9	<i>Núcleo de Trabalho no Rio de Janeiro (RJ) - NUTRA.....</i>	<i>66</i>
2.3	PROGRAMAS E AÇÕES	68
2.3.1	<i>Programa Gestão da Política Econômica – Ação 4479 – Cooperação Técnica em Assuntos Internacionais</i>	<i>68</i>
2.4	DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	73
2.4.1	<i>Programação Orçamentária</i>	<i>73</i>
2.4.2	<i>Execução Orçamentária.....</i>	<i>73</i>
2.4.3	<i>Indicadores de Desempenho ou Institucionais.....</i>	<i>75</i>
3	INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS DA UJ	84
4	INFORMAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DA LEI Nº 8.730/93 – ENTREGA E TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS.....	88
5	SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA UJ	88
6	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UJ	89
7	INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO	90

APRESENTAÇÃO

A crescente importância e inserção do Brasil no cenário geopolítico global têm demandado a participação cada vez mais significativa do País nos foros decisórios mundiais, com reflexo imediato na atuação desta Secretaria de Assuntos Internacionais. Ao longo de 2010, conseguimos implantar proposta de Planejamento Estratégico para o triênio 2010-2012, ação fundamental à sua adequação estrutural e institucional para responder a essa realidade com qualidade e de maneira mais pró-ativa.

O Relatório de Gestão da Secretaria de Assuntos Internacionais - SAIN está estruturado em itens temáticos, por áreas de atuação, com base nas atividades desenvolvidas durante o exercício de 2010.

Com relação ao Anexo II da Decisão Normativa nº 107/2010, relacionamos a seguir os itens que não foram incluídos neste Relatório e respectivas justificativas para este procedimento:

3 – Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos – Não houve ocorrência nesta Secretaria de passivos por insuficiência de créditos ou recursos registrados nas contas 21211.11.00; 22212.11.00; 21213.11.00; 21215.22.00 e 21219.22.00 do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

4 - Movimentação e Saldos de Restos a Pagar de exercícios anteriores - A inscrição e a execução dos valores em Restos a Pagar, processados e não processados de exercícios anteriores, ficaram a cargo da unidade gestora 170016 - Coordenação-Geral de Recursos Logísticos, tendo em vista que os recursos foram descentralizados pela Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Análise Contábil – COGEF.

6 – Informações sobre Transferências (Recebidas e Realizadas) no exercício - Esta Secretaria não recebeu, bem como não realizou transferências no exercício 2010.

7 – Registros atualizados nos Sistemas SIASG e SICONV – Não se aplica. A atualização desses Sistemas está a cargo da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos/SPOA/MF.

10 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis - O processo de aquisição de bens/produtos e serviços é conduzido pela SPOA/MF, sem qualquer interferência desta UJ.

11 – Gestão do Patrimônio Imobiliário - Esta UJ não tem sob sua responsabilidade a administração de imóveis classificados como “Bens de Uso Especial” de propriedade da União

ou locado de terceiros e, dessa forma, não utiliza o Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet.

13 – Utilização de cartões de pagamento do governo federal - A Secretaria de Assuntos Internacionais não possui Cartão de Pagamento do Governo Federal desde 2007, ocasião em que solicitou cancelamento ao Banco do Brasil S.A., por meio do ofício nº 807/2007/SAIN/GABIN/MF.

14 – Renúncias Tributárias – Esta UJ não é gestora de qualquer tipo de receita.

15 – Recomendações do órgão ou Unidade de Controle Interno/Determinações e Recomendações do TCU – Esta Secretaria não recebeu qualquer recomendação no exercício 2010.

16 – Tratamento das Recomendações da Unidade de Controle Interno – Esta Secretaria não recebeu qualquer recomendação no exercício 2010.

17 – Outras informações consideradas relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão – Procuramos incluir no presente Relatório de Gestão as informações consideradas relevantes para a realização desta análise.

A Secretaria de Assuntos Internacionais - SAIN, com a edição deste Relatório, objetiva prestar contas à Sociedade do que realizou e reafirmar o compromisso de continuar atuando de forma a contribuir para uma participação cada vez mais significativa do Brasil no cenário internacional.

Carlos Márcio Bicalho Cozendey
Secretário de Assuntos Internacionais

1 IDENTIFICAÇÃO

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Fazenda			Código SIORG: 1929
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Secretaria de Assuntos Internacionais			
Denominação abreviada: SAIN			
Código SIORG: 003433	Código LOA: não se aplica		Código SIAFI: 170191
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão da Administração Direta do Poder Executivo			
Principal Atividade: Gestão do Comércio Exterior			Código CNAE: 8421-3
Telefones/Fax de contato:	(61) 3412-2227	(61) 3412-2290	Fax (61) 3412-1722
Endereço eletrônico: sainmf@fazenda.gov.br			
Página da Internet: http://www.fazenda.gov.br/sain			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios - Bloco P - 2º Andar - CEP 70048-900 - Brasília-DF			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Decreto nº. 94.320, de 11.05.1987			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
- Lei nº.8.490, de 19 de novembro de 1992, publicada no Diário Oficial da União de 19 de novembro de 1992; - Decreto nº. 7.386, de 8 de dezembro de 2010, publicado no Diário Oficial da União de 9 de dezembro de 2010; - Portaria MF nº. 385, de 14 de julho de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 17 de julho de 2009.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Não disponível			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
170016	Coordenação-Geral de Recursos Logísticos		
170114	Gerência Regional de Administração – Rio de Janeiro		
170006	Coordenação-Geral de Recursos Humanos		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
170016	Tesouro Nacional		
170114	Tesouro Nacional		
170006	Tesouro Nacional		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
170016		0001	
170114		0001	
170006		0001	

2 OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICOS

2.1 Responsabilidades institucionais - Papel da unidade na execução das políticas públicas

A Secretaria de Assuntos Internacionais – SAIN é um órgão específico e singular do Ministério da Fazenda, diretamente subordinado ao Ministro de Estado da Fazenda, para tratar de questões envolvendo a economia brasileira no seu relacionamento com os demais países, blocos econômicos e organismos internacionais.

A SAIN presta assessoria técnica especializada em assuntos relativos à economia internacional com o objetivo de defender os interesses econômicos e financeiros do Brasil, fortalecendo sua participação nos processos decisórios internacionais, de forma a contribuir para o desenvolvimento sustentado do País.

No âmbito do Plano Plurianual do Governo Federal – PPA 2008/2011, a SAIN participa do Programa 1266 Gestão da Política Econômica, sendo responsável pela Ação 4479-Cooperação Técnica em Assuntos Internacionais.

Relacionamos, a seguir, as atribuições da SAIN previstas no Decreto nº 7.386/2010:

- participar das discussões e negociações econômicas e financeiras com outros países e em fóruns, organizações econômicas e instituições financeiras internacionais;
- acompanhar e avaliar as políticas, diretrizes e ações das organizações econômicas e instituições financeiras internacionais;
- acompanhar e avaliar as políticas e iniciativas em matéria de cooperação monetária e financeira e de desenvolvimento econômico;
- acompanhar a conjuntura da economia internacional e de economias estratégicas para o Brasil;
- acompanhar temas relacionados ao endividamento externo brasileiro junto a credores oficiais e privados;
- participar, no âmbito do Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações - COFIG, das decisões relativas à concessão de assistência financeira às exportações, com recursos do Programa de Financiamento às Exportações - PROEX, e de prestação de garantia da União, amparada pelo Fundo de Garantia à Exportação - FGE;
- assessorar a Presidência e exercer a Secretaria-Executiva do COFIG;
- autorizar a garantia da cobertura dos riscos comerciais e dos riscos políticos e extraordinários assumidos pela União, em virtude do Seguro de Crédito à Exportação - SCE, nos termos da Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, e da regulamentação em vigor;
- exercer atribuições relativas ao SCE, além daquela mencionada no item anterior, incluindo a contratação de instituição habilitada a operar o SCE, para execução de todos

os serviços a ele relacionados, inclusive análise, acompanhamento, gestão das operações de prestação de garantia e de recuperação de créditos sinistrados;

- adotar, dentro de sua competência, todas as medidas administrativas necessárias à execução das atividades relacionadas ao SCE;
- adotar as providências necessárias, como mandatária da União, para a cobrança judicial e extrajudicial, no exterior, dos créditos da União, decorrentes de indenizações pagas, no âmbito do SCE, com recursos do FGE;
- contratar, a critério da Secretaria, instituição habilitada a operar o SCE ou advogado, no País ou no exterior, para a prática de todos os atos necessários à execução do disposto no item anterior;
- participar, no âmbito do Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior, das decisões relativas ao planejamento e acompanhamento da política de avaliação, negociação e recuperação de créditos brasileiros ao exterior;
- participar, no âmbito do Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior, das negociações de créditos brasileiros ao exterior, inclusive aquelas realizadas pelo Clube de Paris;
- assessorar a Presidência e exercer a Secretaria-Executiva do Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior;
- participar, no âmbito da Comissão de Financiamentos Externos - COFIEIX, das decisões relativas à autorização da preparação de projetos ou programas do setor público com apoio de natureza financeira de fontes externas;
- acompanhar e coordenar, no âmbito do Ministério, as ações necessárias ao processo de integração econômica do Brasil no Mercado Comum do Sul - Mercosul, incluindo a participação na coordenação de políticas macroeconômicas;
- participar das negociações comerciais relativas ao Mercosul e demais blocos econômicos e pronunciar-se sobre a conveniência da participação do Brasil em acordos ou convênios internacionais relacionados com o comércio exterior;
- acompanhar e coordenar, no âmbito do Ministério, as ações necessárias à participação do Brasil na Organização Mundial do Comércio - OMC e em outros organismos internacionais em matéria de comércio exterior, incluindo serviços, investimentos e compras governamentais;
- participar, no âmbito da OMC e de outros organismos internacionais, de negociações em matéria de comércio exterior, incluindo serviços, investimentos e compras governamentais;
- acompanhar a execução da política nacional de tarifas de importação e de exportação, em conjunto com os demais órgãos encarregados da elaboração da política de comércio exterior;
- acompanhar e coordenar, no âmbito do Ministério, as políticas e ações do Governo brasileiro nas áreas de salvaguardas e direitos *antidumping* e compensatório; e

- participar de negociações em matéria de salvaguardas e direitos *antidumping* e compensatório, no âmbito dos acordos comerciais, da OMC e de outros organismos internacionais.

2.2 Estratégia de atuação

No ano de 2010, a SAIN, alinhando-se ao Programa de Modernização de Gestão do Ministério da Fazenda, dedicou especial atenção à implantação de seu Planejamento Estratégico, em continuidade aos trabalhos que tiveram início no exercício anterior. Neste sentido, consolidou proposta para o triênio 2010-2012, com a expectativa dos seguintes benefícios:

- Estabelecimento de um horizonte de longo prazo para a Secretaria;
- Alinhamento das demandas da SAIN com o planejamento e estruturação de longo prazo;
- Definição e delineamento de metas finalísticas claras e mensuráveis;
- Aprimoramento da informação prestada no PPA acerca das ações a cargo da SAIN;
- Definição de indicadores de desempenho adequados às atividades da SAIN;
- Envolvimento e dinamização do corpo funcional nas atividades executadas, tendo como alvo da atuação individual os objetivos comuns da Secretaria, que serão disseminadas ao longo do processo de planejamento estratégico;
- Maior integração de toda a equipe, com melhoria da comunicação entre as diversas áreas e consequente sinergia de atuação;
- Desenvolvimento de comportamento pró-ativo e de reação mais rápida às mudanças ou alterações súbitas, em vista da prática de previsão que será desenvolvida ao longo do processo de elaboração do Plano Estratégico da SAIN;
- Economia de tempo, recursos financeiros e esforços com intuito de promover uma atuação mais eficaz e destacada da SAIN no cenário nacional e internacional.

A criação do Comitê Estratégico de Planejamento (CEPLA/SAIN) e da Comissão Permanente de Gestão Estratégica (CPGE/SAIN) e a realização da Oficina “Formulação da Estratégia”, nos dias 5 e 6.08.2010, com o auxílio da COGPL/SPOA e de consultoria externa, marcaram efetivamente a implantação do Planejamento Estratégico da Secretaria. Na oportunidade, foram estabelecidos, em consenso, a Missão, Visão, Valores e Objetivos Estratégicos da Secretaria, além de ter sido gerado o embrião das Iniciativas Estratégicas correspondentes.

Apresentamos, a seguir, as principais atividades desenvolvidas pela Secretaria, que conta com a seguinte estrutura organizacional, conforme Decreto nº 7.386/2010:

- 1 (um) Gabinete;
- 1 (uma) Assessoria Técnica;
- 7 (sete) Coordenações-Gerais: Coordenação-Geral de Políticas Comerciais – COPOL, Coordenação-Geral de Integração Comercial – COINT, Coordenação-Geral de Diálogo Econômico Internacional - CDINT, Coordenação-Geral de Políticas para Instituições Internacionais - COGPI, Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros – COAFI, Coordenação-Geral de Seguro de Crédito à Exportação - COSEC e Coordenação-Geral de Recuperação de Crédito - COREC;
- 1 (um) Núcleo de Trabalho no Rio de Janeiro – RJ (NUTRA).

2.2.1 Gabinete

Ao Gabinete compete o assessoramento e a prestação de assistência técnica direta ao Ministro de Estado da Fazenda em matérias vinculadas ao Comércio Exterior e às Relações Internacionais. A elaboração da proposta orçamentária, dos planos anuais e plurianuais e do relatório anual de gestão, bem como a execução das atividades relativas ao gerenciamento dos recursos humanos e materiais da SAIN são também competências do Gabinete.

No ano de 2010, priorizou o processo de implantação do Planejamento Estratégico da Secretaria e, além das atividades descritas acima, participou de diversos eventos e negociações no exterior, inclusive representando ou acompanhando o Ministro de Estado da Fazenda. Os principais eventos estão destacados a seguir:

I Participação em reuniões e seminários

(i) Reuniões no âmbito do Grupo dos Ministros das Finanças do Brasil, Rússia, Índia e China (BRICs):

- Reunião dos BRICs, Washington D.C., EUA, 17 de fevereiro de 2010;
- Reunião dos BRICs, Incheon, Coreia, 27 de fevereiro de 2010;
- Reunião dos BRICs, Washington D.C., EUA, 23 de abril de 2010;
- Reunião dos BRICs, Busan, Coreia, 4 de junho de 2010;
- Reunião dos BRICs, Washington D.C., EUA, 7 de outubro de 2010; e
- Reunião da Cúpula dos Líderes dos BRICs, em Seul, Coreia, 11 de novembro de 2010.

(ii) Reuniões no âmbito do Grupo dos Vinte Ministros da Fazenda e Presidentes de Bancos Centrais (G-20):

- Reunião de Sherpas do G-20, Cidade do México, México, 13 e 14 de janeiro de 2010;
- Reunião de Vice-Ministros das Finanças e Diretores de Bancos Centrais do G-20, Incheon, Coreia, 27 e 28 de fevereiro de 2010;
- Reunião de Sherpas do G-20, Ottawa, Canadá, 18 e 19 de março de 2010;
- Reunião de Ministros de Finanças, Washington D.C., EUA, 23 de abril de 2010;
- Reunião do Grupo de Trabalho do G-20 sobre a Reforma do Fundo Monetário Internacional, Berlim, Alemanha, 18 de maio de 2010;
- Reunião de Vice-Ministros das Finanças e Diretores de Bancos Centrais dos Ministros de Finanças, Busan, Coreia, 3 e 4 de junho de 2010;
- Reunião do Grupo de Trabalho do G-20 sobre Redes de Segurança Financeira, Busan, Coreia, 3 de junho de 2010;
- Reunião de Ministros de Finanças, Busan, Coreia, 5 de junho de 2010;
- Cúpula de Líderes do G-20, Toronto, Canadá, 26 e 27 de junho de 2010;
- Reunião do Grupo de Trabalho do G-20 sobre Reforma do FMI, Seul, Coreia, 1 e 2 de setembro de 2010;

- Reunião de Vice-Ministros das Finanças e Diretores de Bancos Centrais, em Gwangju, Coreia, 4 e 5 de setembro de 2010;
- Reunião de Vice-Ministros das Finanças e Diretores de Bancos Centrais, Washington D.C., EUA, 7 de outubro de 2010;
- Reunião do Grupo de Trabalho do G-20 sobre Reforma do FMI, Washington D.C., EUA, 10 de outubro de 2010;
- Reunião de Vice-Ministros das Finanças e Diretores de Bancos Centrais, Gyeongju, Coreia, 21 de outubro de 2010;
- Reunião de Ministros da Fazenda e Presidentes de Bancos Centrais do G-20, Gyeongju, Coreia, 22 e 23 de outubro de 2010;
- Reunião de Vice-Ministros das Finanças e Diretores de Bancos Centrais, Seul, Coreia, 8 a 10 de novembro de 2010;
- Cúpula de Líderes do G-20, Seul, Coreia, 11 e 12 de novembro de 2010.

(iii) Seminários no âmbito do Grupo dos Vinte Ministros da Fazenda e Presidentes de Bancos Centrais (G-20):

- Seminário do Comitê Reinventando Bretton Woods, Incheon, Coreia, 26 de fevereiro de 2010;
- Seminário dos Especialistas em Energia, Paris, França, 11 de março de 2010;
- Seminário do G-20 sobre Reforma das Instituições Financeiras Internacionais, Beijing, China, 31 de março de 2010;
- Seminário do G-20 sobre o Marco para Crescimento Forte, Equilibrado e Sustentável – *Framework*, Toronto, Canadá, 7 a 9 de maio de 2010.

(iv) Reuniões do Grupo dos Vinte e Quatro Ministros da Fazenda e Presidentes de Bancos Centrais (G-24):

- Reunião dos Ministros do G-24, Washington DC, Estados Unidos, 17 de fevereiro de 2010;
- Reunião dos Ministros do G-24, Washington DC, Estados Unidos, 22 de abril de 2010;
- Reunião dos Ministros do G-24, Washington DC, Estados Unidos, 6 e 7 de outubro de 2010.

(v) Reuniões e Seminários no âmbito do Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, de caráter multilateral:

- Seminário sobre Governança do FMI, Beijing, China, 1 de abril de 2010;
- Reunião do Comitê de Desenvolvimento, Paris, França, 14 e 15 de abril de 2010;
- Reuniões de Primavera do FMI e do Banco Mundial, Washington DC, Estados Unidos, 24 e 25 de abril de 2010;
- Reunião do Grupo de Trabalho dos Assessores de Alto Nível sobre Financiamento Climático, Washington DC, Estados Unidos, 26 de abril de 2010;
- Reuniões Anuais do FMI e do Banco Mundial, Washington DC, Estados Unidos, 8 e 9 de outubro de 2010.

(vi) Reuniões no âmbito da América Latina e do Caribe

- Reunião de Ministros das Finanças da América Latina e do Caribe - CALC, Lima, Peru, 27 e 28 de maio de 2010.

(vii) Reuniões no âmbito do Banco do Sul:

- Reunião Ministerial do Banco do Sul, Buenos Aires, Argentina, 8 de fevereiro de 2010;

(viii) Reuniões Bilaterais e Multilaterais e Conferências Internacionais:

- Reunião Brasil-Argentina, Buenos Aires, Argentina, 10 de fevereiro de 2010;
- Reunião de Coordenação de Embaixadores do Brasil no Leste da Ásia, Cingapura, Cingapura, 30 de junho e 1º de julho de 2010;
- Reunião Brasil-Argentina, Buenos Aires, Argentina, 23 e 24 de agosto de 2010;
- Diálogo Bilateral Financeiro-Econômico Brasil-China, 8 de setembro de 2010;
- Reunião Bilateral Brasil-Estados Unidos, 6 de outubro de 2010;
- Diálogo Bilateral de Finanças Brasil-Coreia, Seul, Coreia, 11 de novembro de 2010.

2.2.2 Coordenação-Geral de Políticas para Instituições Internacionais - CGPIN

A Coordenação-Geral de Políticas para Instituições Internacionais – CGPIN – tem como atribuições acompanhar e avaliar as políticas, diretrizes e ações globais das organizações econômicas e instituições financeiras internacionais em que o Ministério da Fazenda represente o País; coordenar as atividades referentes ao relacionamento da SAIN com organismos internacionais – Grupo Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI) e G-24 – e às organizações econômicas internacionais; bem como apoiar a Secretaria em fóruns e missões junto às organizações econômicas e instituições financeiras internacionais e em negociações sobre o desenvolvimento econômico e o sistema financeiro e monetário internacional.

Em 2010, a CGPIN colaborou com a Coordenação-Geral de Diálogo Econômico Internacional – CDINT – no tratamento de questões relacionadas ao G-20, em particular no que tange ao Marco para um Crescimento Forte, Sustentável e Equilibrado e ao Processo de Avaliação Mútua e às discussões sobre as reformas das Instituições Financeiras Internacionais (IFIs), que permearam a agenda do Grupo durante o ano.

A seguir, apresentamos detalhamento das principais ações realizadas:

Temas Específicos Desenvolvidos

1. Banco Mundial

A SAIN, como ponto de contato do Governo brasileiro com o Banco Mundial, é responsável por gerir o relacionamento do País com o organismo sob duas perspectivas: o País (i) como acionista e (ii) como cliente do organismo, papel que é compartilhado com a Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SEAIN/MP e

a Secretaria do Tesouro Nacional – STN/MF. No primeiro, a CGPIN é responsável por: acompanhar e avaliar as políticas e diretrizes globais do organismo; manter diálogo com a representação brasileira em Washington para coordenação de posições em negociações internas do Banco Mundial; e subsidiar a participação em reuniões e tomada de decisão pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda no âmbito daquele Organismo.

No segundo aspecto, sob a ótica de cliente, a CGPIN é responsável por acompanhar a estratégia de parceria do Banco com o Brasil. Nesse plano de trabalho, que coincide com o ciclo do Plano Plurianual brasileiro (PPA), o Banco Mundial detalha as diretrizes para suas operações com o País no período. O documento em vigor denomina-se “*Country Partnership Strategy*” e congrega as operações de empréstimos, estudos e assistência técnica oferecida pelo organismo no período de 2008 a 2011.

Cabe à CGPIN acompanhar os seguintes temas, levando-se em consideração as duas perspectivas, i.e, o País como acionista e como cliente:

1.1 Reuniões Ministeriais do Banco Mundial

A CGPIN é responsável por analisar os documentos e propostas a serem discutidos nas reuniões de Ministros e representantes alternos do Banco Mundial e preparar subsídios para a participação dos representantes brasileiros nesses eventos. No ano de 2010, a CGPIN preparou subsídios para as seguintes reuniões:

- Reunião de Representantes Alternos do Comitê de Desenvolvimento (Washington, Estados Unidos, em fevereiro): tratou-se da segunda etapa da Reforma de Voz e Participação do Banco Mundial, direcionamento estratégico do Grupo para o período pós-crise e capitalização do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e da Corporação Financeira Internacional (IFC);
- Primeira Reunião de Representantes Alternos da Associação Internacional para o Desenvolvimento (IDA) no contexto da 16ª Recomposição de Capital (Paris, França, em março): os principais pontos discutidos foram as diretrizes estratégicas da IDA, instrumento de resposta a crises demandado pelo G-20, capacidade financeira da Associação no longo prazo e o mecanismo da Associação para perdão de dívida de países altamente endividados;
- Reunião de Representantes Alternos do Comitê de Desenvolvimento (Paris, França, em março): tentou-se afunilar o leque de propostas em discussão para a Reforma de Voz e Participação do Banco Mundial para tentar chegar à Reunião de Primavera com um nível mínimo de divergências. Foram acordados os contornos da reforma de voz e participação do BIRD e da IFC, bem como a dimensão e outras questões relacionadas à recapitalização do grupo;
- Reunião de Primavera (Washington, Estados Unidos, em abril): os principais temas abordados foram os desafios econômicos de países em desenvolvimento e o papel do Grupo Banco Mundial no fortalecimento do desenvolvimento pós-crise, incluindo o direcionamento pós-crise, as reformas internas e a capacidade financeira do Grupo, bem como a segunda etapa da reforma de voz e participação no BIRD e a capitalização da IFC;

- Reunião Anual (Washington, Estados Unidos, em outubro): discutiram-se questões relacionadas à economia global e ao desenvolvimento, em especial como os países em desenvolvimento e as instituições financeiras internacionais vinham respondendo à crise econômico-financeira;
- Terceira Reunião de Representantes Alternos da Associação Internacional para o Desenvolvimento no contexto da 16ª Recomposição de Capital (Washington, Estados Unidos, em outubro): foram discutidas as prioridades e instrumentos relativos à 16ª recomposição de capital da Associação, com vistas a direcionar os programas de empréstimo concessional da Instituição para os próximos 3 anos; e
- Quarta Reunião de Representantes Alternos da Associação Internacional para o Desenvolvimento no contexto da 16ª Recomposição de Capital (Bruxelas, Bélgica, em dezembro): os países doadores se comprometeram com o aporte de US\$ 49,3 bilhões e concluíram a estratégia e diretrizes para o uso dos recursos a serem aportados nos próximos três anos.

1.2 Reforma de Voz e Participação do Banco Mundial

O Comitê de Desenvolvimento acordou, em abril de 2010, o segundo estágio da reforma de voz e participação do BIRD. Como resultado, o Brasil e os demais países em desenvolvimento e economias em transição (DTCs) alcançarão poder de voto mais em linha com sua atual participação na economia mundial. No Banco Mundial, até 2002, os países em desenvolvimento e economias em transição detinham 42,60% do poder de voto da instituição. Em 2008, a primeira fase da reforma promoveu um aumento da participação dos menores e mais pobres países por meio do aumento dos votos básicos (que são distribuídos igualmente entre todos os acionistas, independente de seu tamanho). Com isso, os DTCs tiveram seu poder de voto no BIRD aumentado para 44,06%. Em 2010, a comunidade internacional se comprometeu a elevar essa participação a 47,19%.

O Brasil foi o sétimo país mais beneficiado pela reforma como um todo, tendo sua participação elevada de 2,07% para 2,24% de poder de voto no Banco Mundial. O País passará, com a implementação da reforma, a ocupar o 12º lugar entre os 187 países que compõem o BIRD.

Adicionalmente, em resposta à crise, a partir de entendimento do G-20, o Comitê de Desenvolvimento, na Reunião de Primavera de 2010, acordou medidas para reforçar a capacidade financeira do BIRD e da IFC, bem como aumentar a voz e participação dos DTCs na IFC, permitindo maior alinhamento da estrutura de governança desta última instituição com o BIRD. O aumento de capital do Banco Mundial será da ordem de US\$ 86,4 bilhões, dos quais o Brasil participará com aproximadamente US\$ 2,4 bilhões.

Na IFC, por sua vez, o aumento seletivo de capital de US\$ 200 milhões resultará num significativo aumento da participação acionária dos DTCs na Corporação, passando de 33,4% para 44,1% do poder de voto total. Ao Brasil caberá contribuir com aproximadamente US\$ 21,4 milhões. Consequentemente, o poder de voto do Brasil na IFC seria elevado de 1,65% para 2,27%, participação acionária compatível com aquela que o País possui no BIRD.

1.3 Votos na Assembleia de Governadores do Banco Mundial

A CGPIN elabora análises acerca das propostas de Resolução da Junta de Governadores do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), Agência Internacional de Desenvolvimento (IDA), Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (MIGA) e Corporação Financeira Internacional (IFC) para as quais o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda, como *Governor* do Brasil no Banco Mundial, deve emitir voto de aprovação, rejeição ou abstenção.

1.4 Fundos de Investimento do Clima (CIF)

O Banco Mundial, de forma crescente, tem buscado dar apoio ao desenvolvimento sustentável e à redução da pobreza, na medida em que surgem riscos climáticos e oportunidades econômicas correlacionadas, e utilizar seu potencial para facilitar a ação global e a interação entre os países. Nesse sentido, o Organismo criou os Fundos de Investimento do Clima (CIF), dentre os quais se destacam o Fundo Estratégico do Clima (SCF), o Fundo de Tecnologia Limpa (CTF) e o Programa de Investimento em Florestas (FIP), que visam apoiar países de média e baixa renda a desenvolverem tecnologias limpas e gestão sustentável das florestas.

Compete à CGPIN coordenar a posição brasileira nesses fóruns, em consulta com diversos órgãos do Poder Executivo, bem como as atividades em que o País participe. No ano de 2010, a CGPIN se fez representada nos seguintes eventos:

- Reuniões dos Fundos de Investimento do Clima – Reunião do Comitê Fiduciário do Fundo de Tecnologia Limpa, Reunião Conjunta dos Comitês Fiduciários do Fundo de Tecnologia Limpa e do Fundo Estratégico do Clima, Reunião do Subcomitê do Programa de Investimento em Florestas e Foro de Parceria dos Fundos de Investimento do Clima (Manila, Filipinas, em março): os maiores destaques das reuniões de Manila foram a reeleição do Brasil como representante da América Latina no Comitê Fiduciário do Fundo de Tecnologia Limpa e no Subcomitê do Programa de Investimento em Floresta (FIP) e a escolha de Burkina Faso, Gana, Indonésia, Laos e Peru como países piloto do FIP;
- Reunião do Subcomitê do Programa de Investimento em Florestas (Washington, Estados Unidos, em junho): foram revisadas as diretrizes operacionais do fundo e os critérios e modalidades de investimento. Além disso, foram selecionados três novos países para realização de projetos-pilotos no âmbito da iniciativa, dentre os quais, o Brasil; e
- Reuniões dos Fundos de Investimento do Clima – Reunião dos Países Pilotos do Programa de Investimento em Floresta, Reunião do Subcomitê Fiduciário do Programa de Investimento em Floresta, Reunião Conjunta dos Comitês Fiduciários do Fundo Estratégico do Clima e do Fundo de Tecnologia Limpa e Reunião do Comitê Fiduciário do Fundo de Tecnologia Limpa (Washington, Estados Unidos, novembro): destaca-se a decisão quanto à alocação dos recursos do FIP. Com base em critérios como potencial de mitigação, biodiversidade, capacidade institucional e potenciais benefícios, os oito países pilotos foram divididos em 4 faixas de financiamento que indicam o mínimo e máximo de recursos que cada um, em princípio, terá direito a acessar.

1.5 Contribuições para a Agência Internacional de Desenvolvimento

A CGPIN é responsável por acompanhar os processos de recomposição de capital da Agência Internacional de Desenvolvimento (IDA). A IDA, braço concessional do grupo Banco Mundial, é o principal instrumento multilateral de Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA). O Brasil foi até a 15ª recomposição de capital da Agência, entre os países em desenvolvimento, seu maior contribuinte.

No ano de 2010, a CGPIN participou da negociação da 16ª recomposição da IDA. Conforme indicação do negociador brasileiro, o País tenciona continuar entre os 5 maiores contribuintes da Associação entre os países em desenvolvimento.

2. Fundo Monetário Internacional

Analogamente à atuação no Banco Mundial, a CGPIN coordena o relacionamento do Brasil no FMI em dois aspectos: Brasil como (i) cliente e (ii) membro. Tendo em vista que o País não possui programa ativo com o Fundo, a perspectiva Brasil-cliente concentra-se, atualmente, em assistência técnica e formação de pessoal, e acompanhamento da economia nacional com o objetivo de monitorar (*surveillance*) o sistema monetário e financeiro internacional.

Acerca da participação como associado, a CGPIN mantém diálogo com a equipe do Diretor-Executivo do FMI para o Brasil e outros países, a fim de acompanhar as discussões e votações nos diversos foros do Organismo e definir o posicionamento do Governo brasileiro sobre os temas tratados no âmbito daquela Instituição. Cabe lembrar a inclusão do Brasil no rol dos credores potenciais do FMI, ocorrida em 2009. Ainda, a CGPIN subsidia a participação do Secretário de Assuntos Internacionais e do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda, representante do Brasil no Comitê Monetário e Financeiro Internacional (IMFC), nas Reuniões de Primavera e Anual, bem como na emissão de votos na Junta de Governadores. Nesse sentido, merecem destaque as seguintes atividades da Coordenação-Geral:

2.1 Reuniões Ministeriais do FMI

Cabe à CGPIN analisar os documentos e propostas a serem discutidos nas reuniões do IMFC e preparar material para subsidiar a participação dos representantes brasileiros nesses eventos. Anualmente, ocorrem duas reuniões ministeriais. Adicionalmente, pode haver reunião de representantes alternos para preparar as discussões das reuniões principais.

Em 2010, foram realizadas as seguintes reuniões:

- Reunião de Representantes Alternos (Paris, França, em abril): houve discussões sobre as perspectivas da economia global, enfatizando as condições para a recuperação da crise e riscos inerentes ao processo, principalmente no que tangia aos distintos ritmos de crescimento dos países, volume dos fluxos de capital para as economias emergentes e países em desenvolvimento e riscos de dívida soberana. Adicionalmente, foram tratadas questões relativas ao mandato do FMI, em especial a necessidade de fortalecimento do exercício de supervisão multilateral do FMI e a adequação dos instrumentos de empréstimo do Fundo para prevenir crises, e à reforma de quotas e voz, a ser concluída, conforme demanda dos Líderes do G-20, em 2011;

- Reunião de Primavera (Washington, Estados Unidos, em abril): a agenda abrangeu os seguintes tópicos: desafios de curto prazo (inclusive fluxos de capital e acumulação de reservas), reformas de governança e mandato do Fundo, perspectivas e riscos para a economia global e mercados financeiros;
- Reunião de Representantes Alternos (Paris, França, em outubro): houve discussões preliminares e preparatórias para a Reunião Anual sobre desafios de curto prazo da economia global e reformas do FMI; e
- Reunião Anual (Washington, Estados Unidos, em outubro): os temas tratados foram perspectivas, riscos e respostas de política da economia global e mercados financeiros, inclusive desafios de curto prazo, reformas do FMI – mandato emprestador, de supervisão (*surveillance*), sistema monetário internacional, quotas e questões de governança.

2.2 Votos na Assembleia de Governadores do FMI

Cabe à CGPIN elaborar análises técnicas acerca das propostas de Resolução da Assembleia de Governadores do Fundo Monetário Internacional, para as quais o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda, como *Governor* do Brasil no FMI, deve emitir voto de aprovação, rejeição ou abstenção.

2.3 Reforma de Quotas e Voz do FMI

A respeito das Emendas ao Convênio Constitutivo do FMI aprovadas em abril de 2008, no âmbito do segundo estágio da reforma da distribuição de quotas e do poder de voto, o Congresso Nacional brasileiro editou Decreto Legislativo nº 218, em 7.04.2010. Com tal aprovação pelo Poder Legislativo, em consonância com o processo de internalização de tratados internacionais e suas modificações ao arcabouço legal do Brasil, o Ministro de Estado da Fazenda, como Governador do País no FMI, notificou o Fundo sobre a aceitação pelo Brasil das Emendas ao Convênio Constitutivo. Aguarda-se, no momento, a entrada em vigor das Emendas no plano internacional para que se proceda à promulgação do texto modificativo via Decreto Presidencial.

Em outubro de 2010, em linha com a solicitação dos Líderes do G-20 na Cúpula de Pittsburgh, os Ministros de Finanças e Presidentes de Bancos Centrais do G-20 acordaram um novo pacote de reformas de quotas e voz no FMI. A Assembleia de Governadores do Fundo aprovou Decisão nesse sentido em dezembro. Após negociação intensa, no âmbito do FMI e do G-20, em que o Ministério da Fazenda do Brasil, em especial a SAIN, se engajou ativamente, logrou-se duplicação dos recursos permanentes do Fundo e aumento do poder de voto dos países em desenvolvimento nessa Instituição.

Quando implementadas as reformas de quotas e voz de 2008 e de 2010, o poder de voto dos países em desenvolvimento será elevado de 39,4% para 44,7%. O Brasil, em especial, passará a deter cerca de 2,22% do poder de voto do FMI, o que representa um aumento de 0,84 p.p. ou 60% em relação à situação atual (1,38%). O País se tornará, então, o 10º maior quotista do Fundo.

2.4 Missão do FMI sobre Artigo IV

No ano de 2010, a CGPIN acompanhou a Missão do FMI ao Brasil para a elaboração e atualização do Relatório do Artigo IV, sobre *surveillance* (monitoramento).

2.5 Arranjos de Empréstimo do FMI

Em contribuição ao esforço multilateral para o aumento da capacidade de empréstimos do FMI, em janeiro de 2010, o Brasil firmou Acordo de Compra de Notas (ACN) com o Fundo Monetário Internacional, pelo qual o País poderá comprar notas denominadas em direitos especiais de saque (DES) emitidas pela Instituição em montante equivalente a até US\$ 10 bilhões.

Além disso, o Brasil concordou em participar da versão expandida dos Novos Arranjos de Empréstimo (NAB) do FMI, aprovada em Decisão da Diretoria Executiva no primeiro trimestre de 2010. A expansão do NAB aumentará os recursos disponíveis para o Fundo em cerca de US\$ 500 bilhões, ampliando a capacidade do FMI de fazer frente às necessidades de financiamento externos dos países-membros no pós-crise.

As operações mencionadas não alteram o nível das reservas internacionais brasileiras, mas sua composição, o que contribui para sua estratégia de diversificação.

3. G-24 - Grupo Intergovernamental dos Vinte e Quatro Países em Desenvolvimento

A SAIN é o ponto focal do Governo Brasileiro com o Grupo Intergovernamental dos Vinte e Quatro Países em Desenvolvimento (G-24). A CGPIN é responsável por acompanhar as discussões desse Grupo, cujo objetivo é coordenar posições dos países em desenvolvimento quanto ao aperfeiçoamento do sistema monetário e financeiro internacional e ao financiamento do desenvolvimento junto ao Comitê Monetário e Financeiro Internacional (IMFC) e ao Comitê de Desenvolvimento.

De outubro de 2009 a outubro de 2010, o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda assumiu a liderança na condução dos trabalhos do Grupo. Durante sua presidência, priorizou a discussão dos seguintes temas: combate ao impacto da crise sobre os países em desenvolvimento de maneira a prover apoio adequado aos mais pobres; fortalecimento e reforma das instituições financeiras internacionais; e incentivo à cooperação Sul-Sul na área econômica e financeira.

A CGPIN participou da XXXI Reunião do Grupo Técnico do G-24 realizada em Genebra, Suíça, em agosto de 2010. Foram discutidos o papel e a governança interna do Banco Mundial, com especial atenção à decisão de capitalização tomada em abril de 2010; a reforma de quotas do FMI; perspectivas globais; mudanças climáticas e desenvolvimento: o financiamento do Acordo de Copenhague; e as implicações para o G-24 da agenda de desenvolvimento (Conferência sobre Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, Conferência dos Países Menos Desenvolvidos e G-20).

4. Mudanças Climáticas

A CGPIN representa a SAIN nas discussões sobre os aspectos econômicos de mudanças climáticas, em que a Secretaria é parte. Inclusive, nas reuniões do Comitê Interministerial de Mudanças Climáticas, em que o Secretário de Assuntos Internacionais é membro titular e o Coordenador-Geral da CGPIN, suplente.

5. Assistência Oficial ao Desenvolvimento

Devido à forte ligação com o mandato de desenvolvimento e agenda do Banco Mundial, as discussões sobre Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA), que incluem o financiamento para o desenvolvimento, a ajuda ao comércio, os mecanismos financeiros inovadores, os “*Objetivos de Desenvolvimento do Milênio*”, a “*Declaração de Paris sobre Efetividade da Ajuda*”, o “*Consenso de Monterrey*” e de “*Doha*” e outras iniciativas de assistência oficial são acompanhadas pela CGPIN. Destaca-se a discussão sobre efetividade da ajuda internacional, tratada no âmbito das negociações da 16ª Recomposição de recursos da Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA).

6. G-20 - Grupo dos Vinte Ministros da Fazenda e Presidentes de Bancos Centrais

A CGPIN auxiliou a CDINT, responsável pelo acompanhamento do G-20, na elaboração de materiais para subsidiar a participação do Secretário de Assuntos Internacionais, do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda e do Excelentíssimo Senhor Presidente da República nas reuniões realizadas pelo Grupo, notadamente no que tange ao Banco Mundial e demais bancos multilaterais de desenvolvimento, FMI, uso de energia e financiamento do clima.

Adicionalmente, em 2010, a CGPIN colaborou com a CDINT no esforço de coordenação da participação do Brasil no Processo de Avaliação Mútua referente ao Marco para o Crescimento Forte, Sustentável e Equilibrado (*Framework*) do G-20.

Perspectivas para 2011

Em 2011, a CGPIN continuará a conduzir trabalhos voltados ao estreitamento das relações da SAIN com o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. Destaca-se a elaboração neste ano da Estratégia de Parceria do País com o Banco Mundial para o período 2012-2015.

A CGPIN continuará colaborando com os trabalhos da CDINT em relação ao G-20, dada a existência de temas relacionados ao Banco Mundial e ao FMI no plano de trabalho desse Grupo para 2011.

2.2.3 Coordenação-Geral de Diálogo Econômico Internacional – CDINT

As atividades previstas para a Coordenação-Geral de Diálogo Econômico Internacional – CDINT estão a seguir relacionadas:

- coordenar e exercer as atividades relacionadas à participação do Brasil em diálogos de matéria econômica e financeira com outros países, bilateralmente ou em grupos formais ou informais;

- executar estudos e assessoria técnica em assuntos de conjuntura econômica internacional e em política econômica externa;
- acompanhar e reportar aspectos relevantes da conjuntura econômica internacional e de economias estratégicas; e
- executar atividades relacionadas à adesão do Brasil a organizações ou normas internacionais.

Dentre as atividades realizadas pela CDINT, destacam-se, em 2010, o acompanhamento de assuntos relacionados ao Grupo dos Vinte Ministros de Finanças e Presidentes de Bancos Centrais - G-20 e a participação nas reuniões dos BRICs. Essas atribuições se somaram ao acompanhamento de negociações relativas à revisão de normas e regulação financeiras e à realização de encontros entre o Governo brasileiro e governos estrangeiros e do relacionamento do Brasil com instituições multilaterais.

A Coordenação-Geral de Diálogo Econômico Internacional auxilia na preparação para a participação do Secretário de Assuntos Internacionais e do Ministro de Estado da Fazenda em inúmeros fóruns internacionais, entre os quais: G-20 e seus grupos de trabalho, o Grupo do Brasil, Rússia, Índia e China (BRIC), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Fórum Global, o Conselho de Estabilidade Financeira (FSB) e diálogos bilaterais, entre os quais Brasil-Alemanha, Brasil-Argentina, Brasil-Canadá, Brasil-China, Brasil-Coreia, Brasil-Estados Unidos, Brasil-União Europeia.

Além disso, colabora na preparação da participação em vários encontros bilaterais, conferências e seminários, como a Reunião de Ministros da Fazenda da América Latina, realizada em Cancún, México, em 20.03.2010; a III Reunião de Ministros da Fazenda das Américas e Caribe, realizada em Lima, Peru, em maio de 2010; e a Conferência sobre Regulamentação do Mercado Financeiro, realizada em Berlim, Alemanha, em 19 e 20.05.2010.

Temas Desenvolvidos

1. G-20 – Grupo dos Vinte Ministros de Finanças e Presidentes de Bancos Centrais

O Secretário de Assuntos Internacionais é o *Deputy* do Brasil no G-20, assim como a SAIN é a unidade técnica que lida com os assuntos do G-20 no Ministério da Fazenda. A Coordenação-Geral de Diálogo Econômico Internacional é a unidade responsável pela coordenação e acompanhamento das tarefas relacionadas ao Grupo. Em 2010, o G-20 cumpriu uma extensa agenda, em um contexto de cooperação sem precedentes, com o objetivo de interromper a queda dramática no crescimento da economia global e estabelecer as bases para a recuperação e o crescimento renovado.

O G-20 avançou significativamente na realização de seus compromissos desde o lançamento do *Marco para o Crescimento Forte, Sustentável e Equilibrado* na Cúpula de Pittsburgh, em setembro de 2009. Estes avanços incluem a implementação coordenada de estímulos globais (fiscais e monetários), o progresso nas reformas financeiras, a coordenação de iniciativas extraordinárias de políticas e o acordo sobre metas para a consolidação fiscal.

Ao longo de 2010, realizaram-se duas Cúpulas de Chefes de Estado, três Reuniões de Ministros das Finanças e Presidentes de Bancos Centrais do G-20, quatro Reuniões de *Deputies* (Vice-Ministros das Finanças e Diretores de Bancos Centrais) do G-20, com o objetivo de

elaborar, discutir e encaminhar aos Líderes propostas relacionadas à economia e à estabilidade financeira globais. O Grupo concentrou-se na elaboração e na implementação de medidas para buscar uma cooperação internacional mais efetiva e concertada no sentido de: a) fortalecer e proteger a recuperação econômica; b) garantir um crescimento forte, sustentável e equilibrado no longo prazo; c) estimular a criação de empregos; d) apoiar a redução da pobreza e o desenvolvimento; e e) elevar a prosperidade global.

A primeira Cúpula de Líderes do G-20 de 2010 foi realizada em Toronto, Canadá, em 26 e 27 de junho, tendo sido marcada pela finalização da Primeira Fase do Processo de Avaliação Mútua dos membros do Grupo em nível nacional e da União Europeia. Na ocasião, os Líderes reconheceram que mais poderia ser feito para garantir e fortalecer a recuperação da economia, gerar empregos e reduzir significativamente os desequilíbrios globais.

Em continuidade aos trabalhos do Grupo, foi realizada em Seul, Coreia do Sul, em 11 e 12 de novembro, a segunda Cúpula do G-20, quando foi lançado um Plano de Ação Global, o qual representou maior reforço para avançar nos objetivos de estabelecimento de uma base sólida para um crescimento forte, sustentável e equilibrado, bem como fortalecer e proteger a recuperação. Por meio do Plano de Ação Global, será possível continuar com a cooperação para monitorar a situação econômica global e identificar os riscos potenciais e avaliar que ações de políticas deveriam ser tomadas para promover o crescimento mais forte, sustentável e equilibrado. Este processo consultivo de avaliação mútua, liderado pelos países membros, será mantido em 2011, no âmbito da presidência francesa do G-20.

Em 2010, foram estabelecidos grupos de trabalhos, formados por especialistas sobre os seguintes assuntos: Marco para o crescimento forte, sustentável e equilibrado; Inclusão Financeira; Redes de Segurança Financeira; Energia; e Reforma do Fundo Monetário Internacional.

Os principais resultados do G-20 em 2010 foram: a) lançamentos do *Marco para um Crescimento, Forte, Sustentável e Equilibrado*, processo de avaliação mútua dos membros do Grupo e do *Plano de Ação de Seul*, composto de iniciativas de políticas abrangentes, cooperativas e específicas a cada país; b) finalização do processo de reforma do FMI, com maior representação dos mercados emergentes dinâmicos e dos países em desenvolvimento, elevando, com isso, o Brasil à décima posição entre os maiores quotistas do Fundo; c) estabelecimento dos elementos centrais de um novo marco regulatório financeiro; d) definição de instrumentos para o fortalecimento das redes de segurança financeira globais; e) declaração do Consenso de Desenvolvimento de Seul para o Crescimento Compartilhado; f) criação do Plano de Ação de Inclusão Financeira, Parceria Global para a Inclusão Financeira e um Marco flexível para o Financiamento das Pequenas e Médias Empresas; g) progresso na racionalização e na remoção gradual de subsídios ineficientes a combustíveis fósseis e na promoção da estabilidade e transparência do mercado energético; e h) priorização da luta contra os paraísos fiscais, levando ao fortalecimento e ampliação do Fórum Global sobre Transparência e Troca de Informações Tributárias.

2. BRIC – Grupo do Brasil, Rússia, Índia e China

Em 2010, ocorreram cinco reuniões do Grupo do Brasil, Rússia, Índia e China (BRIC): duas em nível de *Deputies* em: Incheon, Coreia do Sul, em 27 de fevereiro e Washington DC, Estados Unidos, em 7 de outubro; duas em nível de Ministros das Finanças em: Washington DC, Estados Unidos, em 23 de abril e Busan, Coreia do Sul, em 4 de junho; uma em nível de Chefes de Governo e Estado em Brasília, em 16 de abril.

Os principais focos de discussão dos Ministros dos BRICs foram o processo de avaliação mútua dos membros do G-20 para um crescimento forte, sustentável e equilíbrio, a reforma das instituições financeiras internacionais, a reforma de regulação financeira, além de outros assuntos, como subsídios a combustíveis fósseis e redes de segurança financeira.

Como resultado de deliberação dos Ministros e Presidentes de Bancos Centrais dos BRICs, foi constituído por Portaria do Ministro de Estado da Fazenda (de 16.08.2010) o Grupo de Estudo sobre o Grupo Brasil, Rússia, Índia e China - BRIC com o objetivo de explorar o papel dos países integrantes do BRIC na economia mundial em rápida transformação e identificar áreas de cooperação e sinergias entre os quatro países, de modo a promover o crescimento mútuo e aproveitar coletivamente da recuperação econômica global.

O Grupo de Estudo foi composto por representantes do Ministério da Fazenda (coordenação); Banco Central do Brasil; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Universidade de Brasília e Fundação Getúlio Vargas. Tendo em vista a preparação do relatório sobre os BRICs, foi realizado Seminário de Estudos de BRICs em Nova Delhi, na Índia, nos dias 10 e 11 de setembro de 2010, ocasião em que se definiu a formatação de relatório para elaboração conjunta pelas equipes dos quatro países BRICs, cuja conclusão está prevista para abril de 2011.

3. OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

Durante o ano de 2010, deu-se continuidade aos trabalhos relativos ao aprofundamento das relações com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O Ministério das Relações Exteriores coordena esse processo no âmbito do Governo brasileiro, denominado de *enhanced engagement* ou engajamento avançado. No âmbito do Ministério da Fazenda, a SAIN, por meio da CDINT, tem a função de coordenar os trabalhos de avaliação da participação do Brasil, conforme Portaria nº 214, de 28.08.2007, publicada no Diário Oficial da União nº 169, de 31.08.2007.

Ressalte-se, ainda, que a OCDE, com o intuito de apoiar nosso processo de *enhanced engagement*, vem intensificando a produção de estudos a respeito do Brasil, além de ter criado um espaço específico em seu site oficial para divulgar relatórios, notícias e estatísticas sobre o País (www.oecd.org/brazil). Quanto ao Comitê de Investimentos da OCDE, cabe ressaltar que o assunto está sob responsabilidade da COINT/SAIN, entretanto a CDINT tem participado das reuniões do Grupo de Trabalho do Comitê por conta do processo de revisão das Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais (conforme item 3.1 deste Relatório).

Pela primeira vez, em 2010, a publicação *Going for Growth* da OCDE trouxe um capítulo sobre o Brasil e os outros quatro países do processo de engajamento ampliado (África do Sul, China, Índia e Indonésia), em que identifica os desafios-chave sobre suas questões estruturais para os anos seguintes. Os desafios em comum identificados foram o fortalecimento de políticas nas áreas de educação, regulação do mercado de produtos e mercados de trabalho, bem como aprimoramento das instituições mais básicas de mercado.

a. PCN – Ponto de Contato Nacional

O PCN foi instituído no Brasil pela Portaria MF nº 92, de 12.05.2003, com o intuito de promover e implementar as Diretrizes para Empresas Multinacionais da OCDE, sendo composto por representantes de nove Ministérios e do Banco Central, ficando a coordenação do grupo a cargo da Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda – SAIN/MF, por meio da CDINT. O trabalho do PCN-Brasil consiste em duas tarefas básicas: uma de divulgação e

promoção e a outra de análise de reclamações de descumprimento das Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais.

Em janeiro de 2010, as atividades do PCN voltaram a se concentrar em Brasília (DF), por meio de nova portaria de nomeação de Coordenador de PCN, encerrando-se, assim, as atividades do Grupo de Trabalho do Núcleo de Trabalho da SAIN, situado na cidade do Rio de Janeiro (RJ).

Em 2010, o PCN-Brasil aceitou três Reclamações com alegação de descumprimento das Diretrizes por parte de diferentes multinacionais situadas em território brasileiro, sendo duas entregues ainda em 2009, e comunicou as partes do início do processo de averiguação de procedência da denúncia, conforme sintetizado no quadro a seguir:

Número da Reclamação	Tópicos sob análise	Capítulos das Diretrizes	Status
01/2010	Envio de comunicado a agências orientando o comportamento em relação à greve dos bancários.	Capítulo IV, §7º e §8º	Em Andamento. Aguardando informações das partes.
02/2010	Utilização de brechas jurídicas para impedir a presença de dirigentes sindicais em agências bancárias.	Capítulos I §7º e IV §8º	Em Andamento. Aguardando informações das partes.
03/2010	Utilização de brechas jurídicas para impedir a presença de dirigentes sindicais em suas unidades e não utilização do Diálogo Social na ocasião de demissão por justa causa de um Representante dos Trabalhadores/as legitimamente eleito.	Capítulo IV, §1º	Em Andamento. Aguardando informações das partes.

Além das supracitadas Reclamações já aceitas pelo PCN-Brasil, foram recebidas, em 2010, quatro novas denúncias de descumprimento das Diretrizes por parte de diferentes multinacionais situadas em território brasileiro. Todas estão sob análise do Grupo Interministerial do PCN e, até o momento, não foi dado parecer de aceitação ou informadas à parte reclamada.

A 10ª Reunião Anual dos PCNs realizou-se entre os dias 28.06 e 2.07.2010, na sede da OCDE, em Paris, França, em que o Brasil foi representado por esta SAIN. O principal tópico de discussão foi a responsabilidade social corporativa, além de serem apresentados os problemas e soluções de maior destaque no âmbito dos PCNs nos 41 países onde esse instrumento da OCDE é efetivo. Nessa ocasião, também foram apresentados seus relatórios anuais e discutidas as atividades relacionadas com as Diretrizes em nível nacional.

Paralelamente à Reunião Anual dos PCNs, foi realizado evento sobre as normas trabalhistas internacionais, em 28 de junho, organizado pela OIT e pelo Instituto de Construção de Consenso e teve como assuntos: questões de emprego e relações laborais no âmbito das Diretrizes da OCDE e identificação de ingredientes-chave de uma mediação eficaz dos Pontos de Contato Nacionais.

Em comemoração aos 10 anos da última Revisão das Diretrizes, o Comitê de Investimentos iniciou, em 2010, nova Revisão no intuito de melhor adequá-las à realidade dos PCNs e serem mais efetivas. Inicialmente, tratou-se da elaboração de Termo de Referência, aprovado pelo Conselho de Ministros da OCDE, em abril, para subsidiar as discussões de Revisão.

No segundo semestre de 2010, foi iniciado o processo de consultas a órgãos governamentais brasileiros, sindicatos dos trabalhadores e outros atores interessados na Revisão das Diretrizes. Este processo foi conduzido pelo Ministério das Relações Exteriores, com o auxílio da SAIN.

Foram realizadas duas reuniões do Grupo de Trabalho do Comitê de Investimentos para a Revisão das Diretrizes, em outubro e dezembro de 2010, em Paris, França, em que o Brasil esteve representado por esta SAIN, pelo Ministério das Relações Exteriores e pela Embaixada do Brasil. Os temas tratados foram as questões procedimentais, a criação do novo capítulo sobre direitos humanos e a cadeia de fornecimento, no âmbito da Revisão, que tem seu término previsto para maio de 2011, por ocasião do Conselho de Ministros da OCDE.

4. Fórum Global para Transparência e Troca de Informações Tributárias

Todos os países do G-20 aderiram ao Fórum Global sobre Troca de Informações Tributárias no intuito de combater os paraísos fiscais e práticas tributárias danosas. Em março de 2010, foi iniciado processo de avaliação mútua que identificará paraísos fiscais. Em junho do mesmo ano, o Brasil, que é membro das instâncias decisórias do Fórum (Grupo de Revisão entre Pares e Grupo de Coordenação), passou a figurar na lista dos países que implementaram corretamente os padrões de transparência e troca de informações tributárias (“lista branca”).

Mais de 500 acordos de troca de informações tributárias foram assinados desde 2009. Atualmente, o principal foco do Fórum Global são os acordos realizados por meio de mecanismo de revisão entre pares. Quarenta países foram avaliados em 2010 e o restante dos quase cem membros do Fórum Global serão avaliados nos próximos dois anos (2011-2012). O Brasil será avaliado no final do primeiro semestre de 2011.

Em setembro de 2010, no encontro anual do Fórum Global, em Cingapura, foram aprovados documentos sobre o progresso do processo de avaliação e seu monitoramento (Bermudas, Brasil, Jersey, China, Samoa, África do Sul e Reino Unido); assistência técnica sobre troca de informações para fins tributários a jurisdições pequenas e países em desenvolvimento; balanço dos principais resultados no último ano; e programa de trabalho, bem como questões orçamentárias para 2011-2012.

5. FSB – Conselho de Estabilidade Financeira

O Conselho de Estabilidade Financeira (FSB, em inglês) foi criado por determinação dos Líderes do G-20, em abril de 2009, em Londres, Inglaterra, ampliando com os países membros do G-20 a composição do Fórum de Estabilidade Financeira (FSF), ao qual sucedeu.

O FSB foi criado com a finalidade de coordenar, em nível internacional, o trabalho das autoridades financeiras nacionais e organismos internacionais de padronização, de desenvolver e promover a implementação de medidas eficazes de regulamentação, supervisão e outras políticas do setor financeiro.

O FSB reúne autoridades nacionais responsáveis pela estabilidade financeira de relevantes centros financeiros internacionais, instituições financeiras internacionais e entidades internacionais de reguladores e supervisores. Como obrigações decorrentes da adesão, os membros do FSB se comprometem a buscar a manutenção da estabilidade financeira, manter a abertura e transparência do setor financeiro, implementar padrões financeiros internacionais (incluindo as 12 principais Normas e Códigos Internacionais) e aceitam submeter-se a avaliações

periódicas dos pares, utilizando, entre outros, dados dos relatórios do Programa de Avaliação do Setor Financeiro (FSAP), do FMI/Banco Mundial.

O plenário do FSB se reúne pelo menos duas vezes por ano ou mais, se necessário. Para ampliar o círculo dos países envolvidos no trabalho de promoção da estabilidade financeira internacional, a partir de 2011, o FSB vai se engajar em encontros regionais regulares, com o objetivo de consultar países não-membros do FSB.

O Brasil tem três assentos na Reunião Plenária do FSB, sendo representado por Guido Mantega, Ministro de Estado da Fazenda, Maria Helena Santana, Presidente da CVM, e Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central. Da mesma forma, o Brasil participa de vários comitês permanentes e grupos de trabalho. Em 2010, os representantes brasileiros estiveram presentes nas quatro reuniões plenárias: em 9 de janeiro, na Basileia, Suíça; 14 de junho, em Toronto, Canadá; em 27 de setembro, em Paris, França; e em 20 de outubro, em Seul, Coreia do Sul. As três últimas contaram com o acompanhamento direto desta SAIN.

Em 2010, houve avanços significativos nos temas da agenda de reforma da regulação financeira, principal foco de atenção do FSB no momento. Destacam-se os seguintes assuntos:

Basileia III - Novas normas bancárias de capital e liquidez foram aprovadas no Comitê de Basileia e no FSB. O pacote de reformas estabelece em 7% dos ativos ponderados pelo risco, o novo nível mínimo de capital próprio e em 10,5% o nível de capital de Nível I. Ademais, foi criada uma reserva contracíclica, a ser implementada de acordo com as circunstâncias de cada país, de 0% a 2,5%. As novas normas deverão aumentar a resiliência do sistema bancário, tornando o sistema bancário menos pró-cíclico e com maior capacidade de dar apoio ao crescimento econômico de longo prazo. O cronograma de implementação, de 2013 a 2019, foi elaborado para garantir que não haja impacto negativo na recuperação econômica.

Instituições financeiras sistemicamente importantes – SIFIs. O FSB fez recomendações aos Líderes do G-20, em Seul, Coreia do Sul, abrangendo: a necessidade de normas prudenciais suplementares para as SIFIs, para que tenham maior capacidade de absorção de prejuízos, reduzindo o impacto de falências; previsão de resolução de insolvência de SIFIs sem o apoio de recursos públicos; o reforço da supervisão das SIFIs (mandatos inequívocos, independência e recursos suficientes por parte dos supervisores, além de normas que reflitam as complexidades dessas instituições). Processo de revisão por pares, a ser efetuado pelo FSB/FMI/Banco Mundial, deve promover a coerência das políticas nacionais nesta área.

Implementação de centrais de liquidação e registro de operações com derivativos de balcão. O FSB fez as seguintes recomendações para que o G-20 adote como compromissos: aumentar a padronização do mercado de derivativos de balcão; implementar exigências de liquidação por meio das câmaras de compensação; reforço da supervisão e regulamentação das contrapartes centrais; negociação em bolsas ou plataformas eletrônicas (IOSCO fará análise a respeito no início de 2011); registro das transações de derivativos de balcão.

Agências de classificação de riscos (ACRs). Foram apresentados ao G-20 princípios para a redução da dependência de autoridades e instituições financeiras em relação às avaliações das ACRs. Os princípios recomendam a remoção, em regras e regulamentos, de referências automáticas a classificações das ACRs. Ao mesmo tempo, solicitam a bancos, agentes do mercado e investidores institucionais que façam sua própria avaliação de risco.

Convergência contábil. Houve avanços de convergência entre o International Accounting Standards Board (IASB) e o Financial Accounting Standards Board (FASB, dos

EUA) em vários assuntos, à exceção de assuntos relativos a instrumentos financeiros com características de *equity* e exigências de consolidação.

6. Monitoramento da Conjuntura Econômica Internacional

Durante 2010, foram executados estudos e assessoramento técnico em assuntos atinentes à conjuntura econômica internacional e em política econômica externa, com foco nos países que compõem o G-20. O acompanhamento de indicadores e aspectos relevantes da conjuntura econômica internacional e de países de importância estratégica para o Brasil se materializou na elaboração de três relatórios de monitoramento macroeconômico dos países do G-20, assim como na preparação de subsídios sobre a macroeconomia global e economia brasileira para as diversas reuniões ocorridas durante o ano, particularmente para as reuniões de *Deputies* e de Ministros de Finanças do G-20.

2.2.4 Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros - COAFI

À Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros - COAFI compete exercer as atribuições relativas ao apoio técnico e operacional ao funcionamento do Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações – COFIG, cuja Secretaria-Executiva é exercida pela Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda.

Os órgãos colegiados dos quais a Coordenação-Geral é membro ativo, representando a Secretaria de Assuntos Internacionais - SAIN, conduzem programas de governo que têm como objetivo principal contribuir para o aumento das exportações brasileiras, gerando, por consequência, a elevação do nível de emprego e de renda, a busca de novos mercados exportadores, bem como o apoio à captação de recursos externos para projetos de interesse de entes públicos federais, estaduais e municipais.

Temas Desenvolvidos

1.1 Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações – COFIG

O COFIG, órgão colegiado integrante da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX, foi criado pelo Decreto nº 4.993, de 18.02.2004, em substituição ao Conselho Diretor do Fundo de Garantia à Exportação - CFGE, extinto a partir de 1º.01.2004, pela Medida Provisória nº 143, de 11.12.2003, e ao Comitê de Crédito às Exportações - CCEX, extinto a partir de 19.03.2004, pela Portaria MF nº 45, de 18.03.2004.

Ao COFIG compete enquadrar e acompanhar as operações do Programa de Financiamento às Exportações - PROEX e do Fundo de Garantia à Exportação - FGE, estabelecendo parâmetros e condições para a concessão, pela União, de assistência financeira às exportações brasileiras e prestação de garantia às operações no âmbito do Seguro de Crédito à Exportação. Assim, a partir da criação do COFIG, os assuntos referentes ao PROEX e ao FGE passaram a ser tratados em um único Comitê.

A Presidência do COFIG é exercida pelo Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC e sua Secretaria-Executiva está a cargo da SAIN, representando o Ministério da Fazenda. O Comitê é composto, ainda, por representantes do Ministério das Relações Exteriores - MRE; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP; Casa Civil da Presidência da República; e Secretaria do Tesouro Nacional - STN, do Ministério da Fazenda.

Embora ainda constante do Decreto nº 4.993/2004, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA teve o seu pedido de exclusão do COFIG aprovado pelo Conselho de Ministros da CAMEX em sua Reunião LXII, realizada em 5.02.2009. Além da exclusão do MAPA, pretende-se fazer outras alterações referentes às competências do Comitê. A minuta de Decreto de alteração do Decreto 4.993/2004, contemplando todas essas alterações, já foi aprovada no âmbito do COFIG e da CAMEX, ouvidas as respectivas áreas jurídicas, e encontra-se em processo de publicação.

Participam também do COFIG, como convidados, representantes do Banco do Brasil S.A.; do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES; desta SAIN, como mandatária da União para prestação de garantia do SCE; e da Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação – SBCE.

1.1.1 Secretaria-Executiva

Em 2010, a SAIN, no exercício da atividade de Secretaria-Executiva do COFIG, representada pela COAFI, organizou e participou ativamente de todas as reuniões do Comitê, prestando assessoria ao Presidente e aos Membros do COFIG, distribuindo documentação aos representantes, propondo pautas para as reuniões, providenciando informações necessárias à instrução das matérias a serem submetidas à apreciação e deliberação do Comitê, elaborando pautas comentadas e atas com as deliberações do COFIG, bem como coordenando reuniões do Grupo de Assessoramento Técnico - GAT e reuniões de Grupos Técnicos criados para elaborar estudos relacionados ao PROEX e ao FGE.

1.1.2 Reuniões

As Reuniões Ordinárias e Extraordinárias do COFIG são realizadas com a presença de pelo menos 5 (cinco) membros (titulares ou suplentes) do Comitê, dentre eles o Presidente ou o Secretário-Executivo, para deliberar sobre os diversos assuntos da pauta. As Reuniões do GAT são realizadas dois dias antes das reuniões ordinárias, com a participação dos representantes suplentes e assessores, para discussão técnica dos assuntos da pauta.

No exercício de 2010 foram realizadas, sob a coordenação da Secretaria-Executiva do COFIG, 12 (doze) Reuniões Ordinárias (66ª a 77ª), precedidas de 12 (doze) reuniões do GAT.

1.1.3 Consultas extraordinárias aos membros da COFIG

Em 2010, em atendimento à recomendação do COFIG, a COAFI, na qualidade de Secretaria-Executiva do COFIG, realizou 4 consultas extraordinárias aos membros do Comitê, por meio eletrônico, conforme a seguir:

- **FGE - Venda de Ações:** Consulta sobre a venda de ações do Banco do Brasil S.A., de propriedade do FGE, por meio de Expediente nº 196/COFIG/SAIN-MF, de 11.05.2010;
- **Operações *Intercompanies*:** Consulta sobre a proposta de eliminação dos critérios para aprovação de operações *intercompanies* ao amparo do PROEX, por meio do Expediente nº 277/COFIG/SAIN-MF, de 23.06.2010;

- **República Dominicana - Subteto FGE:** Consulta sobre a proposta de eliminação do subteto de exposição do FGE para as operações de exportação brasileiras financiadas para a República Dominicana, por meio do Expediente nº 328/SAIN/COFIG-MF, de 15.07.2010; e
- **Moçambique - Aeroporto de Nacala:** Consulta sobre a proposta de alteração de condições da operação aprovada para Moçambique referente à construção do Aeroporto de Nacala, por meio do Expediente nº 451/COFIG/SAIN-MF, de 8.09.2010.

1.1.4 Regimento Interno

Aguarda-se a publicação do Decreto que irá alterar o Decreto nº 4.993/2004, para os devidos ajustes e posterior publicação do Regimento Interno do Comitê, após exame da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN.

1.1.5 Grupos de Trabalho

A COAFI participou e/ou coordenou os seguintes Grupos de Trabalho ao longo do exercício de 2010:

1.1.5.1 - GT: PROEX - Execução do Orçamento

O Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações - COFIG, em sua 71ª Reunião Ordinária, realizada em 1º.07.2010, determinou a criação de Grupo de Trabalho, sob a coordenação da Secretaria-Executiva do Comitê, com o objetivo de avaliar e propor alternativas para aperfeiçoar o processo de execução orçamentária do Programa de Financiamento às Exportações - PROEX, no prazo de 60 dias a contar da data da referida reunião. Foram realizadas 4 reuniões do GT, com foco no processo de aprovação e impacto da operação no orçamento do PROEX. O relatório do GT foi apreciado e aprovado pelo COFIG em sua 74ª Reunião Ordinária, realizada em 29.09.2010. Este relatório apresentou propostas visando reduzir o percentual de frustração das operações, mediante um comprometimento orçamentário mais próximo da efetiva execução do orçamento, e proporcionar reflexos positivos na utilização dos recursos do Programa.

1.1.5.2 - GT: Risco-País

O GT foi criado pelo COFIG em sua 60ª Reunião Ordinária, realizada 29.07.2009, sob a coordenação da Secretaria-Executiva do Comitê, com o objetivo de avaliar o nível de exposição do FGE e o risco dos países que contam, ou que venham a contar, com financiamento brasileiro e garantia do Fundo.

No decorrer de 2010, foram realizadas 8 (oito) reuniões do GT e avaliados os relatórios elaborados pela SBCE sobre diversos países, de acordo com o seguinte cronograma:

- Janeiro: Argentina e Venezuela;
- Fevereiro: Cuba;
- Abril: Gana;
- Maio: República Dominicana;

- Junho: Trinidad e Tobago;
- Julho: Guiné Equatorial;
- Agosto: Chile;
- Novembro: Cabo Verde e Indonésia.

1.1.5.3 - GT: Cabo Verde

Na LXXV Reunião do Conselho de Ministros da CAMEX, realizada em 14.09.2010, foi aprovada a criação de Grupo de Trabalho, no âmbito daquela Câmara, para analisar o pedido de financiamento concessional de Cabo Verde para construção da Cidadela Administrativa em Praia, capital daquele país. A COAFI, representando a SAIN, Secretaria-Executiva do COFIG, participou das reuniões do GT.

O relatório final com as propostas do GT foi apresentado e aprovado pelo Conselho de Ministros em sua LXXVIII Reunião, realizada em 14.12.2010.

1.1.5.4 - GT: Mais Alimentos África

Na LXXVI Reunião do Conselho de Ministros da CAMEX, realizada em 19.10.2010, foi aprovada a criação de Grupo de Trabalho sobre a África, no âmbito do COFIG e coordenado pela Presidência do Comitê, para estudar a viabilização de crédito à exportação brasileira para países africanos. A COAFI, representando a SAIN, Secretaria-Executiva do COFIG, participou das 2 reuniões realizadas pelo GT para discutir a matéria (28.10 e 4.11.2010).

O relatório final com as propostas do GT foi apresentado e aprovado pelo Conselho de Ministros em sua LXXVII Reunião, realizada em 17.11.2010.

1.1.6 Notas Técnicas/Consultas

- **COFIG:** Nota Técnica nº 222, de 24.05.2010. Encaminha à CAMEX pleito do interesse de Cuba - Porto de Mariel - Operação de Exportação com Garantia do SCE, ao amparo do FGE, e equalização de taxas com recursos do PROEX - Condições financeiras excepcionais;
- **COFIG:** Nota Técnica nº 223, de 24.05.2010. Encaminha à CAMEX pleito de interesse de Moçambique - Aeroporto de Nacala - Operação de Exportação com Garantia do SCE, ao amparo do FGE, e equalização de taxas com recursos do PROEX - Alteração de condições financeiras;
- **COFIG:** Nota Técnica nº 391, de 11.08.2010. Encaminha à CAMEX o Protocolo de Entendimentos entre Brasil e Angola, firmado em 2010;
- **COFIG:** Nota Técnica nº 392, de 11.08.2010. Encaminha à CAMEX pleito da Bolívia de prorrogação de prazo do financiamento do Projeto Rodoviário “*Hacia El Norte*”, pelo governo brasileiro;
- **COFIG:** Nota Técnica nº 454, de 10.09.2010. Encaminha à CAMEX pleito do interesse de Gana - Corredor Rodoviário Oriental - Operação de Exportação com Garantia do SCE,

ao amparo do FGE, e equalização de taxas com recursos do PROEX – Condições financeiras excepcionais;

- **COFIG:** Nota Técnica nº 455, de 10.09.2010. Encaminha à CAMEX pleito do interesse de Gana - Estudos, Projetos básicos e Execução para construção de um hangar e anexos para manutenção de aviões da EMBRAER - Operação de Exportação com Garantia do SCE, ao amparo do FGE, e equalização de taxas com recursos do PROEX - Alteração de condições financeiras;
- **COFIG:** Nota Técnica nº 456, de 10.09.2010. Encaminha à CAMEX pleito do interesse de Moçambique - Aeroporto de Nacala - Operação de Exportação com Garantia do SCE, ao amparo do FGE, e equalização de taxas com recursos do PROEX - Alteração de condições financeiras;
- **COFIG:** Nota Técnica nº 518, de 15.10.2010. Encaminha à CAMEX pedido de financiamento do PROEX com Garantia do SCE, ao amparo do FGE, para operação de exportação de bens para o Chile. Condições financeiras excepcionais – Empresa exportadora com faturamento bruto anual superior a R\$ 600 milhões (seiscentos milhões de reais);
- **COFIG:** Nota Técnica nº 519, de 15.10.2010. Encaminha à CAMEX pleito do interesse de Cuba - Financiamento do PROEX para exportação de Café Verde;
- **COFIG:** Nota Técnica nº 520, de 15.10.2010. Encaminha à CAMEX pedido de ampliação do prazo de financiamento, pelo BNDES, das operações ao amparo do Protocolo de Entendimentos sobre Cooperação Econômica e Comercial entre Brasil e Cuba;
- **COFIG:** Expediente nº 550, de 5.11.2010. Consulta à Secretaria de Orçamento Federal (SOF) sobre o procedimento a ser adotado para a regularização de pendência contábil gerada por ocasião da substituição de 90 milhões de ações do BB, de propriedade do FGE, por Notas do Tesouro Nacional, série F – NTN-F;
- **COFIG:** Memorando nº 623, de 29.12.2010. Consulta à PGFN sobre a minuta de decreto que altera o Decreto nº 4.993/2004, que dispõe sobre a criação do COFIG.

1.1.7 Negociações Bilaterais

- **Angola:** Delegações do Governo brasileiro e do Governo angolano reuniram-se, em Brasília, entre os dias 10 e 22.06.2010, para discutirem a solicitação angolana relativa à concessão de crédito adicional. A delegação brasileira foi chefiada pelo Secretário-Adjunto da SAIN e a delegação angolana pela Consultora do Ministro das Finanças e Coordenadora do Gabinete de Apoio Técnico do Ministério das Finanças de Angola. Ao final das negociações, as partes acordaram as condições consubstanciadas em um Protocolo de Entendimento, que foi posteriormente submetido à aprovação da CAMEX;
- **Cabo Verde:** No período de 6 a 8.12.2010, esteve em Brasília missão do Governo de Cabo Verde, chefiada pela Ministra de Finanças, que se reuniu com integrantes do Grupo Técnico criado pela CAMEX para avaliar o pedido de financiamento concessional daquele país. Na oportunidade, a delegação de Cabo Verde prestou esclarecimentos sobre

a situação macroeconômica do país e reiterou o pleito de financiamento para a construção da Cidadela Administrativa, em Praia. A COAFI, representando a SAIN/MF, participou das discussões com a delegação de Cabo Verde e das discussões internas do GT. O relatório final com as propostas do GT foi aprovado pela CAMEX em sua LXXVIII Reunião, realizada em 14.12.2010.

- **Cuba:** No período de 28 a 29.07.2010, a COAFI, representando a SAIN/MF, participou da delegação brasileira, chefiada pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, que esteve em Havana (Cuba), para negociações com autoridades cubanas sobre a concessão de financiamento para construção do Porto de Mariel. O relatório da delegação foi apresentado ao Conselho de Ministros da CAMEX em sua LXXV Reunião, realizada em 14.09.2010, tendo o Conselho ratificado o apoio brasileiro à construção do Porto de Mariel.
- **Guiné-Equatorial:** No período de 30.06 a 1º.07.2010, a COAFI, representando a SAIN/MF, participou de reuniões, em Brasília (DF), com delegação do Governo da Guiné Equatorial. Na oportunidade, a delegação daquele país, chefiada pelo Ministro da Economia, manifestou interesse em financiamento brasileiro para projetos em seu país e demonstrou o interesse em conhecer os mecanismos de apoio às exportações do Governo brasileiro. Posteriormente, após recomendação do COFIG, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou à Guiné Equatorial documento elaborado sob a coordenação da SAIN/MF, na qualidade de Secretaria-Executiva do COFIG, sobre os mecanismos brasileiros de apoio oficial às exportações.
- **Moçambique:** Em 31.08.2010, a COAFI, representando a SAIN/MF, participou da reunião do Grupo de Apoio Técnico do COFIG com delegação de Moçambique, coordenada pelo MDIC, para negociação de ajustes na estrutura financeira da operação envolvendo a construção do Aeroporto de Nacala. Ao final do encontro, foi assinada a ata da reunião por representante do MDIC e pelo Ministro das Finanças de Moçambique.
- **República Dominicana:** No período de 22 a 23.07.2010, esteve em Santo Domingo uma delegação do Governo brasileiro para participar do encontro sobre o Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos, da ALADI-Associação Latino-Americana de Integração. Na oportunidade, foi comunicada ao Governo dominicano a aprovação, pelo COFIG, do pedido de flexibilização ou eliminação do subteto daquele país no FGE.

1.2 Programa de Financiamento às Exportações – PROEX

O PROEX é um programa governamental, instituído pela Lei nº 8.187, de 1º.6.1991, revogada pela Lei nº 10.184, de 12.02.2001, com o objetivo de incentivar as exportações brasileiras de bens e serviços, mediante a concessão de apoio financeiro às empresas exportadoras, com recursos orçamentários da União.

Destacamos, a seguir, os principais eventos envolvendo o referido Programa, no âmbito desta COAFI, ao longo do ano de 2010:

1.2.1 Comissão de Programação Financeira do PROEX - CPF

A CPF foi criada pela Portaria Interministerial nº 496, de 3.09.1993, com a incumbência de elaborar as propostas para a programação financeira mensal do Programa de Financiamento às Exportações - PROEX.

Em 2010, sob a supervisão da Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros - COAFI, foram realizadas 12 (doze) reuniões de programação de liberação de recursos e de acompanhamento do Programa (97ª a 108ª).

1.2.2 Orçamento do PROEX

- **Proposta Orçamentária do PROEX para 2011:** A COAFI coordenou as reuniões de elaboração da proposta orçamentária do PROEX para o exercício de 2011, que contaram com a participação de membros e convidados do COFIG. A proposta orçamentária do Programa, no montante de R\$ 2,5 bilhões de dotação para Financiamentos, R\$ 1,2 bilhão para Equalização de Taxas de Juros e previsão de receita na ordem de R\$ 1,9 bilhão, foi encaminhada à STN/COPEC em 29.06.2010 para compor a proposta do Ministério da Fazenda a ser encaminhada à Secretaria de Orçamento Federal - SOF.
- **Orçamento do PROEX para 2010:** A COAFI monitorou, periodicamente, a execução orçamentária do Programa, que teve dotação orçamentária de R\$ 1,04 bilhão para Financiamento e R\$ 360 milhões para Equalização da Taxa de Juros.

1.3 Comissão de Financiamentos Externos - COFIEX

A Comissão de Financiamentos Externos - COFIEX, órgão colegiado integrante da estrutura organizacional do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, reorganizada pelo Decreto no 3.502, de 12.06.2000, tem por finalidade:

- a) identificar, examinar e avaliar pleitos de apoio externo de natureza financeira (reembolsável ou não reembolsável), com vistas à preparação de projetos ou programas de entidades públicas; e
- b) examinar e avaliar pleitos relativos a alterações de aspectos técnicos de projetos ou programas, em execução, com apoio externo de natureza financeira, nos casos que requeiram modificações nos respectivos instrumentos contratuais, especialmente prorrogações de prazo de desembolso, cancelamentos de saldos, expansões e reduções de metas e reformulações de projetos ou programas.

1.3.1 Composição

A COFIEX é composta pelos seguintes membros:

- (i) Secretário-Executivo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que é o Presidente da Comissão;
- (ii) Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que é o Secretário-Executivo da Comissão;
- (iii) Secretário de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- (iv) Secretário de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- (v) Chefe da Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- (vi) Subsecretário-Geral de Assuntos Econômicos e Tecnológicos do Ministério das Relações Exteriores;

- (vii) Secretário do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda;
- (viii) Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda;
- (ix) Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda; e
- (x) Diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central do Brasil.

1.3.2 Grupo Técnico da COFIEIX - GTEC

Faz parte da COFIEIX o grupo de trabalho permanente denominado Grupo Técnico da COFIEIX - GTEC, composto por representantes indicados por seus membros, com o objetivo de examinar os pleitos de que tratam as alíneas “a” e “b” acima mencionadas, assessorando a COFIEIX no desempenho de suas funções.

1.3.3 Natureza das reuniões da COFIEIX e do GTEC

A SAIN, por intermédio da Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros - COAFI, participa de todas as reuniões da COFIEIX e do GTEC, conforme indicadas a seguir, fazendo uma análise prévia de toda a documentação a ser examinada em cada reunião, com o objetivo de prestar apoio técnico à Comissão e ao Grupo Técnico e de prover informações ao Secretário de Assuntos Internacionais:

- a) COFIEIX: Reuniões Ordinárias/Extraordinárias - avaliação e deliberação dos pleitos de apoio externo de natureza financeira, com vistas à preparação de projetos ou programas de entidades públicas;
- b) GTEC: Reuniões Ordinárias/Extraordinárias - exame, avaliação e deliberação dos pleitos relativos a alterações de aspectos técnicos de projetos ou programas, em execução, com apoio externo de natureza financeira, nos casos que requeiram modificações nos respectivos instrumentos contratuais, especialmente prorrogações de prazo de desembolso, cancelamentos de saldos, expansões e reduções de metas e reformulações de projetos ou programas;
- c) GTEC: Reuniões de Apresentação de Cartas-Consulta - exame e avaliação prévia dos pleitos de apoio externo de natureza financeira, com vistas à avaliação final e decisão da COFIEIX quanto à preparação de projetos ou programas de entidades públicas; e
- d) GTEC: Reuniões para Análise de Agendas Preliminares de Reuniões Ordinárias/Extraordinárias da COFIEIX - avaliação da conveniência, ou não, de inclusão nas Agendas das Reuniões da COFIEIX dos pleitos de apoio externo de natureza financeira, com vistas à preparação de projetos ou programas de entidades públicas.

1.3.4 Número de reuniões da COFIEIX e do GTEC realizadas em 2010

No exercício de 2010, foram realizadas 3 (três) reuniões da COFIEIX (87^a a 89^a) e 63 (sessenta e três) reuniões do GTEC, sendo: 3 (três) para Análise de Agendas Preliminares de Reuniões da COFIEIX; 13 (treze) Reuniões Ordinárias/Extraordinárias (194^a a 206^a); e 47 (quarenta e sete) reuniões referentes a exame e avaliação de Cartas-Consulta. A SAIN participou de todas as reuniões da COFIEIX, mas somente pôde participar de 57 (cinquenta e sete) reuniões do GTEC, em função de que, por ocasião da realização de algumas reuniões, os representantes (titular e suplente) da SAIN naquele Grupo estavam envolvidos no atendimento de demandas urgentes de serviços relacionados ao Seguro de Crédito à Exportação - SCE, transferidos do IRB-Brasil Resseguros S.A. para a SAIN, sem a necessária ampliação da estrutura funcional da Secretaria para o desempenho das respectivas atribuições.

1.3.5 Consultas extraordinárias aos membros da COFIEX

Em atendimento a solicitações da Secretaria-Executiva da COFIEX, a SAIN se manifesta, por escrito, sobre consultas extraordinárias efetuadas aos membros da Comissão, referentes à preparação de projetos ou programas de entidades públicas, com apoio externo de natureza financeira. Em 2010, foram realizadas pela Secretaria-Executiva da COFIEX, e respondidas pela SAIN, 7 (sete) consultas extraordinárias aos membros da Comissão.

2.2.5 Coordenação-Geral de Seguro de Crédito à Exportação - COSEC

À Coordenação-Geral de Seguro de Crédito à Exportação – COSEC compete exercer as atividades relacionadas à concessão de garantia de cobertura dos riscos comerciais e dos riscos políticos e extraordinários assumidos em virtude do Seguro de Crédito à Exportação - SCE, transferidas do IRB-Brasil Resseguros S.A. para o Ministério da Fazenda, por intermédio da Lei nº 11.281, de 20.02.2006, que alterou a Lei nº 6.704, de 26.10.1979.

Em função da publicação da Lei nº 11.281/2006, o Sr. Secretário de Assuntos Internacionais e o Sr. Procurador-Geral da Fazenda Nacional, com o apoio técnico da COSEC/SAIN, autorizam, em nome da União, conforme as respectivas competências, a concessão da garantia da cobertura do SCE, lastreada com recursos do FGE.

A COSEC exerce também as demais atribuições relativas ao Seguro de Crédito à Exportação, incluindo a contratação de instituição habilitada a operar o SCE para a execução de todos os serviços a ele relacionados, inclusive análise, acompanhamento, gestão das operações de prestação de garantia e de recuperação de créditos sinistrados, conforme Portaria MF nº 286, de 2.12.2008.

1.1 Fundo de Garantia à Exportação – FGE / Seguro de Crédito à Exportação – SCE

Em decorrência da transferência das atribuições, do IRB-Brasil Resseguros S.A. para o Ministério da Fazenda, referentes à concessão de garantia da cobertura dos riscos comerciais e dos riscos políticos e extraordinários, assumidas em virtude do Seguro de Crédito à Exportação, ao amparo do FGE, esta Secretaria, por meio da Coordenação-Geral de Seguro de Crédito à Exportação, examinou as solicitações de exportadores brasileiros, a seguir listadas, com vistas à autorização da concessão de garantia pela União, na alçada da SAIN/COSEC ou do COFIG.

Natureza da Operação	Quantidade	Países/Destino	Valor Exportação (US\$)	Prêmios Previstos (US\$)
Promessa de Garantia	203*	14	6.346.666.000,00	474.879.393,58
Certificado de Garantia	55**	14	2.724.960.000,00	259.483.480,52
Indeferimentos	2	2	2.637.460,99	-

(*) Foram analisadas 119 Promessas de Garantia, com a elaboração de 84 pareceres adicionais da COSEC/SAIN referentes a reapresentações e renovações das PGs, totalizando 203 manifestações técnicas da COSEC/SAIN.

(**) Foram analisados 37 Certificados de Garantia, com a elaboração de 18 pareceres adicionais da COSEC/SAIN referentes a acréscimos e aditamentos, totalizando 55 manifestações técnicas da COSEC/SAIN.

Os pleitos foram distribuídos conforme o encaminhamento conferido a cada um deles. Assim, as operações foram divididas em: Promessas de Garantia de Cobertura de Seguro de Crédito à Exportação (203); Certificados de Garantia de Cobertura de Seguro de Crédito à Exportação (55), na forma de Condições Particulares e, eventualmente, também como Condições Especiais, bem como em operações que não tiveram o risco aprovado e, por isso, foram objeto de indeferimentos (2). Os pleitos examinados pela COSEC totalizaram US\$ 9,1 bilhões de exportações brasileiras e US\$ 734,3 milhões de previsão de arrecadação de prêmio de seguro, a serem recolhidos de acordo com o cronograma de desembolso das operações.

Vale ressaltar que todas as operações mencionadas foram objeto de análise pela empresa contratada para operar o Seguro de Crédito à Exportação, cujo “Relatório Executivo” específico para cada operação, envolvendo a análise econômico-financeira do importador, o risco-país, a análise setorial e o histórico das empresas envolvidas, foi tempestivamente submetido à apreciação desta Coordenação-Geral de Seguro de Crédito à Exportação, do COFIG e, conforme o caso, também da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN.

Sobre os sinistros verificados ao longo de 2010, o Fundo de Garantia à Exportação – FGE efetuou indenizações no montante de R\$ 592 mil (quinhentos e noventa e dois mil reais). Os valores recuperados após a indenização, mediante ações de cobrança judicial e extrajudicial, atingiram o montante de R\$ 2,5 milhões (dois milhões e quinhentos mil reais). Cumpre ressaltar que essa recuperação refere-se também a operações de exercícios anteriores a 2010, uma vez que somente com a publicação da Lei nº 11.281, de 20.02.2006, foi definido o procedimento para recuperação de créditos referentes a indenizações pagas com recursos do FGE.

1.2 Consultas à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN

Foram realizadas no âmbito do Seguro de Crédito à Exportação - SCE, ao amparo do Fundo de Garantia de Exportação - FGE, 21 (vinte e uma) consultas à PGFN sobre Certificados de Garantia, Pagamentos de Indenizações, além de outros assuntos vinculados ao SCE.

1.3 Orçamento do Fundo de Garantia à Exportação – FGE

- **Proposta Orçamentária do Fundo de Garantia à Exportação – FGE para 2011:**
Foram tomadas as seguintes providências acerca da Proposta Orçamentária do FGE para o ano de 2011:
 - 29.06.2010 – Encaminhamento à SPOA/SE/MF da Proposta Orçamentária do Fundo de Garantia à Exportação – FGE para o exercício de 2011, elaborada pela Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros – COAFI, com a colaboração do Grupo Técnico do COFIG, da ordem de R\$ 1,4 bilhão de receitas e R\$ 172,5 milhões de despesas.
 - 8.07.2010 – A SPOA/MF informou à COSEC a fixação do montante de R\$ 18,9 milhões como limite global para a Proposta Orçamentária de 2011 do Fundo de Garantia à Exportação, a ser distribuído entre as atividades pertencentes ao referido Fundo.
 - 13.07.2010 – A COSEC enviou à SPOA/MF o mapa com a distribuição dos valores entre as três rubricas orçamentárias do FGE, sendo R\$ 3,1 milhões para Cobertura das Garantias prestadas pela União nas operações de Seguro de Crédito à Exportação, R\$ 15,3 milhões para Remuneração de Agentes pela Recuperação de Haveres e Operacionalização do Seguro de Crédito à Exportação e R\$ 500 mil de Devolução de Prêmios do Seguro.

- 12.08.2010 – A SPOA/MF informou à COSEC a expansão do limite orçamentário anteriormente determinado no montante de R\$ 13,1 milhões a ser distribuído entre as três rubricas orçamentárias do referido Fundo.
- 13.08.2010 – A COSEC encaminhou, por meio eletrônico o novo limite global para a Proposta Orçamentária de 2011 do FGE, com a expansão de US\$ 13,1 milhões, totalizando US\$ 32 milhões.
- **Orçamento do FGE para 2010:** A COSEC monitorou, periodicamente, a execução orçamentária do Fundo, que teve dotação orçamentária de R\$ 14,7 milhões para Remuneração de Agentes pela Recuperação de Haveres e Operacionalização do Seguro de Crédito à Exportação, R\$ 14,8 milhões para Cobertura das Garantias prestadas pela União nas operações de Seguro de Crédito à Exportação e R\$ 2,5 milhões de Devolução de Prêmios do Seguro.

1.4 Demais Atividades relacionadas ao FGE

- **Exposição do FGE em 2010:** Foi informado mensalmente à Secretaria do Tesouro Nacional o montante do risco assumido pelo FGE, fundo contábil vinculado ao Ministério da Fazenda, decorrente de operações realizadas no âmbito do Seguro de Crédito à Exportação – SCE.
- **Relatório de Metas do FGE para 2010:** Foi elaborado o relatório com as metas operacionais e financeiras do FGE para o exercício de 2010, aprovadas pelo COFIG em sua 71ª Reunião Ordinária, de 1º.07.2010.
- **Termo de Aditamento nº 06, de 12.02.2010:** Refere-se à **Prorrogação do Contrato de Prestação de Serviços** celebrado entre a União, por intermédio da SAIN, e a SBCE – Concorrência nº 1/SAIN/MF/2006.
- **Termo de Aditamento nº 07, de 30.12.2010:** Refere-se à **Revisão do Contrato de Prestação de Serviços** celebrado entre a União, por intermédio da SAIN, e a SBCE – Concorrência nº 1/SAIN/MF/2006.

1.5 Fiscalização do Contrato SAIN-SBCE

No decorrer do exercício de 2010, a SAIN realizou visitas de fiscalização à SBCE, conforme previsto na Cláusula Quinta do Contrato de Prestação de Serviços em vigor.

O acompanhamento dos serviços prestados pela SBCE foi feito, também, diária e mensalmente, mediante troca de mensagens eletrônicas, realização de contatos telefônicos e envio de documentos (pareceres, relatórios, estudos etc.) pela Seguradora, com vistas a subsidiar as decisões desta Secretaria e do Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações - COFIG.

2.2.6 Coordenação-Geral de Recuperação de Crédito - COREC

À Coordenação-Geral de Recuperação de Crédito - COREC compete exercer as atribuições relativas ao apoio técnico e operacional necessário ao funcionamento do Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior – COMACE, cuja Secretaria-Executiva é exercida pela Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda.

1.1 Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior – COMACE

O COMACE, órgão colegiado, foi instituído pela Portaria Interministerial nº 188, de 23.10.1989, e reorganizado pelo Decreto nº 2.297, de 11.08.1997, tendo o seu funcionamento delineado pelo Regimento Interno anexo à Portaria nº 350, de 26.12.1997.

Ao COMACE compete: (a) definir parâmetros e analisar modalidades alternativas para a renegociação de créditos brasileiros; (b) proceder à análise de risco-país; (c) fixar critérios para a concessão de novos créditos; (d) indicar limites de exposição por país; e (e) indicar limites das obrigações contingentes do Tesouro Nacional em garantias e seguros de créditos à exportação.

A Presidência do COMACE é exercida pelo Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda e sua Secretaria-Executiva está a cargo do Secretário de Assuntos Internacionais deste Ministério. O COMACE é composto, ainda, por representantes do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP; Ministério das Relações Exteriores - MRE; Secretaria do Tesouro Nacional - STN; Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC; Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN; Banco Central do Brasil; Banco do Brasil S.A. e IRB - Brasil Resseguros S.A.

1.1.1 Secretaria-Executiva

Em 2010, a Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros – COAFI (até 14.09.2010) e posteriormente a Coordenação-Geral de Recuperação de Crédito - COREC (a partir de 15.09.2010)¹, ambas da estrutura da Secretaria de Assuntos Internacionais - SAIN, exerceram a Secretaria-Executiva do COMACE, tratando e acompanhando os seguintes assuntos:

1.2 Reuniões no Clube de Paris

Tour d’Horizon - 20.01.2010

Os seguintes devedores do Brasil constaram da pauta, conforme relato a seguir:

- a) **Costa do Marfim**. Revisão da implementação da Ata de Entendimentos assinada em 15.05.2009.
- b) **Guiné-Bissau**. Análise da situação política caracterizada pelo atentado contra o Presidente do país.
- c) **Guiné-Conacri**. Discussões focadas na suspensão das tratativas para o tratamento do estoque da dívida por força do golpe militar.
- d) **República do Congo**. Revisão da implementação da cláusula de comparabilidade de tratamento relacionada a credores conhecidos como *Vulture Funds* (“Fundos Abutres”).
- e) **República Democrática do Congo**. Requisição de garantia da participação de todos os credores no próximo reescalonamento a ser agendado.
- f) **Sudão**. Fornecimento de informações atualizadas sobre o país sem nenhuma perspectiva de reescalonamento até o momento.

¹ Decreto nº 7.301, de 14.09.2010, revogado pelo Decreto nº 7.386, de 08.12.2010, alterado pelo Decreto nº 7.391, de 13.12.2010.

Tour d'Horizon – 24 e 25.02.2010

Os seguintes devedores do Brasil constaram da pauta, conforme relato a seguir:

- a) **Reunião de Renegociação entre o Clube de Paris e a República Democrática do Congo:** 11^a Renegociação para o alívio financeiro provisório com os credores oficiais membros do Clube de Paris, tendo o Brasil como País Credor Participante.

Tour d'Horizon - 16.03.2010

- a) **Angola.** Análise dos efeitos da crise mundial sobre a economia do país indicam que, apesar do impacto, a partir de abril o país deixará de ser elegível para a iniciativa HIPC.
- b) **Congo.** Recomendação para o *Completion Point* da iniciativa HIPC melhorada. O Brasil informou acerca das dificuldades envolvidas na reconciliação da dívida, o que não permitiu o preenchimento das planilhas com os dados da dívida, como solicitado pelo Secretariado. Os dados dos créditos brasileiros serão enviados oportunamente.
- c) **Guiné-Bissau.** Requisição de garantia financeira (*financial assurances*) a todos os credores membros do Clube e ao Brasil como credor participante.
- d) **Costa do Marfim.** Averiguação a respeito da cláusula de comparabilidade de tratamento pelos credores do Clube de Londres.

Dia 18.03.2010 – quinta-feira:

Negociação do Clube de Paris com o Congo – Brazzaville

Enfatizados os avanços macroeconômicos do país e as ações tomadas para se chegar ao *Completion Point* em 27.01.2010. A proposta apresentada pelo Ministro foi aceita por todos os países do Clube, os quais inclusive manifestaram a intenção de estender tal perdão para 100% em acordos bilaterais, à exceção do Brasil. Foi incluída cláusula de “*swap for aid*” (troca por ajuda).

Dia 19.03.2010 – sexta-feira:

Reunião da delegação brasileira com o Secretariado do Clube de Paris.

Reunião realizada a pedido da delegação brasileira para expor a dificuldade de reconciliação da dívida e solicitar o apoio do Clube nas negociações com o Congo.

Tour d'Horizon - 14.04.2010

Os seguintes devedores do Brasil constaram da pauta, conforme relato a seguir:

- (a) **República Democrática do Congo.** Análise da situação econômica após a 11^a reunião de renegociação realizada em fevereiro de 2010 com vistas ao alívio do estoque da dívida a ser agendado futuramente.
- (b) **Guiné-Bissau:** Apresentação do pleito do país para obter ajuda do *Extended Credit Facility* – ECF (“Facilidade de Crédito Concedido”) para financiar o programa econômico de médio prazo do governo. Pedido temporariamente suspenso, em razão de novo golpe de estado ocorrido no país.

- (c) **Costa do Marfim**: Análise da situação política, agravada por novo adiamento das eleições o que coloca em risco o restabelecimento das instituições democráticas e o processo de consolidação da paz no país, além de afetar sua recuperação econômica. Fornecimento de informações sobre renegociação no Clube de Londres.

Tour d'Horizon - 19.05.2010

Os seguintes devedores do Brasil constaram da pauta, conforme relato a seguir:

- (a) **Antígua e Barbuda**. Solicitação de garantia de participação a todos os credores na renegociação prevista para os próximos meses. Teve início o levantamento dos dados da dívida a ser reconciliada.
- (b) **Guiné-Bissau**. Análise das perspectivas para a retomada do alívio financeiro provisório.
- (c) **Guiné-Conacri**. Análise do pedido feito pelo país aos seus credores internacionais para que a cobrança dos pagamentos devidos em 2010 fosse suspensa até 2012.

Tour d'Horizon - 15.06.2010

Os seguintes devedores do Brasil constaram da pauta, conforme relato a seguir:

- (a) **Antígua e Barbuda**. Agendamento de renegociação para o mês de setembro de 2010.
- (b) **Guiné-Bissau**. Conclusão da análise das perspectivas para a retomada do alívio financeiro provisório. Agendamento da renegociação para o mês de julho de 2010.
- (c) **Guiné-Conacri**. Manifestação dos credores confirmando recebimento da carta da Guiné solicitando a postergação para 2012 dos pagamentos esperados para 2010.
- (d) **República Democrática do Congo**. Votação acerca das opções para acordo bilateral único ou múltiplo. O acordo único englobará o alívio financeiro provisório de fevereiro de 2010 junto com o tratamento a ser concedido por ocasião do *completion point* (ponto de conclusão), previsto para o mês de setembro de 2010. O acordo múltiplo será implementado separadamente para cada uma das renegociações. O Brasil votou pelo acordo único.

Tour d'Horizon – 6 e 7.07.2010

Os seguintes devedores do Brasil constaram da pauta conforme relato a seguir:

Reunião de Renegociação entre o Clube de Paris e a República de Guiné-Bissau – A República de Guiné Bissau compareceu ao Clube de Paris para renegociar o alívio financeiro provisório da sua dívida.

- (a) **República Democrática do Congo**. Confirmação da decisão sobre o *completion point* para o dia 30.06.2010.

- (b) **Iraque**. Solicitação de informação ao Brasil acerca do estado das negociações. Informou-se que a equipe está trabalhando, no nível técnico, para avançar nos procedimentos relacionados a futuro acordo bilateral.
- (c) **Gabão**. Informações atualizadas sobre os pagamentos a serem efetuados aos credores que não participaram do pré-pagamento negociado em 2007.

Tour d'Horizon – 14, 15 e 16.09.2010:

Os seguintes devedores do Brasil constaram da pauta, conforme relato a seguir:

- (a) **Angola**. Discussão acerca de informações sobre acúmulo de atrasados junto a credores externos impactando negativamente as condições creditícias do país.
- (b) **Antígua & Barbuda**. Análise da proposta apresentada pelo país para a renegociação agendada para os dias subsequentes.
- (c) **República Democrática do Congo**. Renegociação agendada para outubro de 2010 para levar a termo a negociação do estoque da sua dívida.
- (d) **República do Congo-Brazzaville**. Apresentação informando sobre o programa de reformas evidenciando os progressos na eliminação das desigualdades e implementação das reformas administrativa e fiscal.
- (e) **Gabão**. Verificação de pagamentos devidos aos credores externos do país que não aderiram ao pré-pagamento assinado em 2007.
- (f) **Costa do Marfim**. Decisão de implementação da segunda fase da última Ata de Entendimentos assinada com a Costa do Marfim em 2009.

Reuniões de Negociação no Clube de Paris com a República de Antígua e Barbuda – Renegociação da dívida pública exterior a ser reembolsada em 12 anos com 5 de carência a começar em 2012.

Tour d'Horizon - 19.10.2010

Os seguintes devedores do Brasil constaram da pauta, conforme relato a seguir:

- (a) **Angola**. Apresentação de dados fiscais apurados na quarta revisão do acordo *stand-by* ² realizada por aquele país com o Fundo no final de 2009.
- (b) **República Democrática do Congo (RDC)**. Informação sobre o atingimento do ponto de conclusão da Iniciativa HIPC em 30.06.2010.
- (c) **Sudão**. Informação sobre o Referendo no Sudão, visando separar o sul do país da sua atual configuração político-geográfica.
- (d) **Costa do Marfim**. Continuidade das discussões em torno da questão da comparabilidade de tratamento entre os credores privados do país.

² Linha de crédito do FMI, criada em 1952, através da qual um país membro do FMI pode usar o financiamento, até um determinado montante, para superar o equilíbrio de curto prazo ou conjunturais de pagamentos.

- (e) **Gabão**. Questionamento acerca de eventuais atrasos nos pagamentos do país aos seus credores que não participaram do pré-pagamento assinado em 2007.
- (f) **Guiné-Bissau**. Informação sobre as perspectivas para o ponto conclusão que poderá vir a ser decretado em dezembro de 2010.

Tour d'Horizon – 16, 17 e 18.11.2010

Os seguintes devedores do Brasil constaram da pauta conforme relato a seguir:

- (a) **Guiné-Bissau**. Renegociação do estoque da dívida poderá ser adiado em face dos esforços necessários ao combate à corrupção e de repressão ao tráfico de drogas.
- (b) **República Democrática do Congo (RDC)**. Análise dos resultados da missão do FMI que visitou aquele país, onde se verifica a necessidade de reformas que aprimorem o ambiente empresarial e privilegiem a transparência dos gastos públicos e a prática da boa governança.
- (c) **Sudão**. Discussões em torno da importância da reconciliação da dívida sudanesa com os credores do Clube, antes da realização do referendo que pretende separar o Sudão em dois novos países.

Clube de Paris – Reunião com o Secretário-Geral do Clube de Paris Interino, no dia 18.11.2010.

A delegação brasileira reuniu-se com o Secretário-Geral do Clube de Paris, Interino, com o fim de tratar da metodologia para cálculo da taxa de redução equivalente (*eDR*), para os casos das dívidas do Congo e da Tanzânia. A delegação brasileira fez uma breve explanação sobre o estágio das negociações com o lado congolês. Foi tratada também a taxa *eDR* para a dívida da Tanzânia.

Tour d'Horizon, 15.12.2010

Os seguintes devedores do Brasil constaram da pauta, conforme relato a seguir:

- (a) **Suriname**. Verificação do acúmulo de parcelas vencidas sem pagamento junto a credor membro do Clube. A dívida com o Brasil foi liquidada em 2010.
- (b) **Costa do Marfim**. Manifestação de preocupação com o quadro político do país, causada pela dificuldade da conclusão do processo eleitoral para a escolha do novo presidente aliada à deterioração da situação econômica, marcada pela inflação no setor de alimentos, da desorganização do sistema de arrecadação de impostos e do aumento alarmante dos níveis de pobreza.
- (c) **Antígua e Barbuda**. Revisão de questões metodológicas relacionadas à entrada em vigor das fases estabelecidas na Ata de Entendimentos assinada em 2010. Decisão acerca da necessidade da notificação formal dos credores membros daquele foro para a entrada em vigor de cada fase do cronograma de pagamentos.
- (d) **Guiné-Bissau**. Anúncio do ponto de conclusão da Iniciativa HIPC, o que permitirá ao país um percentual expressivo de alívio no estoque de sua dívida com os credores do

Clube de Paris.

- (e) **Guiné-Conacri**. Registro sobre a realização de eleições presidenciais em Guiné-Conacri, que permitiram o retorno da ordem democrática no país, apesar da deterioração da situação econômica guineense, caracterizada pelo aumento do déficit fiscal, inflação anual acumulada de 6,5% e desvalorização de 20% da moeda local.
- (f) **Sudão**. Informação sobre o *workshop* realizado recentemente no Sudão, com destaque para os temas da reconciliação de valores e da sucessão dos títulos dessa dívida.

1.3 Negociações Bilaterais:

- (a) **Reuniões em Paris (França), na Sede da Embaixada do Brasil em Paris (21 e 22.01.2010)** para tratar da reconciliação da dívida da Costa do Marfim para com o Brasil.
- (b) **Reunião em Paris (França), no Centro de Convenções do Ministério de Economia, Finanças e Indústria da França para a Reconciliação bilateral com delegação do Congo – Brazzaville (14.03.2010)**. Reunião bilateral requisitada pela delegação congoleza visando à reconciliação dos valores de sua dívida para com o Brasil.
- (c) **Reuniões em Paris (França), na Agência do Banco do Brasil em Paris (12, 13, 15 e 16.04.2010)** com a finalidade de retomar negociações bilaterais para a renegociação da dívida do Congo-Brazzaville para com o Brasil.
- (d) **Reuniões em Paris (França), no Centro de Convenções do Ministério das Finanças, Indústria e Comércio da França, em Paris (14, 17, 18.06.2010)** com a finalidade de dar continuidade às negociações bilaterais para a renegociação da dívida do Congo-Brazzaville para com o Brasil.
- (e) **Reuniões em Dar Es-Salaam (Tanzânia), no Ministério das Finanças (21 a 25.06.2010)** para tratar da reconciliação da dívida da Tanzânia e da cláusula de conversão.
- (f) **Reuniões em Brasília (DF), na Secretaria de Assuntos Internacionais/Ministério da Fazenda (23 a 25.08.2010)** para tratar de pagamento da dívida de Guiné-Bissau com o Brasil.
- (g) **Reuniões no Rio de Janeiro(RJ) (25 e 26.10.2010), e em Brasília-DF (27 a 29.10.2010), em instalações do Ministério da Fazenda**, para aplicação das Atas Acordadas no âmbito do Clube de Paris relativas à dívida da República do Congo (Brazzaville) com o Brasil.
- (h) **Reuniões em Brasília (DF), na Secretaria de Assuntos Internacionais/Ministério da Fazenda (8 a 10.11.2010)** para tratar do pagamento da dívida de São Tomé e Príncipe com o Brasil.
- (i) **Reuniões em Cartum (Sudão), no Banco Central do Sudão (6 a 9.12.2010)**, visando estabelecer entendimentos sobre o pagamento da dívida do Sudão para com o Brasil.
- (j) **Reuniões em Paris (França), no Centro de Convenções do Ministério das Finanças, Indústria e Comércio da França (13 e 14.12.2010) e na Embaixada do Brasil na França (16 e 17.12.2010)**, com intuito de avaliar a Taxa Equivalente de Redução da

Dívida (eDR), enviar negociações de tratamentos alternativos e elaborar textos dos acordos bilaterais com a República do Congo-Brazzaville.

1.4 Registro de Discussões ou Ata de Entendimentos:

- (a) Assinado em 22.01.2010 com o chefe da delegação marfinense, versões em francês e português;
- (b) Assinado em 16.04.2010 com o chefe da delegação congoleza, versões em francês e português;
- (c) Assinado em 18.06.2010 com o chefe da delegação congoleza, versões em francês e português;
- (d) Assinado em 25.06.2010 com o chefe da delegação tanzaniana, versões em inglês e português;
- (e) Assinado em 25.08.2010 com o chefe da delegação guineense, versão em português;
- (f) Assinado em 29.10.2010 com o chefe da delegação congoleza, versões em francês e português;
- (g) Assinado em 10.11.2010 com o chefe da delegação são-tomense, versão em português;
- (h) Assinado em 9.12.2010 com o chefe da delegação sudanesa, versões em inglês e português;
- (i) Assinado em 17.12.2010 com o chefe da delegação congoleza, versões em francês e português.

1.5 Reuniões Diversas e Participação em Encontros Técnicos:

- (a) **Reunião com a PGFN** que deu início à análise da documentação das renegociações iniciadas em 1990, 1994 e 1996 com a República do Congo (Brazzaville) (8 e 15.01.2010);
- (b) **Reunião com a PGFN e STN**, no Gabinete do Secretário para decisão sobre estratégia de renegociação dos contratos com a República do Congo (Brazzaville) (8.02.2010);
- (c) **Conference Call** organizada pelo Secretariado do Clube de Paris para tratar de questões técnicas a serem abordadas na Reunião de Renegociação da dívida da República Democrática do Congo para com os credores no Clube de Paris agendada para o dia 24 de fevereiro de 2010 (19.02.2010);
- (d) **Reunião com Consultor do Governo Iraquiano** para busca de informações sobre o andamento das renegociações com os demais credores para assegurar a comparabilidade de tratamento e outros temas (17.03.2010);
- (e) **Reunião com o Embaixador do Brasil para a Tanzânia** para esclarecimento sobre as negociações da dívida externa da Tanzânia e sobre a possibilidade de algum avanço substancial em 2010, em vista das duas visitas do Presidente Lula programadas a Dar-Es-Salaam naquele ano (24.03.2010);

- (f) **Reunião com a Petrobrás** que tratou do relacionamento Petrobrás-Tanzânia, com a participação da STN, PGFN e MRE (27.04.2010);
- (g) **Reunião Técnica com o IRB-Brasil Resseguros S.A.**, no Rio de Janeiro(RJ), que tratou: da renegociação em andamento com a República do Congo (Brazzaville); renegociação em andamento com a Costa do Marfim; atualização sobre a dívida do Iraque; e outros temas de interesse daquele Instituto. A reunião contou com a participação da STN e MRE (29 e 30.04.2010);
- (h) **Reunião com a Petrobrás**, no Rio de Janeiro(RJ), que tratou do relacionamento Petrobrás-Tanzânia, com a participação da STN, MRE e Consultoria Jurídica Internacional da Empresa (30.04.2010);
- (i) **Reunião no Gabinete do Secretário** que tratou da consolidação dos acordos a serem negociados com a República do Congo (Brazzaville) e estratégia de negociação com a Tanzânia (10.05.2010);
- (j) **Reunião Técnica** preparatória da Missão a Paris, no mês de junho, com a participação da PGFN, STN, MRE e BB (9.06.2010);
- (k) **Participação de representante brasileira nas reuniões do CP na Conferência Internacional Anual com os Credores Privados**, realizada em 16.06.2010, que foi presidida pela Ministra das Finanças da França, Sra. Christine Lagarde, onde foi abordado o tema “Financiamento Sustentável nos Países Emergentes e em Desenvolvimento”;
- (l) **Reuniões Técnicas na Sede do IRB-Brasil Resseguros S.A.**, no Rio de Janeiro (RJ), que trataram das dívidas de vários países sob acompanhamento daquele Instituto, dentre os quais: Antígua e Barbuda; Costa do Marfim; República do Congo - Brazzaville; República Democrática do Congo e Sudão (27, 28, 29 e 30.09.2010);
- (m) **Reunião Técnica** preparatória com membros do COMACE, na Secretaria de Assuntos Internacionais/Ministério da Fazenda, em Brasília (DF), que tratou da renegociação com a República de São Tomé e Príncipe (9.11.2010);

1.6 Outras Atividades:

1.6.1. Correspondências:

- (a) Em 23.07.2010, fax à República da Tanzânia com informações para depósito bancário daquele país ao Brasil de recursos financeiros devidos;
- (b) Em 26.07.2010, ofício ao Tribunal de Contas da União (TCU) que tratou da aplicação de recursos da operação de crédito autorizada pela Resolução nº 6 do Senado Federal, de 7.04.2010;
- (c) Em 13.08.2010, ofício ao Banco Central do Suriname, que tratou da transferência de recursos financeiros devidos pela República do Suriname ao Brasil;

- (d) Em 13.08.2010, ofício ao TCU encaminhando documentação relativa à Reestruturação da Dívida do Suriname com o Brasil;
- (e) Em 16.08.2010, mensagem eletrônica ao Departamento da Dívida Externa do Banco Central do Sudão, buscando iniciar contato para viabilizar a recuperação de créditos brasileiros com aquele país;
- (f) Em 21.09.2010, fax à República da Tanzânia solicitando realização de pagamento no mês seguinte de valores acordados relativos à amortização de créditos brasileiros devidos por aquele país ao Brasil;
- (g) Em 28.10.2010, ofício ao TCU com informações sobre o cumprimento do Contrato de Reestruturação da Dívida de Cabo Verde com o Brasil.

1.6.2. Requerimentos de Informações

- (a) Em 15.01.2010, preenchimento e conferência da tabela recebida do Clube de Paris com os dados da dívida da República Democrática do Congo;
- (b) Em 15.01.2010, informação enviada à Assessoria de Imprensa do Ministério da Fazenda sobre critérios para o perdão dos países classificados como *Heavily Indebted Poor Countries* (Países Pobres Fortemente Endividados);
- (c) Em 29.01.2010, informação enviada à Assessoria de Imprensa do Ministério da Fazenda sobre os países que tiveram suas dívidas perdoadas a partir de 2003;

1.6.3 Consultas à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

- (a) Em 2.06.2010, memorando encaminhando documentação referente ao processo de renegociação da dívida da República do Congo para a PGFN;
- (b) Em 21.06.2010, memorando eletrônico encaminhando documentação referente ao processo de renegociação da dívida de Cabo Verde para assinatura da PGFN;
- (c) Em 12.08.2010, memorando encaminhando documentação referente ao processo de renegociação da dívida de Cabo Verde para assinatura da PGFN.

1.6.4 Minutas Elaboradas:

- (a) Contrato Bilateral para a Consolidação dos termos das Atas de Entendimentos assinadas entre a República do Congo (Brazzaville) e os credores participantes no Clube de Paris nos anos de 1990 a 2010, para a dívida registrada junto ao Banco do Brasil S.A., versões português e francês (11.02.2010);
- (b) Contrato Bilateral para a aplicação dos termos acordados na Ata de Entendimentos assinada em 2008 entre a República do Congo (Brazzaville) e os credores participantes no Clube de Paris, para as dívidas registradas junto ao IRB-Brasil Resseguros S.A. e Banco do Brasil S.A., versões português e francês (6.04.2010);

- (c) Contrato Bilateral para a aplicação dos termos acordados na Ata de Entendimentos assinada em 2010 entre a República do Congo (Brazzaville) e os credores participantes no Clube de Paris, para as dívidas registradas junto ao Banco do Brasil S.A., versões português e francês (30.04.2010);
- (d) Contrato Bilateral para a aplicação dos termos acordados na Ata de Entendimentos assinada em 2001 entre a República da Tanzânia e os credores participantes no Clube de Paris, para as dívidas registradas junto ao Banco do Brasil S.A., versões português e inglês (13.05.2010);
- (e) Contrato Bilateral para a aplicação dos termos acordados na Ata de Entendimentos assinada em 2002 entre a República da Tanzânia e os credores participantes no Clube de Paris, para as dívidas registradas junto ao Banco do Brasil S.A., versões português e inglês (13.05.2010);
- (f) Contrato Bilateral para a aplicação dos termos acordados na Ata de Entendimentos assinada em 2010 entre a República da Guiné-Bissau e os credores participantes no Clube de Paris, para as dívidas registradas junto ao Banco do Brasil S.A., versão em português (13.05.2010).

1.6.5 Contratos Bilaterais Assinados:

- (a) **República do Suriname**, redação final do Contrato Bilateral de Renegociação de Dívida, tendo como interveniente o Banco do Brasil S.A., versões em português e inglês (26.04.2010);
- (b) **República do Suriname**, redação final do Contrato Bilateral de Renegociação de Dívida, tendo como interveniente o IRB-Brasil Resseguros S.A., versões em português e inglês (26.04.2010);
- (c) **República do Suriname**, redação final da *Disbursement Notice*, Anexo IV do *Escrow and Depositary Agreement* celebrado pelo Suriname com o Banco do Brasil S.A. – Agência Nova Iorque, para a liberação dos fundos depositados em conta garantia por força da renegociação da dívida (26.04.2010);
- (d) **República de Cabo Verde**, redação final do Contrato Bilateral de Renegociação de Dívida, tendo como interveniente o Banco do Brasil S.A., versão em português (3.07.2010).

1.6.6 Traduções Efetuadas:

- (a) Carta recebida do Diretor Geral da República do Congo (Brazzaville), solicitando reuniões nos dias 12, 13, 15 e 16.03.2010;
- (b) Resumos da Ata de Entendimentos assinada em 2004 e seu Aditivo de 2006, entre a República do Congo (Brazzaville) e os seus credores no Clube de Paris;
- (c) Carta da PAVAP (Projeto de Apoio para a Valorização das Áreas Protegidas e Fundos Europeus de Desenvolvimento), propondo operação de *swap* por projetos ambientais;
- (d) Registro das Discussões, assinado em Dar Es-Salaam, Tanzânia, no dia 26.06.2010;

- (e) Resumos da Ata de Entendimentos assinada em 2010, entre a República da Guiné-Bissau e os seus credores no Clube de Paris;
- (f) *Fiscal and Debt Overview, Ministry of Finance of Antigua and Barbuda*, relatório do Visão da Situação Fiscal e da Dívida do Governo de Antigua e Barbuda, julho de 2010.

2.2.7 Coordenação-Geral de Integração Comercial - COINT

A Coordenação-Geral de Integração Comercial (COINT) tem como competência, entre outros assuntos, representar a Secretaria de Assuntos Internacionais nos fóruns interministeriais e internacionais encarregados de discutir temas relacionados a acesso a mercados em bens (agrícolas e não-agrícolas), com destaque para:

- i) Alterações tarifárias (Imposto de Importação e Imposto de Exportação);
- ii) Facilitação de comércio e barreiras não-tarifárias;
- iii) Temas de política comercial, relativos à participação do Brasil no Mercosul; e
- iv) Temas financeiros e de coordenação macroeconômica, relativos à participação do País no Mercosul.

Essas áreas se subdividem em diversos assuntos de natureza mais específica, os quais podem ser recorrentes ou *ad hoc* e geralmente são discutidos em fóruns nacionais (interministeriais) vinculados à Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) ou em fóruns internacionais vinculados ao Mercosul ou à Organização Mundial do Comércio, estes últimos com coordenação do MRE. Esse trabalho envolve principalmente a participação em reuniões técnicas e a elaboração de notas e pareceres. A seguir, apresentamos uma descrição sumária desses fóruns:

1. Fóruns Nacionais

1.1 CAMEX - GECEX

A Câmara de Comércio Exterior - CAMEX, do Conselho de Governo, tem por objetivo a formulação, a adoção, a implementação e a coordenação de políticas e atividades relativas ao comércio exterior de bens e serviços, incluindo o turismo.

A CAMEX é formada por diversos comitês, sendo o Comitê Executivo de Gestão – GECEX e o Conselho de Ministros suas instâncias mais elevadas. A Coordenação-Geral de Integração Comercial (COINT) assessora o Secretário de Assuntos Internacionais e o Ministro de Estado da Fazenda nesses fóruns.

Em 2010, a COINT acompanhou diretamente as discussões interministeriais prévias de todos os assuntos de sua área de competência e que foram levados à apreciação desses órgãos, com destaque para: contencioso com os EUA sobre subsídios ao algodão, alterações tarifárias e negociações de acordos comerciais. Dessa forma, a fim de subsidiar a participação dos representantes do Ministério da Fazenda nas reuniões desses órgãos, foram elaboradas, em

conjunto com a Coordenação-Geral de Políticas Comerciais – COPOL, 9 (nove) Agendas Comentadas para as reuniões da CAMEX e 9 (nove) para as reuniões do GECEX.

1.2 GTI Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum

Pelas normas do Mercosul, o Brasil pode manter uma lista de até 100 (cem) produtos com alíquotas definidas à revelia da Tarifa Externa Comum do bloco (TEC) – a chamada Lista de Exceções à TEC. Cada Estado-Parte tem direito a uma Lista de Exceções, porém a quantidade de produtos de cada um varia (Paraguai e Uruguai têm direito a listas maiores). Inicialmente pensadas como um mecanismo que permitisse uma adaptação de produtos sensíveis em relação à TEC, as Listas de Exceções deveriam ter sido extintas em 2000, mas vêm sendo sucessivamente prorrogadas e, de acordo com decisão recente do Conselho do Mercado Comum, deverão vigorar até 2015 para Brasil e Argentina e até 2019 e 2017 para Paraguai e Uruguai, respectivamente.

A Lista de Exceções brasileira é atualizada a cada seis meses e, a cada atualização, até 20% de seus itens podem ser substituídos. Atualmente, constam da Lista brasileira diversos medicamentos, fertilizantes, defensivos agrícolas - todos com alíquotas reduzidas - e vários produtos agropecuários (como sardinhas, cogumelos e vinho) com alíquotas aumentadas.

O GTI LETEC costumava se reunir duas vezes ao ano à época das revisões previstas para janeiro e julho. A partir de 2009, contudo, com a disponibilidade de vagas, o Grupo passou a se reunir com mais frequência a fim de analisar pleitos extemporâneos. A participação da COINT/SAIN no GTI dá-se por meio da elaboração de Notas Técnicas sobre determinados pleitos, conforme o que for acordado com a Secretaria de Acompanhamento Econômico (SEAE) do Ministério da Fazenda, que também participa do Grupo.

Em 2010, assim como nos anos anteriores, a SAIN teve participação ativa nas propostas de alteração da Lista de Exceções, atuando nas discussões interministeriais que culminaram em 13 Resoluções CAMEX: nºs 13, 36, 39, 42, 47, 59, 65, 70, 72, 81, 84, 87 e 91. Nessas resoluções, aumentou-se a alíquota de produtos químicos, máquinas e equipamentos e produtos agropecuários e reduziu-se a alíquota de produtos não fabricados no País, bem como de produtos com problemas de abastecimento.

1.3 Grupo Técnico de Acompanhamento da Resolução GMC Nº 69/00

A Resolução do Grupo Mercado Comum do Mercosul nº 69/00 estabelece que, em casos de desabastecimento excepcional e temporário, o Estado Parte afetado pode solicitar aos demais sócios do Mercosul uma redução temporária da alíquota do imposto de importação para o produto em falta. Essa redução tarifária pode ser a 2% ou a 0%, tem duração máxima de 12 (doze) meses, prorrogáveis por igual período, e é autorizada apenas para uma determinada quota. As solicitações são apresentadas no Mercosul e dependem da aprovação dos demais Estados Partes. Internamente, os pleitos são analisados pelo Grupo Técnico de Acompanhamento da Resolução nº 69/00 (GTAR-69), cuja Secretaria-Executiva é exercida pela Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda.

Em 2010, a COINT analisou, juntamente com a Secretaria-Executiva do GTAR-69 e com os demais órgãos representados naquele grupo, um total de 37 (trinta e sete) pleitos, dos quais 19 (dezenove) pleitos brasileiros foram deferidos, conforme quadro a seguir:

NCM	Descrição	País de origem	Pleiteante	Resultado	Diploma legal brasileiro (Res. Camex)
2915.32.00	Acetato de vinila	Brasil	ABRAFAS E ABRAFATI	Deferido	Res. CAMEX nº 72, de 05/10/2010, D.O.U. de 07/10/2010
2914.11.00	Acetona	Brasil	Taminco e Proquigel	Indeferido	-
8547.10.00	Bucha isolante	Brasil	ABB	Deferido	Res. CAMEX nº 91, de 27/12/2010, D.O.U. de 28/12/2010
2933.71.00	Caprolactama	Brasil	Mazzaferro e ABRAFAS	Deferido	Res. CAMEX nº 65, de 02/09/2010, D.O.U. de 03/09/2010
7210.90.00	Chapa Cladeada	Brasil	Delp Engenharia Mecânica Ltda	Deferido	Res. CAMEX nº 52, de 28/07/2010, D.O.U. de 29/07/2010
7210.90.00	Chapa de aço co-laminada	Brasil	ABITAM	Deferido	Res. CAMEX nº 91, de 27/12/2010, D.O.U. de 28/12/2010
7208.51.00	Chapa de Aço tipo B	Brasil	Delp Engenharia Mecânica Ltda	Deferido	Res. CAMEX nº 52, de 28/07/2010, D.O.U. de 29/07/2010
7606.12.10	Chapa de alumínio para fabricação da tampa e do anel da lata de alumínio para bebidas	Brasil	Abralatas - Associação Brasileira dos Fabricantes de Latas de Alta Reciclabilidade	Indeferido	-
7606.12.90	Chapa de alumínio para fabricação do corpo da lata de alumínio para bebidas.	Brasil	Abralatas - Associação Brasileira dos Fabricantes de Latas de Alta Reciclabilidade	Indeferido	-
7208.51.01	Chapas grossas de aço carbono	Brasil	ABITAM	Deferido	Res. CAMEX nº 72, de 05/10/2010, D.O.U. de 07/10/2010
7613.00.00	Cilindro de alumínio leve	Brasil	GNV Aroeiras LTDA	Indeferido	-
3904.30.00	Copolímero de cloreto e acetato de vinila	Brasil	ABRAPLA	Deferido	Res. CAMEX nº 72, de 05/10/2010, D.O.U. de 07/10/2010
3206.11.19	Dióxido de Titânio	Brasil	ABRAFATI	Deferido	Res. CAMEX nº 91, de 27/12/2010, D.O.U. de 28/12/2010
3808.91.91	Dipel Xentari	Brasil	Sumitomo Chemical do Brasil Representações Ltda.	Indeferido	-
8535.29.00	Disjuntor	Brasil	ABB	Deferido	Res. CAMEX nº 91, de 27/12/2010, D.O.U. de 28/12/2010

NCM	Descrição	País de origem	Pleiteante	Resultado	Diploma legal brasileiro (Res. Camex)
5303.10.10	Fibra de Juta	Brasil	ABIT	Indeferido	-
3920.30.00	Filme Sleeve	Brasil	Sleeve International	Indeferido	-
7410.21.10	Laminado Técnico FR4 para fabricação de circuitos impressos.	Brasil	ABRACI	Deferido	Res. CAMEX nº 25, de 29/04/2010 D.O.U. de 30/04/2010
7612.90.90	Latas de alumínio para bebidas do tipo refrigerantes e cervejas	Brasil	AmBev	Deferido	Res. CAMEX nº 42, de 17/06/2010, D.O.U. de 18/06/2010
7612.90.91	Latas de alumínio para bebidas do tipo refrigerantes e cervejas	Brasil	AmBev	Em análise	
1511.90.00	Oleína de palma refinada	Brasil	Cargill Agrícola S.A.	Indeferido	-
1513.29.10	Óleo de Palmiste	Brasil	Abiquim e Oleoquímica	Deferido	Res. CAMEX nº 25, de 29/04/2010 D.O.U. de 30/04/2010
3923.00.90	Paleta	Brasil	Abralatas	Indeferido	
4810.13.90	Papel couchê	Brasil	AmBev e Dixie Toga	Em análise CCM	
8209.00.11	Pastilhas de Metal Duro	Brasil	1. Iscar do Brasil Comercial Ltda 2. Sandvik do Brasil S.A. Indústria e Comércio 3. Seco Tools Indústria e Comércio Ltda 4. Walter do Brasil Ltda	Indeferido	-
3904.10.20	Policloreto de vinila PVC-E	Brasil	ABRAPLA	Deferido	Res. CAMEX nº 72, de 05/10/2010, D.O.U. de 07/10/2010
3904.10.10	Policloreto de vinila PVC-S	Brasil	ABRAPLA	Em análise	
2917.36.00	PTA	Brasil	M&G, Terphane e WEG	Em análise CCM	
8716.40.00	Reboques modulares hidráulicos	Brasil	Superpesa Industrial Ltda	Indeferido	-

NCM	Descrição	País de origem	Pleiteante	Resultado	Diploma legal brasileiro (Res. Camex)
0303.71.00	Sardinha	Brasil	CONEPE	Deferido	Res. CAMEX nº 72, de 05/10/2010, D.O.U. de 07/10/2010
2833.11.10	Sulfato de sódio anidro	Brasil	ABIPLA	Deferido	Res. CAMEX nº 72, de 05/10/2010, D.O.U. de 07/10/2010
2835.31.90	Tripolifosfato de sódio	Brasil	ABIPLA	Deferido	Res. CAMEX nº 72, de 05/10/2010, D.O.U. de 07/10/2010
3002.20.11	Vacina contra o vírus influenza A H1N1	Brasil	Ministério da Saúde	Deferido	Res. CAMEX nº 22, de 23/04/2010 D.O.U. de 26/04/2010
3002.20.21	Vacina contra o vírus influenza A H1N2	Brasil	Ministério da Saúde	Deferido	Res. CAMEX nº 22, de 23/04/2010 D.O.U. de 26/04/2010
3904.10.20	Policloreto de vinila PVC-E	Argentina	Cámara Argentina de La Industria Plástica	Deferido pelo Brasil	
2835.31.90	Trípolfosfato de sodio	Argentina	ALPHA	Deferido pelo Brasil	-
5310.10.10	Aniagem de Juta	Argentina	Cámara de Fabricantes de Bolsas	Em análise	

2. Fóruns Internacionais

2.1 Mercado Comum do Sul – Mercosul

Em 2010, a COINT participou, no âmbito do Mercosul, do Comitê de Tarifas, Nomenclatura e Classificação de Mercadorias (CT-1), da Comissão de Comércio do Mercosul (CCM), do Grupo Mercado Comum (GMC) e do Conselho do Mercado Comum (CMC), do Grupo de Especialistas *Ad-Hoc* do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (GAHE-FOCEM), do Grupo Assessor para Implantação do Fundo Mercosul de Pequenas e Médias Empresas (Fundo Pymes) e do Grupo de Monitoramento Macroeconômico (GMM) do Mercosul.

2.1.1 Comitê Técnico nº. 01 (Tarifas, Nomenclatura e Classificação de Mercadorias)

O Comitê Técnico nº 1 (CT-1), subordinado à Comissão de Comércio do Mercosul, é o órgão do Mercosul encarregado do exame técnico dos temas relacionados a Tarifas, Nomenclatura e Classificação de Mercadorias. É no âmbito do CT-1 que são analisadas as solicitações - oriundas do governo ou do setor privado - para modificações de descrições e alíquotas da TEC em caráter permanente. A SAIN, por meio da COINT, participa das reuniões preparatórias no âmbito da Seção Nacional do CT-1 (reuniões interministeriais onde se decide a posição do Governo brasileiro a respeito dos pleitos de alteração na TEC) e nas reuniões do próprio Comitê (onde as delegações dos Estados Partes do Mercosul deliberam sobre esses

pleitos). Para analisar os cerca de 120 (cento e vinte) casos de modificação de tarifa, foram realizadas 8 (oito) reuniões plenárias do Comitê ao longo de 2010, nas quais foram aprovados 18 (dezoito) pleitos de modificação tarifária, sendo a maioria de iniciativa brasileira.

2.1.2 Comissão de Comércio do Mercosul (CCM)

A SAIN participou de 7 (sete) Reuniões Ordinárias da CCM ao longo de 2010, ocorridas em Montevideu, Uruguai, além de 1 (uma) Reunião Extraordinária ocorrida em Foz do Iguaçu (PR), em 14 de dezembro.

Dentre os temas de interesse da SAIN, destacam-se:

- (a) Eliminação da Dupla Cobrança da TEC e Distribuição de Renda Aduaneira;
- (b) Administração da Tarifa Externa Comum do Mercosul (TEC);
- (c) Aprovação de pleitos de alteração tarifária temporária no âmbito da Resolução GMC nº 69/00;
- (d) Análise de propostas para criação de instrumentos de Tarifa Externa Comum do Mercosul (TEC);
- (e) Criação de novos Regimes Especiais de Importação, definidos através da Decisão CMC nº 02/06 (com destaque para os regimes previstos para os setores: Naval, Aeronáutico e de Educação);
- (f) Criação do Regime Especial de Importação para Medicamentos;
- (g) Análise dos Regimes Especiais de Admissão Temporária e Drawback no Mercosul;
- (h) Monitoramento do Comércio Exterior do Mercosul;
- (i) Estruturação da Unidade Técnica de Estatística de Comércio Exterior da Secretaria do Mercosul (UTECEM);
- (j) Análise e aprovação dos estudos realizados no âmbito do Projeto de Cooperação Mercosul-Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID;
- (k) Acompanhamento dos trabalhos dos Comitês Técnicos; e
- (l) Proposta de retomada dos trabalhos do Comitê Técnico nº 6 “Estatísticas de Comércio Exterior do Mercosul”.

2.1.3 Grupo Mercado Comum (GMC)

Em 2010, a COINT participou de 5 (cinco) Reuniões Ordinárias do GMC, além de 1 (uma) Reunião Extraordinária ocorrida em Foz do Iguaçu (PR), em 15 de dezembro, e mais 2 (duas) Reuniões de Coordenadores do GMC. Neste grupo, a atuação concentrou-se no acompanhamento dos temas em discussão no âmbito da CCM, que foram levados ao GMC para aprovação em nível político.

Dentre estes temas, destacam-se:

- (a) Programa de Consolidação da União Aduaneira;
- (b) Eliminação da Dupla Cobrança da TEC e Distribuição de Renda Aduaneira;
- (c) Análises setoriais de alterações tarifárias;
- (d) Estratégias para as negociações externas do bloco;
- (e) Criação de novos Regimes Especiais de Importação, definidos através da Decisão CMC nº 02/06 (com destaque para os regimes previstos para os setores: Naval, Aeronáutico e de Educação);
- (f) Monitoramento do Comércio Exterior do Mercosul; e
- (g) Análise de propostas para criação de instrumentos de Tarifa Externa Comum do Mercosul (TEC).

2.1.4 Conselho do Mercado Comum (CMC)

Em 2010, foram realizadas 2 (duas) Reuniões Ordinárias do CMC, nas cidades de San Juan (Argentina) e de Foz do Iguaçu (Brasil). Nesse âmbito, a COINT atuou no fornecimento de aportes técnicos para a atuação do Secretário de Assuntos Internacionais e do Ministro de Estado da Fazenda.

Como resultado deste trabalho, podem ser destacados os seguintes pontos:

- (a) Aprovação do Programa de Consolidação da União Aduaneira (DEC 56/10);
- (b) Aprovação do novo Regulamento e de 11 (onze) novos projetos do Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM);
- (c) Aprovação da Decisão 10/10, que estabelece parâmetros para a implementação da Eliminação da Dupla Cobrança da TEC; e
- (d) Aprovação de importantes normas aduaneiras (Manual de Procedimentos Mercosul de Controle do Valor Aduaneiro; Documento Único Aduaneiro – DUAM; Código Aduaneiro do Mercosul – CAM).

2.1.5 Negociações Externas do Mercosul

Nos últimos anos, o Mercosul tem ampliado consideravelmente seu leque de frentes negociadoras com vistas a acordos comerciais bilaterais ou birregionais. A SAIN tem procurado participar ativamente das reuniões interministeriais de coordenação dessas negociações, encaminhando técnicos para as discussões, elaborando relatórios e subsidiando o MRE com comentários aos textos em negociação.

Em 2010, em virtude de limitações logístico-operacionais, e priorizando compromissos a contento, a SAIN optou por nem sempre encaminhar técnicos às reuniões de negociação que foram realizadas no exterior, mas sempre participando das reuniões de coordenação ocorridas em

Brasília. No entanto, mesmo quando as reuniões foram realizadas no exterior, a Secretaria manteve estreita interlocução com o MRE, de forma a participar do processo decisório dessas negociações em nome do MF.

Dentre os principais destaques da agenda externa do Mercosul em 2010, podemos citar:

- (a) Entrada em vigor do Acordo Mercosul-Israel (27.04.2010);
- (b) Conclusão do Acordo de Livre Comércio Mercosul - Egito (2.08.2010);
- (c) Realização de 4 (quatro) Rodadas de Negociação para um acordo de livre comércio Mercosul – Jordânia;
- (d) Relançamento da negociação Mercosul-União Europeia;
- (e) Lançamento da negociação para um Acordo de Livre Comércio Brasil-México.

As negociações a seguir relacionadas também estão em curso e estão sendo acompanhadas pela COINT:

Mercosul – Índia

Tipo de Acordo: Acordo de preferências tarifárias

Abrangência: Comércio de bens

Estágio Atual: Em negociação para aprofundamento

Mercosul – Marrocos

Tipo de Acordo: Acordo de preferências tarifárias

Abrangência: Comércio de bens

Estágio Atual: Em negociação (tratativas preliminares)

Mercosul – Turquia

Tipo de Acordo: Acordo de livre comércio

Abrangência: Comércio de bens

Estágio Atual: Em negociação (tratativas preliminares)

2.1.6 Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM)

A COINT representou o Ministério da Fazenda em 2 (duas) reuniões ordinárias do Grupo de Trabalho FOCEM da Comissão de Representantes Permanentes do Mercosul (CRPM). O Fundo é composto por desembolsos dos 4 (quatro) países, em diferentes proporções referidas à participação no PIB da região. As doações do FOCEM se direcionam exclusivamente a projetos realizados por entidades públicas, voltadas a programas pré-definidos pelo Regulamento do Fundo.

Nessas reuniões são analisadas as operações que contam com financiamento do Fundo multilateral em projetos para redução de assimetrias estruturais no bloco, o que engloba a aprovação dos relatórios de auditorias, inspeções e desembolsos. Além disso, em coordenação com os demais órgãos do Governo brasileiro, a COINT toma conhecimento e se manifesta sobre a execução orçamentária do Fundo e questões institucionais.

Também em 2010, por conta do processo de revisão do Regulamento do FOCEM, a SAIN participou de 2 (duas) reuniões do grupo *ad hoc* convocado para esse fim pela CRPM. O novo Regulamento foi finalmente aprovado pela Decisão CMC nº 1/10, em 2.08.2010. O trabalho de revisão do regulamento permitiu que algumas deficiências de funcionamento do Fundo fossem identificadas e consideradas. Nesse aspecto, reavaliou-se a estrutura e o funcionamento do FOCEM com o objetivo de permitir que o Fundo gozasse de maior autonomia em relação à Secretaria do Mercosul e, dentre as principais inovações trazidas pelo novo Regulamento, pode-se citar a criação de uma Direção Executiva própria do Fundo.

2.1.7 Grupo de Monitoramento Macroeconômico do Mercosul (GMM)

A COINT representou a SAIN em 4 (quatro) reuniões do GMM, 2 (duas) realizadas em Buenos Aires, Argentina, e 2 (duas) realizadas no Rio de Janeiro (RJ), em parceria com a Secretaria do Tesouro Nacional – STN/MF e o Banco Central do Brasil – BACEN.

O Grupo é formado por autoridades dos Ministérios da Fazenda/Economia e dos Bancos Centrais dos países do Mercosul, da Venezuela (país em processo de adesão), da Bolívia e do Chile (membros associados). Seus trabalhos são voltados à promoção da convergência macroeconômica entre os países da região, e têm destaque nesse aspecto as ações direcionadas à produção e divulgação de estatísticas macroeconômicas harmonizadas, bem como à busca de convergência entre indicadores de resultado fiscal, de dívida pública e de inflação.

Vale destacar que, em dezembro de 2010, a COINT/SAIN coordenou a realização do Seminário de Estudos Macroeconômicos, em cumprimento à agenda de compromissos da Presidência Pro-Tempore do Brasil (PPTB) no Mercosul. Realizado no Rio de Janeiro, contou com a participação de representantes das delegações dos países do Mercosul e Estados Associados, bem como de técnicos do BACEN e da STN. O Evento fez parte das iniciativas do Projeto de Cooperação Técnica e Financeira da Comissão Europeia (CE) com o Mercosul, denominado “Apoio ao Monitoramento Macroeconômico” (AMM), vinculado ao GMM.

Por fim, cabe mencionar a organização, por parte da COINT/SAIN em meados de dezembro (Encontro paralelo à Cúpula do Mercosul), da Reunião de Ministros de Economia e Presidentes de Bancos Centrais dos Estados Membros e Associados do Mercosul, reunião regular do calendário do bloco, com a realização de debates sobre a conjuntura macroeconômica da região, avaliação dos trabalhos do GMM e instruções para o próximo semestre. A representação do MF coube ao Ministro de Estado da Fazenda, assessorado pelo Secretário-Adjunto da SAIN.

2.1.8 Fundo de Garantias a Pequenas e Médias Empresas do Mercosul

A COINT participou ativamente do Grupo Ad-Hoc para criação do Fundo de Garantias a Pequenas e Médias Empresas do Mercosul (Fundo PyMEs) e elaboração de seu Estatuto, criado para definir as linhas gerais que nortearão seu Regulamento.

Em 2010, a fim de dar continuidade ao trabalho, foi criada uma Comissão Assessora com a função de elaborar o Regulamento do Fundo. A COINT/SAIN, como representante do Ministério da Fazenda, organizou reuniões e coordenou a participação das demais Secretarias com vistas à formação da posição do órgão. Com os países parceiros, foram realizadas 3 (três) reuniões, tendo sido duas delas em Buenos Aires, Argentina, e a terceira em Brasília (DF).

2.1.9 Organização Mundial do Comércio - OMC

O ano de 2010 foi marcado pela continuidade do impasse das negociações da Rodada Doha. A COINT/SAIN tem participado do processo negociador interno (no Brasil) no Grupo de Acesso a Mercados para Produtos Não-Agrícolas - NAMA. Para tanto, participou de reuniões governamentais no Brasil para a coordenação interna sobre a posição brasileira.

2.1.10 Reuniões Bilaterais entre os países do Mercosul

A COINT/SAIN participa também de várias reuniões bilaterais entre os países do Mercosul. Contudo, a presença nestas reuniões é definida de acordo com a agenda das mesmas e o interesse/necessidade de atuação do MF.

Entre as reuniões bilaterais acompanhadas podem ser salientadas:

- (a) Reuniões bilaterais do Mercosul (Brasil-Argentina/Brasil-Paraguai/Brasil-Uruguai), coordenadas pelo MDIC e que tratam essencialmente de questões comerciais.
- (b) Reuniões do Mecanismo de Integração e Cooperação Brasil – Argentina (MICBA), coordenadas pelo MRE e que tratam de temas diversos (como Economia, Energia, Segurança, Desenvolvimento Social), e no qual consta o “Projeto Coordenação Macroeconômica”, para o qual o MF é ponto focal no Brasil.
- (c) Reuniões entre o Ministério da Fazenda do Brasil e o Ministério da Economia da Argentina, coordenadas pelo próprio MF e que tratam de temas de interesse direto das áreas econômicas (organizados em 5 eixos: Coordenação Macroeconômica; Integração Regional; Finanças Internacionais; Política Comercial; e Política Fiscal, Impostos e Aduana).

3. Banco do Sul

Em 2010, iniciou-se o processo de formatação do Banco do Sul – BdS, instituição que terá como sócios, inicialmente, Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai, Bolívia, Equador e Venezuela. O BdS tem o objetivo de financiar o desenvolvimento econômico, social e ambiental dos países-membros da UNASUL, de forma a reduzir as assimetrias regionais, a pobreza e a exclusão social.

Ocorreram 4 (quatro) reuniões plenárias no ano, envolvendo as delegações dos sete países, sendo que 3 (três) foram realizadas em Buenos Aires e 1 (uma) no Rio de Janeiro(RJ), das quais a SAIN só não participou da primeira, uma vez que o tema ainda não se encontrava sob sua responsabilidade.

As discussões sobre o Banco do Sul têm estado em torno do desenho e desenvolvimento dos instrumentos básicos para o funcionamento dessa nova instituição financeira regional, subdivididas nos trabalhos dos Grupos de "Lineamentos Estratégicos" (GT1), "Gestão Financeira, Crédito e de Riscos" (GT2) e "Organização, Administração e Métodos" (GT3).

Cabe à Secretaria-Adjunta da SAIN, com o apoio técnico da COINT/SAIN, a coordenação direta do GT2, com a participação de funcionários do BACEN e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Neste sentido, foram realizadas 2 (duas)

reuniões técnicas específicas, no Rio de Janeiro(RJ), em setembro, e em Caracas, Venezuela, em dezembro, além das reuniões do Grupo realizadas concomitantemente a reuniões plenárias, com o objetivo de desenvolver as políticas operacionais para o BdS.

Saliente-se também que o acompanhamento técnico dos trabalhos no âmbito dos outros dois Grupos de Trabalho também cabe à COINT/SAIN, o que foi feito ao longo do último semestre por intermédio de reuniões presenciais (paralelas às reuniões plenárias), videoconferências e teleconferências.

2.2.8 Coordenação-Geral de Políticas Comerciais - COPOL

A Coordenação-Geral de Políticas Comerciais (COPOL) tem como competência, entre outros assuntos, acompanhar e coordenar, no âmbito do Ministério da Fazenda, as matérias relacionadas a:

- subsídios;
- medidas de defesa comercial (*antidumping*, medidas compensatórias e salvaguardas);
- comércio internacional de serviços;
- investimentos nas negociações internacionais;
- contratações públicas; e
- propriedade intelectual.

Além da assessoria prestada ao Secretário de Assuntos Internacionais e ao Ministro de Estado da Fazenda, os trabalhos da Coordenação-Geral de Políticas Comerciais incluem a elaboração de Notas e Pareceres e a participação em reuniões técnicas no âmbito do governo brasileiro, do Mercosul, da Organização Mundial do Comércio (OMC), da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), entre outros foros.

Temas Desenvolvidos

1. CAMEX – Conselho de Ministros e GECEX

A Câmara de Comércio Exterior - CAMEX, do Conselho de Governo, tem por objetivo a formulação, a adoção, a implementação e a coordenação de políticas e atividades relativas ao comércio exterior de bens e serviços, incluindo o turismo.

A CAMEX é formada por diversos comitês, sendo o Conselho de Ministros e o Comitê Executivo de Gestão - GECEX suas instâncias mais elevadas. A Coordenação-Geral de Políticas Comerciais (COPOL) assessora o Secretário de Assuntos Internacionais e o Ministro de Estado da Fazenda nas matérias de sua competência. A fim de subsidiá-los, a COPOL participou da elaboração de 9 (nove) Agendas Comentadas para as reuniões da CAMEX e de 9 (nove) para as reuniões do GECEX³.

2. Defesa Comercial

2.1 CAMEX: Processos administrativos de Defesa Comercial

No âmbito da CAMEX, a COPOL participa do Grupo Técnico de Defesa Comercial (GTDC), no qual são discutidas propostas de aplicação de medidas *antidumping*, compensatórias e de salvaguardas.

No ano de 2010, a COPOL analisou 14 (quatorze) processos de defesa comercial, além de 14 (quatorze) recursos administrativos interpostos em desfavor de decisões da CAMEX. Para tanto, participou de 9 (nove) reuniões do Grupo Técnico de Defesa Comercial (GTDC).

A quantificação dos casos acompanhados pela COPOL em 2010 demonstrou ter ocorrido uma pequena redução quanto ao patamar de 2009, quando foram analisados 15 (quinze) casos.

2.2 Mercado Comum do Sul - Mercosul

O comitê técnico responsável pelos assuntos de Defesa Comercial no Mercosul é o Comitê de Defesa Comercial e Salvaguardas (CDCS). O Comitê trabalhava na confecção de regulamentos comuns de defesa comercial para os países do bloco. A SAIN participou ativamente desses trabalhos até 2006, quando as atividades do grupo foram interrompidas. Nos anos de 2007, 2008 e 2009, o Comitê não se reuniu.

Em 2010, durante a Presidência *Pro-Tempore* do Brasil no Mercosul, o Grupo retomou suas atividades com o objetivo de produzir um texto-base do Mercosul para as negociações de Salvaguardas Preferenciais no âmbito dos acordos de comércio negociados pelo Mercosul com terceiros países. A SAIN participou das 48ª e 49ª reuniões do Comitê, realizadas em Brasília (DF), nos dias 20.09.2010 e 22.11.2010.

2.3 Organização Mundial do Comércio - OMC

O Grupo Negociador de Regras (GNR) é o fórum responsável, no âmbito da OMC, pela negociação de disciplinas adicionais sobre medidas *antidumping* e subsídios (incluindo os subsídios à pesca).

As deliberações no âmbito do Grupo Negociador de Regras (GNR) são particularmente importantes para a SAIN, pois afetam diretamente a sistemática da análise e decisão dos processos de defesa comercial levadas a cabo pelo governo brasileiro por meio da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX), da qual o Ministério da Fazenda é componente. Sendo a Secretaria de Assuntos Internacionais (SAIN) o órgão responsável no Ministério da Fazenda pelos assuntos de defesa comercial, as negociações do GNR têm impacto direto nas atividades de sua competência.

Ademais, o aprimoramento das disciplinas sobre *antidumping* e subsídios revela-se importante para garantir que eventuais ganhos em acesso a mercados nas negociações do NAMA e Agricultura não sejam corroídos por práticas protecionistas em *antidumping*, subsídios e medidas compensatórias.

Em 2010, a COPOL participou apenas da reunião do GNR ocorrida em março. A pauta da reunião incluiu os principais temas em *antidumping* que perduravam sem solução consensual

no âmbito do Grupo, ou seja: “zeroing”⁴, aplicação do menor direito⁵, Interesse Público⁶, e revisões de final de período.

3. Serviços

Em 2010, as negociações internacionais de serviços envolveram três áreas de atuação: bilateral (negociações Brasil-México, Mercosul-União Europeia e Mercosul-Colômbia); intra-Mercosul (Grupo de Serviços e reuniões técnicas ad-hoc) e multilateral (Cluster de Serviços da OMC, no contexto da Rodada Doha). Segue descrição dos principais acontecimentos em cada uma dessas áreas.

3.1 OMC – Serviços

A SAIN, por meio da Coordenação-Geral de Políticas Comerciais, participa das negociações no âmbito da Organização Mundial do Comércio – OMC representando o Ministério da Fazenda no “Cluster” de Serviços. O “Cluster” ou conjunto de reuniões de serviços refere-se a uma etapa das negociações sobre o comércio internacional de serviços da Rodada Doha. Esse processo negociador visa aprofundar os compromissos multilaterais e melhorar as condições de acesso aos mercados dos países-membros da OMC.

A COPOL participa dessa negociação e contribui com as posições deste Ministério nas diversas reuniões temáticas deste segmento do processo negociador, sobretudo na área de serviços financeiros e regulamentação doméstica (este último, mandato proveniente do próprio Acordo Geral sobre Comércio de Serviços - GATS). Em 2010, as negociações de Acesso a Mercado foram prejudicadas pelo impasse no processo negociador de Agricultura e a de bens industriais (NAMA). Por outro lado, os trabalhos sobre regulamentação doméstica (questões regulatórias não discriminatórias com impacto no comércio, como requisitos de qualificação e licenciamento e padrões técnicos) têm avançado gradualmente e há possibilidade de conclusão de um acordo em 2011 nesse tema.

Em 2010, a SAIN participou de três conjuntos de reuniões sobre Serviços na OMC, com foco em matéria de serviços financeiros e regulamentação doméstica.

3.2 Negociações Bilaterais em serviços

As negociações comerciais na área de Serviços seguem, em condições normais, as iniciativas do Mercosul. Três frentes negociadoras bilaterais estiveram ativas durante 2010, com participação ativa da COPOL nos temas de sua competência: as negociações Mercosul-Colômbia sobre comércio de serviços, o processo pré-negociador Brasil-México e as negociações Mercosul-União-Europeia.

As negociações **Mercosul-Colômbia** sobre comércio de serviços tiveram início em abril de 2009. Naquele ano, foram realizadas quatro reuniões. Em 2010, houve três reuniões entre as partes, todas com a participação de representantes da SAIN, que contribuíram decisivamente para o avanço dos trabalhos, notadamente na área de serviços financeiros. Houve

⁴ Ou “zeramento”: prática utilizada por algumas autoridades investigadoras que, ao não computar adequadamente todas as transações com o produto importado objeto da investigação, resulta em um aumento das margens e dos direitos *antidumping* a serem aplicados.

⁵ Do inglês, “Lesser Duty Rule”, que significa aplicar um direito menor que a margem de *dumping*, quando este for suficiente para prevenir ou remediar o dano causado pelas importações a preços de *dumping*.

⁶ Proposta de tornar obrigatória análise de interesse público que conduza à possibilidade de não aplicar a medida, mesmo quando cumpridos todos os requisitos legais para sua aplicação (*dumping* e dano dele decorrente).

significativa evolução nas discussões, em especial na reunião realizada em dezembro na cidade de Foz do Iguaçu (PR). Naquela oportunidade, todos os textos normativos e listas de compromissos foram acordados, restando somente alcançar consenso em um tema pontual.

No caso de **Brasil-México**, as conversações não estão relacionadas ao Mercosul por estarem ao amparo da ALADI (Associação Latino-americana de Integração) e trata-se de buscar um Acordo de Complementação Econômica (ACE) amplo, com áreas como serviços, investimentos, compras governamentais e bens. O último ano foi dedicado a troca de informações e discussões em torno dos métodos e modalidades para o início efetivo do processo negociador, lançado no final de 2010.

As negociações **Mercosul-União-Europeia** têm um nível de ambição mais elevado e tratam de buscar um Acordo de Associação Interregional, envolvendo três pilares: Político, Cooperação e Comercial. Na parte comercial, o acordo envolve comércio de bens, serviços, investimentos, compras governamentais, entre outros. Em reunião de Cúpula, realizada em maio, decidiu-se retomar o processo paralisado em 2004. No que tange Serviços, optou-se por trabalhar em base a uma geração mais recente de texto, ainda que baseado no Acordo Geral sobre Comércio de Serviços da OMC (GATS). Em resumo, essa nova arquitetura prevê o tratamento de Serviços e Estabelecimentos sob um único título (mesmo capítulo). O argumento é que no mundo real não há diferença entre investidor de serviços e de outras atividades. Os compromissos compreendem:

- listas separadas para serviços e outras atividades sob o mesmo capítulo, com as restrições discriminatórias e as restrições quantitativas não discriminatórias;
- no texto do capítulo, além dos compromissos tradicionais seguindo os princípios do GATS de acesso, trato nacional e nação mais favorecida, haveria disciplinas mais profundas sobre regulamentação doméstica;
- anexos específicos para Serviços relacionados a Computação, Postal/Courier, Telecomunicações, Serviços Financeiros e Transporte Marítimo;
- disciplinas específicas para prestação de serviços por pessoas naturais (modo 4).

3.3 Mercosul

Em 2010, com uma agenda voltada, sobretudo, para as negociações externas, houve apenas uma reunião do **Grupo de Serviços do Mercosul**. Nos temas internos, a pauta envolveu trabalhos em relação a um modelo de acordo a ser usado nas negociações externas, à implementação do plano de ação objeto da Decisão 49/08 e a um possível marco normativo para tratar da classificação das transações eletrônicas no comércio transfronteiriço de serviços. A SAIN participou diretamente dos temas mencionados, inclusive com propostas de texto.

A COPOL/SAIN participou ativamente ainda dos trabalhos que levaram à elaboração da Decisão CMC 54/2010, que estabelece novo modelo para o aprofundamento da liberalização do comércio de serviços no Mercosul.

4. Investimentos

4.1 Acordos Internacionais de Investimentos

Em 2010, a agenda envolveu tanto as iniciativas do Mercosul (Mercosul-UE), quanto as do Brasil (Brasil-México e Brasil-Chile). A SAIN, representando o MF, tem participado ativamente dessas iniciativas.

No caso de **Mercosul-União-Europeia**, essas negociações buscam um Acordo de Associação Interregional, envolvendo três pilares: Político, Cooperação e Comercial. O tema investimentos está inserido na parte comercial, que envolve também o comércio de bens e serviços, entre outros. Optou-se, no curso das negociações, por limitar o tema investimentos apenas ao tratamento das questões relacionadas ao estabelecimento, tendo por base o Acordo Geral sobre Comércio de Serviços da OMC (GATS). Na retomada do processo negociador em 2010, as partes decidiram trabalhar em base a uma geração mais recente de texto que prevê o tratamento de Serviços e Estabelecimentos sob um único título (mesmo capítulo). A COPOL contribuiu diretamente na adequação da nova arquitetura aos interesses brasileiros.

No processo de pré-negociação de **Brasil-México** visando a um Acordo de Complementação Econômica (ACE) amplo em matéria comercial, a COPOL colaborou com o exercício de troca de informações e com as discussões em torno dos métodos e modalidades para o início efetivo do processo negociador, com rodadas negociadoras marcadas para 2011.

A iniciativa **Brasil-Chile**, em 2010, foi antecedida de um exercício exploratório Mercosul-Chile, em 2009, sobre a mesma matéria. Contudo, o exercício no âmbito do bloco não avançou e o governo brasileiro, seguindo mandato presidencial, iniciou um processo bilateral com os chilenos. A SAIN/MF, em conjunto com o MRE e o MDIC, está à frente desse processo negociador. A expectativa é concluir um acordo sobre investimentos entre os dois países em 2011.

4.2 SGT-12

Em 2010, as presidências *pro tempore* da Argentina (PPTA) e do Brasil (PPTB) não convocaram reunião do Subgrupo de Trabalho sobre Investimentos – SGT12. A coordenação nacional do SGT-12, exercida pela COPOL, esteve, contudo, envolvida no processo de elaboração da Decisão CMC 30/2010 que estabeleceu o mandato para negociar um marco normativo em matéria de investimentos para o bloco até o final de 2011.

4.3 Comitê de Investimentos – OCDE

O Comitê de Investimentos da OCDE compõe-se de 34 (trinta e quatro) países membros e de alguns países observadores como Brasil e Argentina. O Brasil participa na qualidade de observador regular. Em 2010, a Secretaria de Assuntos Internacionais participou de duas reuniões desse Comitê, fornecendo subsídios técnicos para as posições brasileiras no Comitê, em especial nos seguintes temas:

I. Iniciativa de cooperação para América Latina e Caribe;

II . Investimento Internacional para “Crescimento Verde” (“*International Investment for Green Growth*”);

III. Identificação de Investidores Internacionais;

IV. Panorama de desenvolvimentos recentes na área de Liberdade de Investimentos (“*Tour d’horizon of recent developments*”);

V. Termos de Referência para atualização das Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais;

VI. Investimento Responsável em Agricultura;

VII. Mobilização de negócios e investimentos internacionais para a reconstrução do Haiti; e

VIII. Rascunho da Orientação de “*due diligence*” para a gestão responsável da cadeia de suprimento de minerais de conflito e de áreas de alto risco.

4.4 Grupo de Trabalho sobre um Mecanismo de Solução de Controvérsias em Matéria de Investimentos da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL)

O Grupo de Trabalho em epígrafe foi criado em 2008 no âmbito da União de Nações Sul-Americanas, voltado para discutir a criação de um mecanismo de solução de controvérsias em matéria de investimentos no marco da UNASUL.

A agenda do GT envolvia três temas principais:

- Criação de um centro de assessoria jurídica para orientação e defesa dos Estados Partes envolvidos em procedimentos de disputas sobre investimentos;
- Elaboração de regras procedimentais de solução de controvérsias. A discussão deverá centrar-se, inicialmente, na hipótese de solução de disputas entre investidor e Estado. Ficou acordado que o enfoque Estado-Estado também pertence à agenda do GT; e
- Construção de um mecanismo sul-americano de solução de controvérsias sobre investimentos.

Em 2010, os trabalhos técnicos foram suspensos e as discussões se voltaram para uma agenda com teor mais político e estratégico, sem a participação da SAIN e da PGFN que representavam o MF.

5. Propriedade Intelectual

5.1 Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual – GIPI

Como representante do Ministério da Fazenda no Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual – GIPI, em 2010, a SAIN, por meio da COPOL, participou diretamente de três discussões: a conclusão dos trabalhos do Subgrupo de Trabalho sobre Retaliação Cruzada, com a promulgação da Lei nº 12.270, de 24.06.2010; a conclusão dos trabalhos do Subgrupo de Direitos Autorais, sobre a Proposta de Revisão da Lei de Direitos Autorais – Lei nº 9.610, de 14.05.1998; e a discussão, no âmbito do Subgrupo de Propriedade Industrial, do Projeto de Acordo que Cria a Organização da Marca Lusófona.

a) Agenda Nacional

No último ano, o Ministério da Fazenda participou das discussões do Anteprojeto de Lei sobre a proposta de revisão da Lei de Direitos Autorais – Lei nº 9.610, de 14.05.1998. A Secretaria de Assuntos Internacionais, por meio da COPOL, coordenou o Grupo de Trabalho no MF que definiu a posição do Ministério para os aspectos econômicos da revisão da legislação sobre direito autoral – esse grupo contou também com a participação da Secretaria-Executiva, da RFB, PGFN, SEAE e SPE. Após aprovação do anteprojeto de lei pelo GIPI, este foi remetido à Consulta Pública. Os resultados da Consulta Pública foram consolidados pelo Ministério da Cultura e apresentados em reunião do Subgrupo de Direitos Autorais do GIPI, com vistas à aprovação do Anteprojeto de Lei, para posterior envio à Casa Civil e ao Congresso Nacional.

b) Agenda Internacional

Em 2010, foi promulgada a Lei nº 12.270, de 24.06.2010, que “*dispõe sobre medidas de suspensão de concessões ou outras obrigações do País relativas aos direitos de propriedade intelectual e outros, em casos de descumprimento de obrigações do Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio*”. A promulgação da referida Lei insere-se no âmbito do **Contencioso entre Brasil e Estados Unidos sobre o Algodão – DS 267**, e resulta da discussão de uma proposta de substitutivo ao Projeto de Lei nº 1893/2007 no Subgrupo de Trabalho sobre **Retaliação Cruzada** do GIPI, durante os anos de 2008 a 2010. Todo o trabalho envolvendo a preparação para uma possível retaliação comercial contou com a participação ativa da COPOL, especialmente no contexto da retaliação cruzada, que poderia envolver tanto propriedade intelectual, quanto serviços.

No que se refere à discussão do Projeto de Acordo que Cria a Organização da **Marca Lusófona**, cumpre frisar que foi uma proposta apresentada pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial português ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial brasileiro para que se criasse uma organização que congregasse todos os países membros da CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – e que trouxesse benefícios comerciais e econômicos. Neste sentido, a Secretaria Executiva do GIPI decidiu convocar uma reunião de coordenação, a fim de analisar a proposta, uma vez que havia pontos que suscitaram dúvidas administrativas, econômicas e jurídicas. Após análise preliminar da proposta por parte desta Secretaria, recomendou-se cautela para que a adesão brasileira somente ocorra, se for o caso, após os ajustes necessários no texto da proposta do acordo.

5.2 Integração Regional e Negociações Comerciais

No contexto das negociações Mercosul-União Europeia, esta Secretaria tem acompanhado as negociações sobre Indicações Geográficas e Vinhos. Na XIX reunião do Comitê de Negociações Birregionais - CNB, em novembro de 2010, a União Europeia apresentou uma lista com 250 indicações geográficas e vinhos. O Mercosul comprometeu-se a analisar o documento e a dar uma posição no próximo CNB, em março de 2011, em Bruxelas, Bélgica.

No âmbito do Mercosul, convocou-se durante a presidência *pro tempore* brasileira uma reunião da Comissão de Propriedade Intelectual do Subgrupo de Trabalho 7 – Indústria. O motivo é que a Argentina deseja reabrir a discussão do Protocolo sobre Princípios Básicos e Regras Gerais em matéria de Propriedade Intelectual. Brasil e Uruguai, contudo, adotam uma posição mais cautelosa em relação a essa iniciativa. Dessa forma, a eventual decisão de

reabertura da negociação deverá também ser precedida de discussão sobre os parâmetros para essa nova negociação.

6. Contratações Públicas

Em 2010, esse tema voltou a participar da agenda internacional do país. Em função do volume de iniciativas, decidiu-se criar o Grupo Técnico de Contratações Públicas (GTCOP), no âmbito da CAMEX, como foro de coordenação interministerial. A SAIN, como titular, e a SPE representam o MF no GTCOP.

6.1 Mercosul: Grupo de Contratações Públicas

Trata-se do grupo técnico responsável pelas questões relativas às Contratações Públicas no âmbito do Mercosul. No início da última década, o grupo esteve envolvido na negociação de um acordo intrabloco e, posteriormente, na sua regulamentação. Assim, o Protocolo de Contratações Públicas do Mercosul foi aprovado pelos Estados Partes por meio da Decisão do Conselho do Mercado Comum (CMC) 23/06.

Esse instrumento, contudo, não entrou em vigor, por ter sido ratificado somente pela Argentina até a presente data. Os outros Membros do Mercosul, em função de posteriores alterações jurídicas internas, verificaram a necessidade de revisar o Protocolo antes de ratificá-lo, com o fim de adequá-lo às respectivas legislações nacionais.

Assim, o CMC, em sua Decisão nº 23, de 2.08.2010, instruiu o Grupo de Contratações Públicas do Mercosul a concluir as negociações para a revisão do referido Protocolo até dezembro de 2010, final da presidência *pro tempore* brasileira. Entretanto, apesar dos significativos avanços acordados no texto normativo do Protocolo, não foi possível terminar a revisão no prazo estipulado e devem seguir em 2011.

6.2 Negociações Bilaterais

Após um período de reavaliação, o tema Contratações Públicas voltou à agenda das negociações comerciais. Por demanda mexicana, o tema entrou, em 2009, nas conversações prévias ao lançamento das negociações comerciais para um Acordo de Livre Comércio entre **Brasil e México**.

Assim, em 2010 houve várias reuniões e videoconferências entre as partes, para troca de informações estatísticas e sobre seus respectivos marcos legais em Contratações Públicas. As negociações foram lançadas formalmente no final do mesmo ano e os trabalhos deverão ter início em 2011.

Por sua vez, no Processo **Mercosul-UE**, onde o tema está incluído, após definição dos parâmetros em reuniões nos anos de 2009 e 2010, houve a retomada efetiva das negociações em 2010. O processo envolve a discussão de um marco normativo envolvendo transparência, procedimentos e acesso a mercado. Essas negociações deverão prolongar-se ao longo de 2011.

Em coordenação com outros órgãos governamentais, os técnicos da COPOL/SAIN têm contribuído decisivamente para a formação de posicionamentos do Brasil e do Mercosul nessas negociações.

7. Outros assuntos

• Contencioso Brasil-Estados Unidos sobre o Algodão

No âmbito do Contencioso Brasil- Estados Unidos sobre o Algodão (DS 267) junto à Organização Mundial do Comércio (OMC), recorde-se que em 31.08.2009 o Brasil havia recebido autorização do Órgão de Solução de Controvérsias (OSC) para retaliar os Estados Unidos pelo não cumprimento do Acordo Constitutivo da OMC. Neste sentido, esta Secretaria participou das discussões do governo brasileiro sobre a possibilidade de retaliar em tanto bens quanto em propriedade intelectual.

Ressalte-se que a determinação do governo brasileiro em dar prosseguimento à retaliação em bens fez com que o governo dos Estados Unidos tomasse a iniciativa de negociar em abril um Memorando de Entendimento. Após negociação entre as delegações brasileira e estado-unidense, os Ministros presentes à LXXIII Reunião da CAMEX aprovaram os termos do “Acordo-Quadro para uma Solução Mutuamente Acordada para o Contencioso do Algodão na Organização Mundial do Comércio (WT/DS267)”, publicado no Diário Oficial da União, Seção 1, págs. 60-61, em 5.08.2010.

Com a assinatura do referido Acordo-Quadro, os Estados Unidos se comprometeram a efetuar o pagamento de US\$ 147, 3 milhões nos próximos dois anos (2011 e 2012) para o Fundo de Apoio aos produtores de algodão brasileiro; conseqüentemente, criou-se o Instituto Brasileiro do Algodão (IBA), do qual o Ministério da Fazenda é membro do Conselho Fiscal.

• Projeto de Lei Geral Copa do Mundo FIFA 2014

Conforme o Decreto s/nº de 14.01.2010, e o Decreto de 7.04.2010, este Ministério integra o Comitê Gestor para definir, aprovar e supervisionar as ações previstas no Plano Estratégico das Ações do Governo Brasileiro para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014 - CGCOPA 2014. Assim, esta Secretaria analisou o Parecer enviado pela Consultoria Jurídica do Ministério do Esporte acerca do Projeto de Lei Geral Copa do Mundo FIFA 2014, bem como as garantias referentes a este Ministério, e encaminhou sua apreciação à Secretaria Executiva.

2.2.9 Núcleo de Trabalho no Rio de Janeiro (RJ) - NUTRA

O Núcleo de Trabalho no Rio de Janeiro (RJ) integra o Gabinete desta Secretaria de Assuntos Internacionais.

Suas atribuições abrangem:

- prestar apoio técnico-administrativo às atividades da Secretaria;
- elaborar o relatório de gestão anual, bem como a proposta orçamentária da Secretaria, em conjunto com a área competente;
- acompanhar e consolidar informações, a fim de manter atualizado o Sistema de Gerenciamento e Planejamento – SIGPLAN, no âmbito do Plano Plurianual – PPA, nas ações de responsabilidade da Secretaria;

- dar suporte às ações relacionadas ao processo de integração econômica do Brasil ao Mercosul;
- auxiliar no acompanhamento, elaboração e coordenação das políticas e ações do Governo brasileiro nas áreas de comércio exterior, em apoio às áreas finalísticas da Secretaria, no desempenho de suas atribuições;
- contribuir nas análises econômico-financeiras de países e agrupamentos regionais selecionados, bem como nos estudos a respeito da participação do Brasil em organismos internacionais e em processos de integração regional;
- auxiliar na análise de propostas em temas de competência da Secretaria.

Ao longo de 2010, suas principais realizações, desenvolvidas em conjunto com a SAIN/BSB, foram:

- participação no desenvolvimento e implantação do Planejamento Estratégico da Secretaria, com a homologação de seu Mapa Estratégico (Missão, Visão, Valores e Objetivos Estratégicos);
- elaboração do Relatório de Gestão 2009;
- desenvolvimento e preparação mensal dos Boletins de Execução Orçamentária e participação na elaboração da proposta orçamentária da Secretaria;
- elaboração do Relatório de Monitoramento Macroeconômico do G-20, trimestralmente;
- elaboração mensal do "Boletim Mercosul" e do "Boletim Principais Parceiros" comerciais do Brasil;
- participação nos trabalhos referentes à negociação do contencioso sobre algodão, no âmbito da OMC, entre Brasil e EUA;
- participação no Grupo Técnico de Defesa Comercial (GTDC), com presença em 9 (nove) reuniões; análise de 14 (quatorze) processos de defesa comercial, além de 14 (quatorze) recursos administrativos interpostos em desfavor de decisões da CAMEX;
- Participação e apoio à realização dos seguintes eventos:

- VI Reunião de Gestores do Mecanismo de Integração e Coordenação Bilateral Argentina-Brasil – Projeto 1.A.Coordenação Macroeconômica, realizada em abril de 2010, no Ministério das Relações Exteriores, Rio de Janeiro (RJ);

- Reunião do Banco do Sul - Plenária, em agosto/2010, no Palácio do Itamaraty, Rio de Janeiro (RJ);

- Reunião do Grupo de Monitoramento Macroeconômico do Mercosul(GMM) e Estados Associados, em setembro/2010, no Banco Central, Rio de Janeiro (RJ);

- Reunião do Banco do Sul - Grupo de Trabalho 2 - Gestão Financeira, Creditícia e de Riscos (GT2), em setembro e outubro/2010, no Gabinete do Ministro de Estado da Fazenda, Rio de Janeiro (RJ);

- Seminário de Estudos de Diálogo Macroeconômico, relativo ao Projeto de Cooperação Técnica e Financeira - Apoio ao Monitoramento Macroeconômico (AMM) - União Europeia, Grupo de Monitoramento do Mercosul (GMM) e Estados Associados, em dezembro/2010, no Centro Cultural do Banco do Brasil (CCBB), Rio de Janeiro(RJ);

- Reunião do Grupo de Monitoramento Macroeconômico do Mercosul (GMM) e Estados Associados, em dezembro/2010, no Gabinete do Ministro de Estado da Fazenda, Rio de Janeiro (RJ);

- 48ª e 49ª reuniões do Comitê de Defesa Comercial e Salvaguardas (CDCS) do Mercosul, em Brasília (DF), com o objetivo de produzir texto-base do Mercosul para as negociações de Salvaguardas Preferenciais no âmbito dos acordos de comércio negociados pelo Mercosul com terceiros países.

2.3 Programas e Ações

2.3.1 Programa Gestão da Política Econômica – Ação 4479 – Cooperação Técnica em Assuntos Internacionais

Tipo de Programa:	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
Objetivo Geral:	Assegurar a gestão equilibrada das contas públicas
Objetivos Específicos:	Formular, propor e monitorar medidas de política econômica nas áreas: fiscal, monetária, industrial, agrícola, tarifária, do setor externo, no mercado de trabalho e no mercado de capitais.
Público-alvo:	Governo e sociedade

No âmbito do “Programa de Gestão da Política Econômica”, a SAIN é responsável pela ação a seguir discriminada:

Ação 4479 – Cooperação Técnica em Assuntos Internacionais

Tipo da Ação	Atividade
	• Prestação de assessoria e assistência técnica em assuntos relacionados ao setor externo do governo, incluindo diagnósticos, estudos, análises, acompanhamento e definição de políticas na área internacional, principalmente nas negociações internacionais do governo brasileiro. • Participação em negociações econômicas, financeiras e comerciais com governos estrangeiros e entidades internacionais, acompanhando os diversos fóruns e frentes de negociação que envolvem o Mercado Comum

Finalidade	do Sul - Mercosul, a Organização Mundial do Comércio - OMC, o Clube de Paris, entre outras negociações bilaterais e multilaterais. Nesses fóruns, a SAIN participa das reuniões, colabora na elaboração da posição negociadora brasileira, avalia o posicionamento dos outros países e fornece subsídios ao Ministro de Estado da Fazenda para a tomada de decisões. • Desenvolvimento, em conjunto com as diversas instituições, de análises de políticas dos organismos financeiros internacionais (Fundo Monetário Internacional - FMI, Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, Corporação Andina de Fomento - CAF, entre outros) e iniciativas em matéria de cooperação monetária e financeira, tais como a busca de novos mecanismos de financiamento ao desenvolvimento. • Acompanhamento da execução da política nacional de tarifas de importação e exportação, no âmbito do Ministério, em conjunto com os órgãos encarregados da elaboração da política de comércio exterior e das ações do Ministério nas áreas de salvaguardas e direitos antidumping e compensatórios. Exercício da Secretaria Executiva do Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações - COFIG e do Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior - COMACE, participação na Comissão de Financiamentos Externos - COFIEIX e no Comitê Gestor da Câmara de Comércio Exterior - GECEX. • Acompanhamento da conjuntura econômica e financeira internacional, em particular das economias estratégicas para o Brasil com o objetivo de informar o Ministro de Estado da Fazenda sobre os temas de maior relevância em economia internacional.
Descrição	• Participação e acompanhamento em negociações, elaboração de relatórios, pareceres e notas de conjuntura macroeconômica internacional, bem como de estudos específicos sobre assuntos de defesa comercial, comércio internacional, financiamento a exportação e créditos internacionais, além de manter o Ministro de Estado da Fazenda permanentemente informado sobre as negociações internacionais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Fazenda

Coordenador nacional da ação	Marcos Bezerra Abbott Galvão
Unidade executora	Secretaria de Assuntos Internacionais – SAIN

Execução Física da Ação 4479 – Cooperação Técnica em Assuntos Internacionais

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo de Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser realizada em 2011
04	122	Gestão da Política Econômica	4479	A	3	Unidade	158	235	158

A atuação efetiva do País nos diversos fóruns internacionais tem contribuído para a consolidação de sua posição de destaque no cenário econômico mundial. Esta Secretaria, no exercício em questão, atuou em discussões relevantes, com o encaminhamento de propostas do Brasil sobre diversos temas, tendo superado a meta anual prevista em 149%.

I Resultados:

A seguir, realizações e/ou avanços obtidos no âmbito da Ação:

- (1) Engajamento ativo da SAIN em negociação intensa, no âmbito do FMI e do G-20, que resultou na duplicação dos recursos permanentes do Fundo e no aumento do poder de voto dos países em desenvolvimento nessa Instituição. As reformas de quotas e voz de 2008 e de 2010, quando implementadas, aumentarão o poder de voto dos países em desenvolvimento de 39,4% para 44,7%. O Brasil, em especial, passará a deter cerca de 2,22% do poder de voto do FMI, o que representa um aumento de 0,84 p.p. ou 60% em relação à situação atual (1,38%). O País se tornará, então, o 10º maior quotista do Fundo;
- (2) Atuação no esforço de coordenação da participação do Brasil no Processo de Avaliação Mútua referente ao Marco para o Crescimento Forte, Sustentável e Equilibrado (Framework) do G-20;
- (3) Participação na negociação da 16ª recomposição da Agência Internacional de Desenvolvimento – IDA;
- (4) Participação no processo negociador interno (no Brasil) no Grupo NAMA – Acesso a Mercados de Produtos não-Agrícolas, no âmbito da Rodada Doha, marcada pela continuidade do impasse em suas negociações no ano de 2010;
- (5) Participação na nova Revisão das Diretrizes para Empresas Multinacionais da OCDE com o objetivo de melhor adequá-las à realidade dos PCNs – Pontos de Contatos Nacionais e serem mais efetivas;
- (6) Participação ativa nas revisões semestrais da Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum - TEC, atuando nas discussões que culminaram nas Resoluções CAMEX nºs 13, 36, 39, 42, 47, 59, 65, 70, 72, 81, 84, 87 e 91;

- (7) Análise de 37 (trinta e sete) pleitos de alterações temporárias da TEC no âmbito do Grupo Técnico de Acompanhamento da Resolução GMC nº 69/00 (razões de desabastecimento excepcional e temporário);
- (8) Em 2010, a fim de subsidiar a participação dos representantes do MF, foram elaboradas, em conjunto com a Coordenação-Geral de Políticas Comerciais, 9 (nove) Agendas Comentadas para as reuniões da CAMEX e 9 (nove) para as reuniões do GECEX;
- (9) Análise de pleitos de modificação tarifária em caráter permanente no âmbito do Comitê Técnico nº 1 do Mercosul, com a aprovação de 18 no período;
- (10) Participação ativa em reuniões da Comissão de Comércio do Mercosul e do Grupo Mercado Comum, com destaque para a negociação dos seguintes temas: Eliminação da Dupla Cobrança da Tarifa Externa Comum (TEC) e da Distribuição da Renda Aduaneira; criação de Regimes Especiais de Importação; administração da Tarifa Externa Comum do Mercosul (TEC); aprovação de pleitos de alteração tarifária temporária no âmbito da Resolução GMC nº 69/00; análise de propostas criação de instrumentos de Tarifa Externa Comum do Mercosul (TEC); Monitoramento do Comércio Exterior do Mercosul; e a análise de estudos financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID sobre temas *ad hoc* de interesse do Mercosul;
- (11) Participação ativa da SAIN nas atividades voltadas à ampliação de acordos comerciais no âmbito das negociações externas do Mercosul. A Secretaria enviou técnicos para as discussões, elaborou relatórios e subsidiou o Ministério das Relações Exteriores com comentários aos textos em negociação, mantendo estreita interlocução com aquele Ministério no decorrer de todo o processo decisório. Em virtude de limitações logístico-operacionais, a SAIN optou por nem sempre encaminhar técnicos às reuniões de negociação que foram realizadas no exterior, privilegiando a participação nos encontros ocorridos no Brasil;
- (12) Participação ativa nas reuniões ordinárias do Grupo de Trabalho FOCEM da CRPM, em que são analisadas as operações que contam com financiamento do Fundo multilateral em projetos para redução de assimetrias estruturais no bloco. Por conta do final do processo de revisão do Regulamento do FOCEM, a SAIN participou de 2 (duas) reuniões do grupo *ad hoc* convocado para esse fim pela Comissão de Representantes Permanentes do Mercosul (CRPM), culminando na publicação da Decisão CMC nº 01/10 com o novo Regulamento;
- (13) Participação ativa nas reuniões do Grupo de Monitoramento Econômico do Mercosul (GMM), que trabalha para a produção e divulgação de indicadores macroeconômicos harmonizados entre os países do Mercosul e Estados associados e é formado por representantes de Ministérios da Economia/Fazenda e de Bancos Centrais, estando ligado à Reunião de Ministros da Economia e Presidentes de Bancos Centrais do Mercosul (RMEPBC), no âmbito do CMC, para a qual a SAIN prestou assessoramento em suas reuniões;
- (14) Participação ativa, representando o Ministério da Fazenda, na Comissão Assessora para elaboração do Regulamento do Fundo de Garantias a Pequenas e Médias Empresas do Mercosul, criado para conceder garantias a PMEs do Mercosul. Foram reuniões em Buenos Aires, Argentina, e em Brasília (DF), a fim de dar continuidade ao trabalho iniciado em 2009;

- (15) Coordenação da posição brasileira no processo negociador interno (no Brasil) no Grupo NAMA – Acesso a Mercados de Produtos não-Agrícolas, no âmbito da Rodada Doha, marcada pela continuidade do impasse em suas negociações no ano de 2010;
- (16) Participação em reuniões bilaterais entre os países do Mercosul, com destaque para o Mecanismo de Integração e Cooperação Brasil – Argentina (MICBA) e encontros entre o Ministério da Fazenda e contraparte argentina;
- (17) Participação ativa no processo de formatação do Banco do Sul, envolvendo discussões em torno do desenho e desenvolvimento dos instrumentos básicos para o funcionamento dessa nova instituição financeira regional em 3 Grupos de Trabalho, com destaque para a COINT/SAIN na coordenação dos trabalhos do Grupo de "Gestão Financeira, Creditícia e de Riscos" (GT2);
- (18) Assessoria e produção de análises para o Ministro de Estado da Fazenda em 9 (nove) reuniões da Câmara de Comércio Exterior – CAMEX;
- (19) No âmbito do COFIG, em que a SAIN exerce o papel de Secretaria-Executiva, foram realizadas, em 2010, 12 (doze) Reuniões Ordinárias, precedidas de 12 (doze) reuniões do Grupo de Apoio Técnico- GAT;
- (20) Os pleitos examinados pela COSEC totalizaram US\$ 9,1 bilhões de exportações brasileiras e US\$ 734,3 milhões de previsão de arrecadação de prêmio de seguro, a serem recolhidos de acordo com o cronograma de desembolso das operações;
- (21) No âmbito da COFIEX, a SAIN, na qualidade de membro regular da Comissão, participou das 3 (três) reuniões realizadas em 2010. Das 63 (sessenta e três) reuniões de seu Grupo Técnico - GTEC, a Secretaria participou em 57 (cinquenta e sete) eventos;
- (22) No âmbito do Programa de Financiamento às Exportações - PROEX – supervisionado pela SAIN, foram realizadas 12 (doze) reuniões de previsão de liberação de recursos e de acompanhamento das operações cursadas ao amparo do Programa. Coordenou também a elaboração da proposta orçamentária para 2011, no montante de R\$ 2,5 bilhões de dotação para Financiamento, de R\$ 1, 2 bilhão para Equalização de Taxas e previsão de receita na ordem de R\$ 1,9 bilhão;
- (23) Monitoramento periódico da execução orçamentária do Programa, que teve dotação orçamentária de R\$ 1,04 bilhão para Financiamento e R\$ 360 milhões para Equalização da Taxa de Juros;
- (24) No papel de Secretaria-Executiva do COFIG, a SAIN encaminhou diversos assuntos relacionados ao PROEX e ao FGE, mediante a elaboração de 10 (dez) Notas Técnicas, para deliberação da CAMEX;
- (25) Participação efetiva e estratégica nos diversos órgãos colegiados envolvidos com atividades inerentes ao financiamento com recursos públicos das exportações brasileiras, com a finalidade de melhorar seu desempenho;
- (26) No âmbito do COMACE, em que participa como Secretaria-Executiva, a SAIN participou de 10 (dez) reuniões (Tour d’Horizon) onde foram examinados os débitos de 11 (onze) países devedores do Brasil;

2.4 Desempenho Orçamentário e Financeiro

2.4.1 Programação Orçamentária

Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos	170191	0412212664479			1.459.880,46
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos					
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					

Obs.: As despesas de Capital (Investimento), de responsabilidade da Unidade Jurisdicionada 170191, são executadas pela Unidade Jurisdicionada 170016 – Coordenação Geral de Recursos Logísticos.

Análise Crítica:

Os créditos orçamentários recebidos por movimentação interna no período foram da ordem de R\$ 1.459.880,46 (um milhão, quatrocentos e cinquenta e nove mil, oitocentos e oitenta reais e quarenta e seis centavos), equivalente a 53,58% do orçamento aprovado na Lei Orçamentária Anual. Foram executados por esta Unidade Jurisdicionada R\$ 1.457.056,80 (um milhão, quatrocentos e cinquenta e sete mil, cinquenta e seis reais e oitenta centavos), equivalentes a 99,80 % do orçamento recebido por movimentação interna.

2.4.2 Execução Orçamentária

Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Licitação	636.595,56	862.751,43	636.595,56	862.751,43
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão	636.595,56	862.751,43	636.595,56	862.751,43
Concurso				
Consulta				
Contratações Diretas				
Dispensa				
Inexigibilidade				
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos				
Pagamento de Pessoal	486.291,69	597.129,03	486.291,69	597.129,03
Pagamento em Folha				
Diárias	486.291,69	597.129,03	486.291,69	597.129,03
Outras				

Fonte: Siafi

1-Pregão - Os valores informados referem-se à execução na Unidade 170191 referente aos Pregões 045/2009 e 038/2010.

2-Diárias: Valores executados pela Unidade Jurisdicionada

*Outras modalidades de contratação foram executadas pela unidade 170016 - Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – COGRL.

Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3- Outras Despesas Correntes								
339033	636.595,56	862.751,43	636.595,56	862.751,43			636.595,56	862.751,43
339014	486.291,69	593.574,14	486.291,69	593.574,14			486.291,69	593.574,14
339093	4.109,98	3.325,94	4.109,98	3.325,94			4.109,98	3.325,94
339036		228,95		228,95				228,95

Obs.: 1 - RP inscrito e não processado pela Unidade 170016 – COGRL, de responsabilidade da Unidade 170191.

Alterações significativas ocorridas no exercício:

No exercício em questão, destacamos o aumento dos recursos orçamentários aprovados pela Lei Orçamentária Anual de 2010, no valor de R\$ 2.724.638,00 (dois milhões, setecentos e vinte e quatro mil, seiscentos e trinta e oito reais), contra R\$ 939.359,00 (novecentos e trinta e nove mil, trezentos e cinquenta e nove reais), aprovados na LOA 2009.

Na proposta orçamentária enviada para a SPOA/SE/MF para o exercício de 2010, foram evidenciadas as dificuldades para cumprir a missão institucional da Secretaria com os valores concedidos em 2009, tendo em vista sua crescente atuação no cenário internacional motivada pela crise financeira global.

Contingenciamento no exercício: Houve aprovação dos valores integralmente, conforme LOA 2010.

Eventos positivos que facilitaram a execução orçamentária:

A liberação dos limites da LOA propiciaram o cumprimento integral da missão institucional desta UJ. Não houve, no período, qualquer contratempo em relação à execução orçamentária.

Observações:

1 - Por não ser Unidade Orçamentária, a Unidade Jurisdicionada 170191 não recebe dotação originária da LOA, razão pela qual não foram preenchidos os quadros a seguir:

- *Programação de Despesas Correntes* (Quadro A.2.4)
- *Programação de Despesas Capital* (Quadro A.2.5)
- *Quadro Resumo da Programação de Despesas* (Quadro A.2.6)
- *Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ* (Quadro A.2.9)
- *Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ* (Quadro A.2.10)

2 - As modalidades relacionadas no quadro *Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ* (Quadro A.2.8) não são praticadas por esta UJ.

3 - A unidade Jurisdicionada 170191 não executou despesas de capital (Investimento), razão pela qual não houve o preenchimento do quadro *Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação* (A.2.13).

2.4.3 Indicadores de Desempenho ou Institucionais

SAIN EM NÚMEROS 2010

Atividades/Eventos	Qtde
NEGOCIAÇÕES	235
REUNIÕES TÉCNICAS	114
SEMINÁRIOS	5
PARTICIPAÇÕES EM MISSÕES TÉCNICAS	1
ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS PELO PCN – PONTO DE CONTATO NACIONAL	7
TRADUÇÕES/ESTUDOS TÉCNICOS/RELATÓRIOS	9
• Relatórios de Monitoramento Macroeconômico	3
• Traduções	6
AGENDAS COMENTADAS PARA REUNIÕES CAMEX	18
PROCESSOS DE DEFESA COMERCIAL	14
ANÁLISES DE ALTERAÇÕES NA TARIFA EXTERNA COMUM - TEC	94
ANÁLISES DE PLEITOS DE EXPORTADORES – FGE/SCE	260
CONSULTAS À PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL	21
CONSULTAS EXTRAORDINÁRIAS AOS MEMBROS DA COFIEX	7
CORRESPONDÊNCIAS EXPEDIDAS	883
• Notas Técnicas	10
• Outras correspondências (Memorandos, Ofícios etc.)	873

Os quadros a seguir apresentam indicadores de eficácia relacionados às atividades desenvolvidas pelas Unidades que compõem a SAIN:

Unidade: MF/SAIN/Gabinete e Coordenação-Geral de Diálogo Econômico Internacional

Metas Previstas e Realizadas

Processo Gerencial Finalístico: Participação em negociações de blocos econômicos e organismos multilaterais.

Sinopse do Objeto: Acompanhar e participar de negociações econômicas e financeiras com governos e instituições internacionais, além de subsidiar as decisões do Ministro de Estado da Fazenda nas negociações com essas entidades.

Responsáveis pelos Dados:

Marcos Machado Guimarães
Danielle Ayres Delduque

Cargo: Coordenador-Geral
Cargo: Coordenadora

Data: 31.12.2010

Descrição das Operações-Fim	Unidade de Medida	Previsto (para o exercício corrente / por trimestre)				Realizado (para o exercício corrente / por trimestre)			
		1º	2º	3º	4º	1º	2º	3º	4º
1 - Reuniões do G-20	Unidade	3	7	2	6	3 (100%)	7 (100%)	2 (100%)	6 (100%)
2 - Seminários do G-20	Unidade	3	1	0	0	3 (100%)	1 (100%)	-	-
3 - Reuniões do G-24	Unidade	1	1	0	1	1 (100%)	1 (100%)	-	1 (100%)
4 – Reuniões dos BRICs	Unidade	2	2	0	2	2 (100%)	2 (100%)	-	2 (100%)
5 - Reuniões no âmbito do Banco Mundial / FMI - multilaterais	Unidade	4	0	0	1	4 (100%)	-	-	1 (100%)
6 - Reuniões Ministros da Fazenda da América Latina e do Caribe	Unidade	0	1	0	0	-	1 (100%)	-	-
7 - Reuniões do Banco do Sul	Unidade	1	0	0	0	1 (100%)	-	-	-
8 – Reuniões no âmbito da OCDE	Unidade	0	1	0	2	-	1 (100%)	-	2 (100%)
9 – Reuniões do Fórum Global sobre Transparência e Troca de Informações Tributárias	Unidade	0	0	1	0	-	-	1 (100%)	-
10 – Reuniões bilaterais e multilaterais e conferências internacionais	Unidade	0	1	2	2	-	1 (100%)	2 (100%)	2 (100%)

Unidade: MF/SAIN/Coordenação-Geral de Políticas para Instituições Internacionais - CGPIN

Metas Previstas e Realizadas

Processo Gerencial Finalístico: Análise das políticas dos organismos financeiros internacionais.

Sinopse do Objeto: Análise das políticas das instituições financeiras internacionais e elaboração de subsídios para a participação em negociações e tomada de decisões no âmbito desses organismos.

Responsáveis pelos Dados:

Artur Cardoso de Lacerda
Ludmila Vidigal Silva

Cargo: Coordenador-Geral
Cargo: Coordenadora

Data: 31.12.2010

Descrição das Operações-Fim	Unidade de Medida	Previsto (para o exercício corrente / por trimestre)				Realizado (para o exercício corrente / por trimestre)			
		1º	2º	3º	4º	1º	2º	3º	4º
1 - Banco Mundial – Reuniões do Comitê de Desenvolvimento (Material preparatório)	Unidade	0	1	0	1	2 (200%)	1 (100%)	-	1 (100%)
2 - Banco Mundial – Reuniões da 16ª Recomposição da IDA (Material preparatório)	Unidade	2	0	0	2	1 (50%)	-	-	2 (100%)
3 - Banco Mundial – Reuniões dos Fundos de Investimento Climático (Material preparatório)	Unidade	2	1	0	1	1 (50%)	1 (100%)	-	1 (100%)
4 - Banco Mundial – Votos da Assembleia de Governadores (Notas Técnicas)	Percentual	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
5 - FMI – Reuniões do Comitê Monetário e Financeiro Internacional (Material preparatório)	Unidade	0	1	0	1	-	2 (200%)	-	2 (200%)
6 - FMI – Votos da Assembleia de Governadores (Notas Técnicas)	Percentual	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
7 - FMI – Missões de Supervisão (Relatórios de Acompanhamento)	Unidade	0	1	0	0	-	1 (100%)	-	-

Unidade: MF/SAIN/Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros - COAFI

Metas Previstas e Realizadas

Processo Gerencial Finalístico: Provimento de informações e de apoio técnico ao Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações – COFIG.

Sinopse do Objeto: Organizar reuniões, distribuir documentação para os membros do COFIG, além de prover informações e prestar apoio técnico-administrativo ao Secretário de Assuntos Internacionais e ao Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC, na qualidade de Secretário-Executivo e Presidente do Comitê, respectivamente, bem como participar de negociações bilaterais provenientes das atividades do COFIG.

Responsáveis pelos Dados:

Luiz Fernando Pires Augusto
Raimundo José Rodrigues da Silva

Cargo: Secretário-Adjunto
Cargo: Coordenador-Geral

Data: 31.12.2010

Descrição das Operações-Fim	Unidade de Medida	Previsto (para o exercício corrente / por trimestre)				Realizado (para o exercício corrente / por trimestre)			
1 - Preparação de pastas para os membros do COFIG, com documentação sobre as operações e assuntos a serem examinados nas Reuniões Ordinárias.	Unidade	12	12	12	12	12 (100%)	12 (100%)	12 (100%)	12 (100%)
2 - Distribuição do material por meio eletrônico	Unidade	60	60	60	60	60 (100%)	60 (100%)	60 (100%)	60 (100%)
3 - Preparação de pautas comentadas com as recomendações sobre as operações e assuntos a serem examinados nas Reuniões Ordinárias, para subsidiar o Presidente e o Secretário-Executivo do COFIG.	Unidade	3	3	3	3	3 (100%)	3 (100%)	3 (100%)	3 (100%)
4 - Reuniões do COFIG	Unidade	3	3	3	3	3 (100%)	3 (100%)	3 (100%)	3 (100%)
5 - Elaboração de atas das Reuniões do COFIG.	Unidade	3	3	3	3	3 (100%)	3 (100%)	3 (100%)	3 (100%)
6 - Elaboração de comunicados sobre as decisões do COFIG e encaminhamento à Presidência do Comitê para expedição aos agentes (Banco do Brasil, BNDES e SBCE)	Unidade	3	3	3	3	3 (100%)	5 (167%)	5 (167%)	4 (133%)
7 - Participação em negociações bilaterais	Unidade	1	1	1	1	0 (0%)	2 (200%)	3 (300%)	1 (100%)

Obs.: 1) O COFIG é composto por 6 membros efetivos e 4 convidados e a previsão de realização de reuniões é de uma por mês.

2) A meta referente ao item 6 foi superada no 2º, 3º e 4º trimestres, em função de consultas extraordinária aos membros do COFIG, realizadas no período.

3) A meta referente ao item 7 foi superada no 2º e 3º trimestre em função de negociações com Guiné Equatorial e República Dominicana, não previstas.

Unidade: MF/SAIN/Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros - COAFI

Processo Gerencial Finalístico: Provimento de informações e de apoio técnico à Comissão de Financiamentos Externos – COFIEIX.

Sinopse do Objeto: Provimento de informações e prestação de apoio técnico-administrativo ao Secretário de Assuntos Internacionais, na qualidade de membro da Comissão.

Responsável pelos Dados:

Luiz Fernando Pires Augusto
Raimundo José Rodrigues da Silva

Cargo: Secretário-Adjunto
Cargo: Coordenador-Geral

Data: 31.12.2010

Descrição das Operações-Fim	Unidade de Medida	Previsto (para o exercício corrente / por trimestre)				Realizado (para o exercício corrente / por trimestre)			
1 - Reuniões Ordinárias da Comissão de Financiamentos Externos - COFIEIX (*)	Unidade	1	1	1	1	1 (100%)	0 (0%)	1 (100%)	1 (100%)
2 - Reuniões do Grupo Técnico da COFIEIX - GTEC, para análise de Agendas Preliminares de Reuniões da COFIEIX (*)	Unidade	1	1	1	1	1 (100%)	0 (0%)	1 (100%)	1 (100%)
3 - Reuniões Ordinárias /Extraordinárias do Grupo Técnico da COFIEIX - GTEC	Unidade	4	3	3	3	3 (75%)	3 (100%)	3 (100%)	3 (100%)
4 - Reuniões do Grupo Técnico da COFIEIX - GTEC, para exame e avaliação de Cartas-Consulta (**)	Unidade	8	10	12	17	6 (75%)	10 (100%)	11 (92%)	15 (88%)
5 - Consultas aos membros da COFIEIX sobre a preparação de projetos ou programas de interesse do Governo Federal, com apoio externo de natureza financeira (reembolsável ou não reembolsável)	Unidade	0	4	3	0	0 (100%)	4 (100%)	3 (100%)	0 (100%)

Obs.: Nenhum dos itens se refere à negociação.

(*) Nas reuniões a que se referem os itens 1 e 2, o percentual de participação da SAIN no 2º semestre foi de 0%, em função de que as reuniões previstas não foram realizadas.

(**) Nas reuniões a que se refere o item 4, o percentual de participação da SAIN nos 1º, 3º e 4º trimestres foi inferior a 100%, em função de que os representantes da Secretaria (titular e suplente) no GTEC não puderam comparecer a todas as reuniões, pelo fato de estarem envolvidos, por ocasião da realização de algumas delas, no atendimento de demandas urgentes de serviços relacionados ao Seguro de Crédito à Exportação - SCE, transferidos do IRB-Brasil Resseguros S.A. para a SAIN, sem a necessária ampliação da estrutura funcional da Secretaria para o desempenho das respectivas atribuições.

Unidade: MF/SAIN/Coordenação-Geral de Seguro de Crédito à Exportação - COSEC

Processo Gerencial Finalístico: Provimento de informações e de apoio técnico ao Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações – COFIG, ao Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda e ao Procurador-Geral da Fazenda Nacional, referentes ao Seguro de Crédito à Exportação, ao amparo do Fundo de Garantia à Exportação - FGE.

Sinopse do Objeto: Analisar pedidos de concessão de Seguro de Crédito à Exportação, ao amparo do Fundo de Garantia, e elaborar pareceres técnicos com vistas à emissão das Promessas e Certificados de Garantia, referentes às operações aprovadas pela SAIN/MF ou pelo COFIG.

Responsável pelos Dados:

Luiz Fernando Pires Augusto
Flávio Cals Dolabella

Cargo: Secretário-Adjunto
Cargo: Coordenador-Geral

Data: 31.12.2010

Descrição das Operações-Fim	Unidade de Medida	Previsto (para o exercício corrente / por trimestre)				Realizado (para o exercício corrente / por trimestre)			
1 – Emissão de Promessas de Garantia	Unidade	47	47	47	47	45 (96%)	52 (111%)	50 (106%)	56 (119%)
2 – Emissão de Certificados de Garantia	Unidade	8	8	8	8	8 (100%)	9 (113%)	13 (163%)	7 (88%)
3 – Elaboração de Pareceres Técnicos sobre Operações de Seguro de Crédito à Exportação	Unidade	55	55	55	55	53 (96%)	61 (111%)	61 (111%)	63 (115%)
4 – Arrecadação de Prêmios de Seguro de Crédito à Exportação	R\$ Mil	69.251	69.251	69.251	69.251	17.272 (25%)	52.838 (76%)	65.420 (94%)	76.448 (110%)

Unidade: MF/SAIN/Coordenação-Geral de Recuperação de Créditos - COREC

Processo Gerencial Finalístico: Negociação e Recuperação de Créditos.

Sinopse do Objeto: Planejamento e coordenação da política de avaliação de negociação e de recuperação de créditos governamentais brasileiros concedidos ao exterior.

Responsável pelos Dados:

Luiz Fernando Pires Augusto
Ines Aparecida Baptista do Nascimento

Cargo: Secretário-Adjunto
Cargo: Coordenadora-Geral

Data: 31.12.2010

Descrição das Operações-Fim	Unidade de Medida	Previsto (para o exercício corrente / por trimestre)				Realizado (para o exercício corrente / por trimestre)			
		2	3	2	3	2 (100%)	3 (100%)	2 (100%)	3 (100%)
1 - Participação em reuniões no Clube de Paris	Unidade	2	3	2	3	(100%)	(100%)	(100%)	(100%)
2 - Realização de negociações bilaterais, elaboração ou análise de propostas e continuidade às negociações em andamento	Unidade	2	3	1	4	2 (100%)	3 (100%)	1 (100%)	4 (100%)
3 - Reuniões do COMACE (técnicas e ordinárias)	Unidade	-	-	-	-	-	-	-	1
4 - Elaboração de atas, ajudas-memória e relatórios das negociações e reuniões	Unidade	5	9	4	11	5 (100%)	9 (100%)	4 (100%)	11 (100%)
5 - Elaboração de minutas de contratos bilaterais e acompanhamento dos trâmites necessários para a assinatura dos Contratos	Unidade	1	5	5	6	1 (100%)	5 (100%)	5 (100%)	6 (100%)
6 - Ajuda na conciliação dos números das dívidas a serem negociadas e realização de reuniões quando necessárias	Unidade	1	3	1	4	1 (100%)	3 (100%)	1 (100%)	4 (100%)
7 - Participação em reuniões relacionadas à conversão de créditos	Unidade	-	1	-	-	-	1 (100%)	-	-
8 - Recebimento de pagamentos referentes a renegociações no âmbito do COMACE (em US\$)	US\$	75.497.503,45				75.497.503,45			

Unidade: MF/SAIN/Coordenação-Geral de Integração Comercial - COINT

Processo Gerencial Finalístico: Participação em negociações de blocos econômicos e organismos multilaterais, além de outras reuniões internas relacionadas a temas de comércio exterior.

Sinopse do Objeto: Acompanhar e participar das negociações relacionadas a temas de comércio exterior com governos, instituições internacionais e outros órgãos do Governo brasileiro, além de subsidiar as decisões do Ministro de Estado da Fazenda nessas negociações.

Responsáveis pelos Dados:

Marden de Melo Barboza
Eduardo Salloum

Cargo: Secretário-Adjunto
Cargo: Coordenador-Geral

Data: 31.12.2010

Descrição das Operações-Fim	Unidade de Medida	Previsto (para o exercício corrente / por trimestre)				Realizado (para o exercício corrente / por trimestre)			
1 - OMC - Grupo Negociador de Acesso a Mercados (NAMA)	Unidade	0	0	0	0	-	-	-	-
2 - MERCOSUL - Negociações do Comitê de Tarifas, Nomenclatura e Classificação de Mercadorias - CT-1 (Reuniões)	Unidade	1	2	1	1	1 (100%)	2 (100%)	1 (100%)	1 (100%)
3 - MERCOSUL - Negociações da Comissão de Comércio do Mercosul - CCM (Reuniões)	Unidade	1	2	2	3	1 (100%)	2 (100%)	2 (100%)	3 (100%)
4 - MERCOSUL - Negociações do Grupo Mercado Comum – GMC (Reuniões)	Unidade	1	2	1	2	1 (100%)	2 (100%)	1 (100%)	2 (100%)
5 - MERCOSUL - Negociações do Conselho do Mercado Comum - CMC (Reuniões)	Unidade	0	1	0	1	-	1 (100%)	-	1 (100%)
6 – MERCOSUL - Reuniões Grupo de Especialistas Ad-Hoc do FOCEM (GAHE-FOCEM) e relativas ao Processo de Revisão do Regulamento	Unidade	1	2	0	1	1 (100%)	2 (100%)	-	1 (100%)
7 – MERCOSUL – Reuniões do Grupo de Monitoramento Macroeconômico (GMM) do Mercosul	Unidade	1	1	1	1	1 (100%)	1 (100%)	1 (100%)	1 (100%)
8 – Demais Negociações Externas do Mercosul (Reuniões ocorridas em Brasília)	Unidade	1	1	1	1	1 (100%)	1 (100%)	1 (100%)	1 (100%)
9 – Negociações do Comitê Executivo da Câmara de Comércio Exterior – GECEX	Unidade	2	2	2	3	2 (100%)	2 (100%)	2 (100%)	3 (100%)
10 – Negociações da Reunião de Ministros da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX	Unidade	2	2	2	3	2 (100%)	2 (100%)	2 (100%)	3 (100%)
11 – Reuniões (Técnicas e Plenárias) do Banco do Sul	Unidade	-	1	2	2	-	1 (100%)	2 (100%)	2 (100%)
12 – Reuniões bilaterais – países do Mercosul	Unidade	2	2	2	2	2 (100%)	2 (100%)	2 (100%)	2 (100%)

Obs.: Todos os itens se referem a negociações.

Unidade: MF/SAIN/Coordenação-Geral de Políticas Comerciais - COPOL

Processo Gerencial Finalístico: Participação em negociações de blocos econômicos e organismos multilaterais, além de outras reuniões internas relacionadas a temas de comércio exterior.

Sinopse do Objeto: Acompanhar e participar das negociações relacionadas a temas de comércio exterior com governos, instituições internacionais e outros órgãos do Governo brasileiro, além de subsidiar as decisões do Ministro de Estado da Fazenda nessas negociações.

Responsáveis pelos Dados:

Marden de Melo Barboza
Erivaldo Alfredo Gomes

Cargo: Secretário-Adjunto
Cargo: Coordenador-Geral

Data: 31.12.2010

Descrição das Operações-Fim	Unidade de Medida	Previsto (para o exercício corrente / por trimestre)				Realizado (para o exercício corrente / por trimestre)			
		1º	2º	3º	4º	1º	2º	3º	4º
1 - Negociações da Reunião de Ministros da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX	Unidade	1	3	2	3	1 (100%)	3 (100%)	2 (100%)	3 (100%)
2 - Negociações do Comitê Executivo da Câmara de Comércio Exterior - GECEX	Unidade	2	2	2	3	2 (100%)	2 (100%)	2 (100%)	3 (100%)
3 - Reuniões do Grupo Técnico de Defesa Comercial -GTDC/CAMEX	Unidade	2	3	4	2	2 (100%)	3 (100%)	4 (100%)	2 (100%)
4 - Acompanhamento de Processos de Defesa Comercial - GTDC/CAMEX	Unidade	2	3	4	2	2 (100%)	3 (100%)	4 (100%)	2 (100%)
5 - OMC - Grupo Negociador de Regras (GNR)	Unidade	1	1	1	1	1 (100%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)
6 - OMC - Cluster de Serviços (Reuniões)	Unidade	1	1	1	1	1 (100%)	1 (100%)	1 (100%)	0 (0%)
7 - MERCOSUL - Serviços (Reuniões do Grupo de Serviços e reuniões técnicas ad-hoc)	Unidade	0	1	0	0	0 (100%)	1 (100%)	0 (100%)	0 (100%)
8 - MERCOSUL-UE (Rodadas)	Unidade	1	1	1	1	1 (100%)	1 (100%)	1 (100%)	1 (100%)
9 - MERCOSUL-Colômbia - Serviços (Reuniões)	Unidade	1	1	0	1	1 (100%)	1 (100%)	0 (100%)	1 (100%)
10 - MERCOSUL - Grupo de Contratações Públicas (Reuniões)	Unidade	1	1	1	1	0 (0%)	1 (100%)	0 (0%)	3 (300%)
11 - MERCOSUL-SGT-(Reuniões)	Unidade	0	0	0	1	-	-	-	1 (100%)
12 - Brasil-Chile (Rodadas)	Unidade	0	1	1	1	-	1 (100%)	1 (100%)	1 (100%)
13 - Brasil-México (Reuniões)	Unidade	1	1	1	1	1 (100%)	1 (100%)	1 (100%)	1 (100%)
14 - Propriedade Intelectual - GT - Retaliação Cruzada (Reuniões)	Unidade	3	3	3	3	7 (233%)	1 (33%)	1 (33%)	9 (300%)
15 - Propriedade Intelectual - GT - Revisão da Lei de Direitos Autorais (Reuniões)	Unidade	1	1	1	1	1 (100%)	1 (100%)	0 (0%)	1 (100%)
16 - UNASUL-Grupo de Trabalho sobre Mecanismo de Solução de Controvérsias em Matéria de Investimentos	Unidade	1	1	1	1	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)
17 - Grupo de Trabalho de Contratações Públicas - GTCOP	Unidade	0	0	3	3	-	-	6 (200%)	6 (200%)

Obs.: Todos os itens se referem a negociações.

3 INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS DA UJ

Composição do Quadro de Recursos Humanos – Situação Apurada em 31.12.2010

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada *	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo	44	39	21	13
1.1 Membros de poder e agentes políticos	1	1	0	0
1.2 Servidores de Carreira	35	30	17	9
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	13	10	9	3
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	18	18	4	4
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	4	2	4	2
1.3 Servidores com Contratos Temporários	Não se aplica	NSP	NSP	NSP
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	8	8	4	4
1.4.1 Cedidos	4	4	0	0
1.4.2 Removidos	4	4	4	4
1.4.3 Licença remunerada	-	-	-	-
1.4.4 Licença não remunerada	-	-	-	-
2 Provimento de cargo em comissão	42	41	9	6
2.1 Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior	34	33	5	5
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	1	-	-
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	15	3	2
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas	-	7	0	3
2.2.4 Sem vínculo	-	6	2	0
2.2.5 Aposentado	-	4	0	0
2.3 Funções gratificadas	8	8	4	1
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	6	4	1
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	0	0	0
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas	-	2	0	0
3 Total 1 + 2	86	80	30	19

Fonte: Sistema RH Web 4.0

Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária Situação Apurada em 31.12.2010

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1.Provimento de cargo efetivo	7	15	6	9	1
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	7	15	5	6	1
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	0	0	1	3	0
2.Provimento de cargo em comissão	9	11	9	10	2
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	6	10	8	8	1
2.3. Funções gratificadas	3	1	1	2	1

Fonte: Sistema RH Web 4.0

Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade Situação Apurada em 31.12.2010

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	0	0	0	0	3	4	10	4	2
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	0	0	0	0	0	3	10	4	2
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	0	0	0	0	3	1	0	0	0
2. Provimento de cargo em comissão	0	0	0	0	5	27	6	1	3
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	3	22	5	1	3
2.3. Funções gratificadas	0	0	0	0	2	5	1	0	0

LEGENDA
Nível de Escolaridade
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte: Sistema RH Web 4.0

Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior	1	1	2	1	*
• Área Fim	0	1	2	0	*
• Área Meio	1	0	0	1	*
Nível Médio	0	0	0	0	*
• Área Fim	0	0	0	0	*
• Área Meio	0	0	0	0	*

* As informações serão prestadas pela COGEP/SPOA/MF, responsável pelos pagamentos em questão.

Fonte: Sistema RH Web 4.0 e Contratos de Estagiários

Contratos de prestação de serviços com locação de mão-de-obra

Unidade Contratante													
Nome: COORDENAÇÃO GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS DA SPOA													
UG/Gestão: 170016							CNPJ: -						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	1	O	16/2009 *	04370972/00 01-29	2010	03/2011	-	0	-	4	-	2	P
Observação: *Delta Locação de Serviços e Empreendimentos Ltda. ** Contrato com a empresa World Service Terceirização Ltda., CNPJ 00491542/001-04, vigência 2010-2011, situação ativo prorrogado. Trabalhador (1 – nível superior)													
<u>LEGENDA</u> Área: 1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional; 2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis; 3. Serviços de Copa e Cozinha; 4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;													

5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;
7. Outras.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Sistema RH Web 4.0 e Intranet SPOA/Recursos Logísticos

Distribuição de pessoal contrato mediante contrato de serviços com locação de mão-de-obra

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
Nº16/2009 (DELTA)	1	6	SAIN - DIPID
Nº 30/2009 (WORL SERVICE)	1	1	SAIN - DIPID

LEGENDA

Área:

- | | |
|--|---|
| 1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional; | 5. Serviços de Brigada de Incêndio; |
| 2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis; | 6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes; |
| 3. Serviços de Copa e Cozinha; | 7. Higiene e Limpeza; |
| 4. Manutenção e conservação de Bens Móveis; | 8. Vigilância Ostensiva; |
| | 9. Outras. |

Fonte: Sistema RH Web 4.0

Ações de Valorização do Servidor

A constante atualização da equipe técnica da SAIN e o aprimoramento do nível de qualificação de seus servidores são fatores importantes para o melhor cumprimento das diretrizes traçadas pelo Gestor, a fim de atender as competências regimentais da Secretaria.

No ano de 2010 houve uma expansão na quantidade de ações de capacitação em relação ao ano anterior, devido ao **Plano de Capacitação Integrada do Ministério da Fazenda**, organizado pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração/SPOA. O referido Plano de Capacitação prioriza as escolas de Governo como instituições parceiras, em especial a Escola Nacional de Administração Pública Federal – ENAP e a Escola de Administração Fazendária - ESAF, e oferece cursos para todas as unidades do MF. Em 2010, foram disponibilizados os seguintes treinamentos, cursos e seminários:

CURSOS	INSTITUIÇÃO	Nº SERVIDORES
CURSOS NACIONAIS		
Oficina de Planejamento Estratégico	Escola de Administração Fazendária - ESAF	23
Curso de Planejamento na Administração Pública com o Método <i>Balanced Scorecard</i>	Escola Nacional de Administração Pública Federal - ENAP	1
Curso de Gestão da Estratégia com o Uso do <i>Balanced Scorecard</i> – BSC	Escola Nacional de Administração Pública Federal - ENAP	1
Curso de Gerenciamento de Projetos	Escola Nacional de Administração Pública Federal - ENAP	2
Curso de Gestão de Materiais e Planejamento da Logística de Suprimento	Escola Nacional de Administração Pública Federal - ENAP	1
Curso de Gestão por Competência	Escola Nacional de Administração Pública Federal - ENAP	1
Curso de Gestão de Pessoas: Fundamentos e Tendências	Escola Nacional de Administração Pública Federal - ENAP	1

Curso de Execução Orçamentária	Escola de Administração Fazendária - ESAF	1
Curso de Gestão de Contratos, Compras e Licitações	Escola Nacional de Administração Pública Federal – ENAP	1
Curso SIAFI Operacional	Associação Brasileira de Orçamento Público – ABOP	2
II Seminário Internacional de Contabilidade Pública	Fundação Brasileira de Contabilidade	1
Curso Prático sobre Gestão de Documentos Públicos	ESAFI Cursos e Treinamentos/DF	1
Curso de Desenvolvimento de Equipes	Escola de Administração Fazendária - ESAF	3
Curso de Aposentadoria e Pensões	Escola de Administração Fazendária - ESAF	1
Curso do Sistema COMPROCT – DOC	Escola de Administração Fazendária - ESAF	4
Curso Excel	Escola de Administração Fazendária - ESAF	2
Curso Word	Escola de Administração Fazendária - ESAF	2
Curso de Aperfeiçoamento em Ouvidoria Pública	Ouvidoria Geral da União	1
III Encontro Nacional de Atenção à Saúde do Trabalhador e II Fórum de Saúde Mental	Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	1
VII Semana de Administração Orçamentária, Financeira e Contratações Públicas	Escola de Administração Fazendária - ESAF	1
III Seminário – A Gestão de Documentos Arquivísticos na Administração Pública Federal	SIGA/Arquivo Nacional	1
CURSOS NA MODALIDADE DE ENSINO À DISTÂNCIA – EAD		
Redação Oficial - Nova Regra Ortográfica	Escola de Administração Fazendária - ESAF	7
Curso de Gestão Pública	Escola de Administração Fazendária - ESAF	2
CURSOS INTERNACIONAIS		
Intercâmbio de Experiências sobre Diálogo Macroeconômico da União Européia	Projeto de Cooperação Técnica e Financeira de Apoio ao Monitoramento Macroeconômico – AMM	3
Seminário de Estudos de Diálogo Macroeconômico, promovido pelo <i>Grupo de Monitoreo Macroeconomico</i> (GMM)	<i>Centro de Estudios y Sociedad (CEDES)</i> vinculado ao Governo da Argentina	1
Curso Delivering Economic and Regulatory Reform	University of Bradford/UK	1
Curso <i>Macroeconomic Diagnostics</i>	<i>IMF - Singapore Regional Training Institute</i>	1
2º Curso Temático Avançado sobre Solução de Controvérsias	Organização Mundial do Comércio – OMC	1
Curso Regional de Política Comercial	Organização Mundial do Comércio – OMC	1
TOTAL DE CURSOS:	23 Cursos Nacionais 6 Cursos Internacionais	

4 INFORMAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DA LEI Nº 8.730/93 – ENTREGA E TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS.

A COGEP/SPOA/MF declarou a esta UJ que deu cumprimento ao inciso VII, art. 1º da Lei nº 8.730, de 10.11.1993, que trata da entrega obrigatória da apresentação de declaração de bens, com indicação das fontes de renda, observando também a Portaria Interministerial MP/CGU nº 298, de 6.09.2007, que regulamenta a entrega da declaração de bens e valores por todos os agentes públicos, no âmbito do Poder Executivo Federal, como forma de atender aos requisitos constantes no art.13 da Lei nº 8.429, de 2.06.92, e no art. 1º da Lei nº 8.730, de 10.11.93.

5 SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				x	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				x	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		x			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					x
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				x	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				x	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				x	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.			x		
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					x
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				x	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		x			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		x			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		x			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		x			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			x		
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	x				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			x		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			x		

21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.	x				
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				x	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.			x		
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				x	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			x		
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			x		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			x		
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		x			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		x			
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.		x			
Considerações gerais: O preenchimento do quadro foi efetuado pelo GABINETE da Secretaria, em conjunto com a Comissão Permanente de Gestão Estratégica (CPGE), baseado nos controles e instrumentos hoje existentes e nos trabalhos de coordenação, desenvolvidos na Oficina e na Homologação do Planejamento Estratégico da SAIN, ao longo de 2010. Quanto ao item 4, a Secretaria obedece o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, disposto no Decreto nº 1.171, de 22.06.1994, e também o Código de Conduta da Alta Administração Federal, aprovado em 21.08.2000.					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

6 GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.	x				
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.			x		
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.	x				
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	1 comissionado e 2 terceirizados				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	x				

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.			x		
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.			x		
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.			x		
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.	x				
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.		x			
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.			x		
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	66,66%				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					x
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.			x		
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?		x			
Considerações Gerais: Os quesitos foram analisados pelo grupo de pessoas pertencente ao Núcleo de Tecnologia da Informação e Comunicação – NTIC, além da chefia à qual a área está imediatamente subordinada – Divisão de Logística, Informática e Documentação – DILID.					
LEGENDA Níveis de avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

7 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

Em anexo, declaração do contador responsável pela UJ na forma prevista pela DN TCU nº.107/2010.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO PLENA			
Denominação completa (UJ):			Código da UG:
Secretaria de Assuntos Internacionais			170191
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília - DF	Data	14 de fevereiro de 2011
Contador Responsável	Paulo Roberto Campos Moreira	CRC nº	011634/o-9 CRC - DF